

Portaria nº 109 de 04 de maio de 2026

Altera a Portaria n.º 162, de 30 de junho de 2025, que institui a 2ª Comissão de Licitação de Segurança Pública, e revoga a Portaria nº 12 de 14 de janeiro de 2026, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no art. 5º, inciso V, do Decreto n.º 27.948, de 1º de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** o art. 8º, § 5º da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, que versa sobre a condução da licitação na modalidade pregão, e define que o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro;

**CONSIDERANDO** o art. 110-A da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017, que versa sobre a competência da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de organizar e coordenar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública do Poder Executivo de Rondônia;

**CONSIDERANDO** o art. 5º e art. 9º do Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de estruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

**Art. 1º** Alterar os incisos do art. 1º da Portaria n.º 162, de 30 de junho de 2025, passando a vigorar nos seguintes termos:

I - Agente de contratação:

a) Nadiane da Costa Laia, matrícula nº \*\*\*\*\*769.

II - Membros:

a) Adriele Grangeiro de Araujo, matrícula nº \*\*\*\*\*824; e

b) Ingrid Tainara Xavier Pedroza, matrícula nº \*\*\*\*\*608;

c) Luciana Santos Gorayeb, matrícula nº \*\*\*\*\*713;

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como **pregoeira**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for **pregão eletrônico**, conforme previsto no art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como **pregoeira substituta** a servidora indicada no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades típicas do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 12 de 14 de janeiro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

**ALVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA**

Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Protocolo 71783365

Portaria nº 104 de 30 de abril de 2026

Altera a Portaria nº 59, de 23 de abril de 2025, que reformula as equipes de licitação e designa servidores para compor a Comissão Especial de Licitações, e revoga a Portaria nº 73, de 16 de março de 2026, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe confere o art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 1º de março de 2023, e o art. 43 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017,

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 47, de 23 de abril de 2025 (0059482721), que institui a Comissão Especial de Licitações no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO, com o objetivo de conferir celeridade e eficiência à tramitação dos processos de compras públicas; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução dos certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO,

RESOLVE:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
2ª Comissão de Segurança Pública - SUPEL-COSEG2

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90031/2026/LEI Nº 14.133/2021

Para **TODOS OS ITENS**, aplica-se a AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota de até 25% para as ME/EPP, em atenção à justificativa disposta no **subitem 29.6** do Termo de Referência.

RESUMO DOS DADOS

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 02/07/2026, às 10h (horário de Brasília), no sítio <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">http://www.comprasgovernamentais.gov.br</a> .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: <b>29/06/2026</b>
---	--

<b>OBJETO:</b>  Registro de preços, para eventual e futura aquisição de <b>veículos para transporte de cadáveres (rabecão), veículo para transporte de combustível e veículo ambulância tipo B</b> visando o Fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública do Estado de Rondônia, com a finalidade de atender ao Convênio 906670/MJ/2020 celebrado com o Ministério da Justiça representado pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública e Secretaria Nacional de Segurança Pública.	
<b>FUNDAMENTO:</b>  Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº28.874, de 25 de Janeiro de 2024. dentre outros.	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b> 0037.007785/2025-91	
<b>UASG:</b> 925373 <b>ENDEREÇO ELETRÔNICO :</b> <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	
<b>VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>	
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 14.605.907,35 (quatorze milhões, seiscentos e cinco mil, novecentos e sete reais e trinta e cinco centavos)
<b>VISTORIA</b>	<b>INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>
Não	Ata de Registro de Preços
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>	

<b>Requisitos Básicos:</b> <b>1. Habilitação jurídica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 29.1. do Termo de Referência</u> . <b>2. Qualificação econômico e financeira:</b> Conforme estabelecido no <u>item 29.5. do Termo de Referência</u> . <b>3. Regularidade fiscal, social e trabalhista:</b> Conforme estabelecido nos <u>itens 29.2 e 29.3. do Termo de Referência</u> . <b>4. Qualificação técnica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 29.4. do Termo de Referência</u> .		<b>Requisitos Específicos:</b>
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	<b>RESERVA COTA ME/EPP?</b>	<b>EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?</b>
Não	Não	Sim (Contrato)
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>REGISTRO DE PREÇO</b>
Menor preço por item	Aberto	Sim
<b>TELEFONES PARA CONTATO</b>		<b>E-MAIL PARA CONTATO:</b>
TELEFONE: (69) 3212-9243		<a href="mailto:coseg2.supel@gmail.com">coseg2.supel@gmail.com</a>
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número <b>90000</b> antes do número do certame. <b>(EX.: 90001/2024)</b>		

SUMÁRIO

1.
- DO PREÂMBULO;
2.
- DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;
3.
- DO OBJETO;
4.
- DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
5.
- DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;
6.
- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
7.
- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
8.
- DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
9.
- DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
10.
- DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
11.
- A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
12.
- DA FASE DE HABILITAÇÃO;

13. DO RECURSO;
14. DA HOMOLOGAÇÃO;
15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
21. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

**1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, por meio da **Portaria n.º 109 de 04 de maio de 2026**, publicada no DOE na data 04 de maio de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **sob o n.º 90031/2026/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), [Decreto Federal nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#), e o [Decreto Estadual 21.675/2017](#) e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessada **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC**.

- 1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.
- 1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.
- 1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:

- 15001 Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC/RO
- 15017 Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP
- 15014 Fundo Especial do Corpo de Bombeiros - FUNESBOM
- 15004 Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBM/RO

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de veículos para transporte de cadáveres (rabecão), veículo para transporte de combustível e veículo ambulância tipo B** visando o fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública do Estado de Rondônia, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

3.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**3.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 4.2. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

"4.2. Das Especificações Técnicas/Quantidades do Objeto:

Item	Especificação	Código CATMAT	Unidade de medida	Qtd
1	<b>VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES (RABECÃO)</b> diesel, cor preta, 0km, potência mínima de <b>150 CV</b> , torque mínimo no <b>39,1 kgfm</b> . Acessório/adaptações: Rádio transceptor móvel digital, equipamento de rastreamento (GPS), sistema de visualização visual, strobo, grafismo e outros. Com adaptações para veículo de transporte de cadáveres.	---	Un	01

	(Especificações técnicas completa no ANEXO I e ANEXO II )			
2	<b>VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL (CAMINHÃO TANQUE)</b> 0km, tração <b>4x2</b> , PBT mínimo de 17t, potência mínima de <b>250 CV</b> e máxima de 340CV, mínimo <b>6 cilindros</b> , tanque com capacidade <b>mínima de 5.000L</b> Acessório/adaptações: Sirene, barra luminosa, rádio transceptor móvel digital, equipamento de rastreamento (GPS), 5. câmera de ré, e outros.  (Especificações técnicas completa no ANEXO I e ANEXO II)	31534	Un	01
3	<b>VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA) FURGÃO</b> - diesel, motor <b>04 Cilindros</b> , potência mínima de <b>130 CV</b> , turbinado, torque mínimo de <b>30kgfm</b> , <b>tração mínima 4x2</b> (conforme NBR 14.561, da ABNT), PBT máximo de 4.300kg. Com adaptações para veículo de resgate (ambulância / unidade de suporte básico - USB) e rádio transceptor móvel digital.  (Especificações técnicas completa no ANEXO I ANEXO II)	48518	Un	24

4.2.1. Foi inserido códigos genéricos de CATMAT dos itens 2 e 3, não sendo possível localizar os itens com as mesmas definições, descrições e/ou especificações dos objetos demandados no processo, no site de Compras.gov.br (<https://tinyurl.com/y3eojwux>). Sobre o CATMAT referente ao item 1, não houve nenhum resultado na pesquisa.

4.7. Da plotagem:

4.7.1. A contratada deverá arcar com a plotagem nos moldes dos modelos das instituições após o recebimento da ordem de execução ou assinatura do contrato, ficando à cargo da contratante o envio dessas informações para elaboração de layout dos veículos.

4.5.2. O interessado deverá cotar o item já com a plotagem, repintura e demais procedimentos para caracterizar o veículo como viatura.

4.8. Condições de Fabricação:

4.8.1.O fabricante é o responsável pela produção/montagem dos bens, de acordo com as características estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como todas exigências técnicas e de segurança definidas pelas respectivas entidades competentes.

4.8.2. A Contratada é a responsável exclusiva, perante a Contratante, para cobertura das garantias referentes aos bens e seus equipamentos acessórios, mesmo aqueles cuja fabricação não estejam diretamente relacionadas com sua linha de produção (terceirização).

4.9. Processos de fabricação:

4.9.1. O processo de fabricação, embora seja da escolha do fabricante, condicionado pela natureza dos equipamentos disponíveis, devem assegurar ao bem a conformidade com os requisitos deste Termo de Referência, sem prejuízo das demais normas técnicas e de segurança atinentes ao objeto em tela.

4.10. Garantia da Qualidade:

4.10.1. O fabricante deve garantir a qualidade dos bens mediante o controle de qualidade das matérias-primas e do produto acabado, em todo o processo de fabricação, segundo um plano de controle sistemático o qual, em caso de solicitação formal e por escrito, deve ser franqueado ao conhecimento da Contratante.

4.11. Acessórios e itens de série:

4.11.1. O fabricante deverá entregar os bens com todos equipamentos, acessórios e itens de série do mesmo modelo/versão ofertado no mercado, sendo vedada a sua remoção ou substituição, a menos que seja para beneficiar, desde que com manifestação formal de anuência da Contratante."

**3.4. Da garantia e assistência técnica do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 8. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

"8. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. Deverá ser fornecida garantia mínima de:

Item	Prazo Mínimo
VEÍCULO TIPO RABECÃO - incluindo acessório e adaptações	12 meses
VEÍCULO CAMINHÃO TANQUE PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL - incluindo acessório e adaptações	12 meses
VEÍCULO TIPO FURGÃO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA, DENOMINADA COMO UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO (USB) - incluindo acessórios e adaptações	12 meses
Plotagem dos veículos	24 meses

8.1.1. O prazo de garantia do objeto será de, **no mínimo, 12 (doze) meses**, sem ônus para a CONTRATANTE, com início a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, emitido por Comissão especialmente constituída pela SESDEC para esse fim.

8.1.2. Os ônus decorrentes da execução da garantia e execução de todas as obrigações delas decorrentes são de responsabilidade da CONTRATADA.

- 8.1.3. A garantia do OBJETO subsistirá independentemente da vigência do Contrato.
- 8.1.4. A responsabilidade pela garantia dos veículos será integralmente da CONTRATADA.
- 8.1.5. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá prestar manutenção técnica com a correção de defeitos nos veículos, no prazo máximo de cinco (5) dias úteis, contadas a partir da abertura do chamado.
- 8.1.6. A contratada deverá, a partir da assinatura do contrato, indicar formalmente representante da empresa com os dados de nome, número do documento de identidade, telefone fixo e móvel e, email. Tal profissional servirá de elo de ligação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE e se responsabilizará por todas as providências solicitadas pela Administração, inerentes ao objeto, durante toda a vigência da garantia.
- 8.1.7. A CONTRATADA, em caso de necessidade de substituição do referido profissional, deverá comunicar previamente a Administração, de forma a não restar prejuízos a execução do OBJETO.
- 8.1.8. A CONTRATADA para o atendimento do chamado técnico, emitirá relatório técnico, no qual deverá conter, no mínimo, os seguintes dados: hora de início do atendimento, item revisado, consertado ou substituído, diagnósticos técnicos dos problemas que possam ter ocasionado o defeito na peça, no componente, no equipamento ou nos serviços de instalação, hora de término do atendimento, bem como a orientação de procedimentos preventivos a serem adotados, caso seja necessário, a fim de se evitar a ocorrência de defeitos similares nos veículos.
- 8.1.9. A CONTRATADA deverá manter e disponibilizar para a CONTRATANTE registros dos chamados.
- 8.1.10. Para que não haja interrupção na continuidade das operações efetuadas com a utilização dos veículos pelos organismos de segurança pública, a aceitação do pedido de prorrogação do prazo para o cumprimento da garantia ficará condicionada a autorização expressa da CONTRATANTE.
- 8.1.11. Nos casos em que o cumprimento da garantia não puder ser prestado nas dependências dos organismos de segurança pública, a CONTRATADA poderá retirar e transportar o equipamento para sua oficina somente após autorização da CONTRATANTE, sem prejuízo das condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 8.1.12. Sempre que houver a necessidade de transportar o equipamento, a manutenção deverá ser realizada em instalações próprias ou credenciadas pela CONTRATADA, obrigatoriamente na Cidade da entrega do respectivos veículos.
- 8.1.13. A substituição de equipamentos deverá ser efetuada sempre com produto original novo, não recondicionado, recomendado pelo fabricante.
- 8.1.14. O custo para execução de todos os serviços relativos à assistência técnica durante o prazo de garantia deverá estar incluso no valor total da proposta de preços.
- 8.1.15. Durante o prazo de garantia e, com o objetivo de manter os bens em perfeitas condições de uso, o cumprimento da garantia deverá ser exercido de acordo com manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes.
- 8.2. Esclarece-se que as revisões (manutenção preventiva) serão custeadas pela contratada, sendo responsável pelo seu cumprimento. Devendo ser observado o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor conforme Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**8.3. JUSTIFICATIVA DO PRAZO DE GARANTIA:**

- 8.4. De acordo com a Lei 14.133/2021, que institui normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como para as empresas estatais dependentes, a justificativa para o prazo de garantia estabelecido no termo de referência pode ser fundamentada em alguns pontos:
- 8.5. Adaptabilidade dos veículos: Os veículos adquiridos são adaptados para atender as necessidades específicas das instituições de segurança pública do Estado. Essa adaptação podem envolver alterações significativas na estrutura e nos sistemas dos veículos, o que aumenta a complexidade técnica e a necessidade de um período de garantia mais longo para assegurar o pleno funcionamento e a eficácia dessas modificações.
- 8.6. Utilização em Ambientes de Segurança Pública: Os veículos serão utilizados em serviços e operações cotidianos em atendimento as muitas demandas no âmbito da Segurança Pública do Estado de Rondônia, muitas vezes em condições adversas e em situações de urgência. Portanto, é crucial garantir que os veículos estejam em perfeitas condições de funcionamento durante todo o período de garantia para garantir a eficácia das operações de segurança pública.
- 8.7. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação."

**3.5 Das condições contratuais/garantia do contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no itens 30, 37 e 16 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**"30. AVALIAÇÃO DA LOGÍSTICA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 30.1. A gestão contratual deverá ser realizada por representantes da Administração, conforme orienta o artigo 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.
- 30.2. Na fase de apresentação comercial, deverá ser apresentada a marca e modelo do objeto ofertado, bem como os custos com a capacitação a ser realizada na cidade de Porto Velho/RO.
- 30.3. O início da execução contratual se dará após a assinatura do Contrato, ficando vedado estabelecer vínculo de subordinação com funcionários da contratada.
- 30.4. A duração do contrato será de 12 (doze) meses, tendo como marco a assinatura do contrato.
- 30.5. Será designada pela contratante equipe de fiscalização de contratos, que deverá ser composta por Integrante Técnico e Integrante Administrativo do Contrato, Gestor de Contrato e seus suplentes, podendo, à critério da contratante, designar pessoal do quadro das próprias Instituições usuárias dos sistemas.
- 30.6. Em ato contínuo, após a assinatura do contrato deverá ser nomeada a comissão.
- 30.7. Todas as despesas de manutenção durante e período de Garantia ocorrerão por conta da empresa contratada.
- 30.8. Após convocação, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias para proceder a assinatura do contrato, sob pena dos efeitos da lei.

**37. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

- 37.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contado da data do início de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

**16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 16.1. A Contratada, prestará garantia no valor correspondente a **2% (dois por cento) do valor do Contrato**, que será liberada de acordo com as condições previstas no Edital, conforme disposto no **art. 96, §1º da Lei nº 14.133, de 2021**, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- § 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
  - II - seguro-garantia;
  - III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
  - IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)
- 16.2. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, incluindo multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento.
- 16.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na conta que será fornecida pela SESDEC, com correção monetária, em favor do contratante.
- 16.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 16.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 16.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 16.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 100, da Lei nº 14.133/21)."

**3.6. Do reajuste e supressão contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no itens 31. e 32. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**"31. DO REAJUSTE DO CONTRATO**

- 31.1. Conforme expressa o art. 154 do Decreto 28.874/2024, o reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.
- 31.2. É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano, conforme previsão expressa no art. 154, §8º, do Decreto 28.874/2024.
- 31.3. § 8º É nula qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a um ano.
- 31.4. O reajustamento deverá observar o índice específico ou setorial previsto no contrato, bem como o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar do orçamento estimado definitivo da Administração, ou, de forma justificada, o Edital pode prever outra data-base, como a data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que essa proposta se referir, ou do último reajustamento levado a efeito no contrato.
- 31.5. Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados seja preponderantemente formado pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo.
- 31.6. Na falta de índice de reajuste específico para o objeto, poderá ser utilizado os índices oficiais que estabelecem a inflação.
- 31.7. Os demais parâmetros para a realização de reajuste, repactuação ou revisão de preços estão previstos no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de Janeiro de 2024 e na Lei 14.133/21.

**32. RESCISÃO DO CONTRATO**

- 32.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
- 32.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
- 32.2.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
  - 32.2.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
  - 32.2.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
  - 32.2.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
  - 32.2.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
  - 32.2.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
  - 32.2.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
  - 32.2.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
  - 32.2.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 32.3. A extinção do contrato poderá ser:
- 32.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
  - 32.3.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
  - 32.3.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
  - 32.3.4. A extinção determinada por ato unilateral da administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 32.4. A extinção determinada por ato unilateral da administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta lei, as seguintes consequências:
- 32.4.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da administração;
  - 32.4.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.
- 32.5. Execução da garantia contratual para:



- a) ressarcimento da administração pública por prejuízos decorrentes da não execução;
  - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - c) pagamento das multas devidas à administração pública;
  - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- 32.6. As condições gerais para a rescisão de contrato estão regidas na Lei nº 14.133 de 2021."

**3.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no itens 15.16 à 15.24. do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**15.16. Do acompanhamento e fiscalização:**

- 15.17. A SESDEC, conforme disposto no Art. 117, § 1º e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, designará comissão fiscalizadora para acompanhar e fiscalizar a execução do projeto, a entrega e o recebimento do OBJETO.
- 15.18. A Comissão de Fiscalização da SESDEC anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 15.19. A fiscalização de que trata esta seção não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- 15.20. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**15.21. Da comissão de fiscalização:**

A fiscalização, será com base nos dispositivos dos arts. 21 a 25 do Decreto nº 28.874/2024, onde evidencia as figuras do fiscal técnico, fiscal administrativo e fiscal setorial dos contrato.

Serão destinados a acompanhar, controlar e verificar a execução de um contrato administrativo, garantindo que ele seja cumprido conforme as condições estabelecidas, a legislação vigente e o interesse público.

A fiscalização de contrato, nos termos dos arts. 21 a 25 do Decreto nº 28.874/2024, menciona as atividades e atribuições exercidas por servidores formalmente designados, responsáveis por acompanhar e verificar a execução contratual, registrar ocorrências, assegurar o cumprimento das obrigações pactuadas e adotar providências diante de irregularidades, podendo contar com apoio técnico, e estando sujeito à responsabilização por suas ações ou omissões."

**3.8. Da entrega/recebimento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 15. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**"15. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 15.1. A empresa contratada deverá entregar os bens especificados no objeto deste TR no endereço das instituições beneficiadas: **Diretoria de Logística do Corpo de Bombeiros Militar - DLOG** - Av. José Vieira Caúla, nº 5582, Bairro Cuniã, Porto Velho-RO, CEP 76824-418 e **Departamento de Transportes da Polícia Civil**, localizado na Rua Flores da Cunha, 4444, Bairro Costa e Silva, Porto Velho - RO, CEP 76803-594. Os endereços mencionados são os mesmos para os órgãos participantes do Registro de Preços, todos no município de Porto Velho.
- 15.2. Após, todos os trâmites legais de recebimento os bens serão distribuídos conforme informações neste Termo de referência.
- 15.3. A Contratada deverá efetuar a entrega dos objetos, **até 120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da data de assinatura do contrato ou emissão da nota de empenho.
- 15.4. Antes da produção em série e entrega fiscal dos veículos, para atendimento da demanda empenhada e assinado o contrato, a fim de verificar a conformidade aos requisitos técnicos definidos no Termo de Referência, a CONTRATADA deverá comunicar previamente a CONTRATANTE para a apresentação de veículo (amostra/protótipo) na fábrica da empresa ou local equivalente, com as respectivas adaptações e grafismo, em atendimento às especificações técnicas do objeto, devendo a CONTRATANTE apresentar relatório de vistoria com objetivo de comparar as especificações técnicas mínimas exigidas neste instrumento e seus Anexos. O relatório servirá de documento que orientará o recebimento dos demais veículos a serem entregues.
- 15.5. Os custos de deslocamento, hospedagem e alimentação da equipe responsável pela vistoria técnica correrão por conta da Administração, não devendo ser incluídos na proposta comercial dos licitantes.
- 15.6. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação e disponibilização através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.7. Poderá ser prorrogado o prazo de entrega dos produtos, por até igual período, desde que a contratada apresente justificativa devidamente fundamentada e por escrito no prazo de até 10 (dez) dias antes do prazo previsto, com base no art. 123, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021;
- 15.8. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos objetos, deverá ser dirigida à Gerência de Convênios da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania, através do e-mail: **gerconvenios@cloud.sesdec.ro.gov.br** no horário de expediente, 07h30min às 13h30min, até a data de vencimento do prazo de entrega inicialmente estipulado, ficando a critério da SESDEC/RO a sua aceitação.
- 15.9. Qualquer dúvida durante a execução do objeto solicitado deverá ser sanada junto à Comissão Executora do Contrato da SESDEC/RO, não podendo a empresa Contratada se precipitar ou decidir sobre questões duvidosas e relevantes, sem autorização expressa da Contratante.
- 15.10. Das Condições de Recebimento de Bens:**
- 15.11. O Recebimento Provisório**
- 15.12. Provisoriamente, em até 5 (cinco) dias contados da data do recebimento da Nota Fiscal, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo, Nota de Empenho e proposta.
- 15.13. O Recebimento Definitivo**
- 15.14. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo, da Nota de Empenho e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 15 (quinze) dias do recebimento provisório, sendo a conclusão do recebimento atestada por Comissão de Recebimento, composta de no mínimo 3 (três) membros designados pela Administração;
- 15.15. Na hipótese de a verificação a que se referem os subitens anteriores não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo."



3.9. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas no item 20. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

"20. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

20.1. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser apresentadas juntamente com a entrega dos materiais. As Notas Fiscais/Faturas, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, **em nome da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, CNPJ 04.793.055/0001-57**, devendo conter no corpo, a descrição do objeto, número do empenho, número do convênio e o número da Conta Bancária da CONTRATADA para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado, conforme o art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874/2024 dispõe que “o *pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis*”.

20.2. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a **CONTRATANTE** poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura **CONTRATADA** de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a **CONTRATANTE**, a partir da análise do Controle Interno da SESDEC, para efetuar o respectivo pagamento no mesmo prazo do subitem anterior.

20.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

20.4. As Notas Fiscais/Faturas deverão vir acompanhadas dos respectivos comprovantes de recolhimento de encargos sociais: As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos/“certidão negativa ou certidão positiva, com efeito, de negativa”: Certidões Negativas de Débito junto ao INSS, FGTS, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa Estadual, Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, todos devidamente atualizados, as quais poderão ser solicitadas a qualquer tempo nos termos do certame.

20.5. Liquidação:

20.6. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) Prazo de validade;
- b) Data da emissão;
- c) Dados do contrato e do órgão contratante;
- d) Período respectivo de execução do contrato;
- e) Valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

20.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 de 2021.

20.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) Identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- c) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

20.10. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

20.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

20.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.14. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = percentual de taxa anual = 6%
EM = I x N x VP, onde:		
I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.		

20.15. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo.

20.16. Pagamento

20.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, caso o recolhimento ainda não tenha sido realizado pela contratada, devendo para tal, caso opte por recolhimento, apresentar os devidos comprovantes.

20.20. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

20.21. Não deverá ser efetuado pagamento à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso), exceto nos casos de parcela incontroversa, ou seja, aquela sobre a qual não paire qualquer dúvida, e esta, será devidamente paga pela contratante.

20.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**20.23. Retenção do IRRF**

20.24. Esclarece-se sobre a retenção do IRRF, que baseia-se na Instrução Normativa **Nº 10/2025/SEFIN-COTES** ID 0060091947 , que regulamenta a retenção de Imposto de Renda para pagamentos realizados estabelecendo os procedimentos a serem adotados por parte de gestores e ordenadores de despesas dos órgãos da administração pública do estado de Rondônia quanto à retenção na fonte do Imposto de Renda no pagamento de rendimentos do trabalho assalariado e não assalariado, prestação de serviços e fornecimento de bens, por meio do Manual de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre pagamentos realizados pelo Estado de Rondônia."

**3.10. Da obrigação da contratada:** Ficam aquelas estabelecidas no item 24. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**"24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

24.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, da qual constarão as indicações referentes à marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

24.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078, de 1990);

24.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

24.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

24.5. Indicar preposto para representa-lo durante a execução da ata, e também manter comunicação com a Administração, quando exigido pelo Município;

24.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

24.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata;

24.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para

24.9. O atendimento ao objeto da licitação, exceto quando: houver alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração, retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou

24.10. Autorização de fornecimento; interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração ou ainda aumento das quantidades inicialmente previstas da ata, nos limites permitidos pela Lei Federal 14.133, de 2021.

24.11. As despesas referentes aos equipamentos ou componentes substituídos, transporte, impostos e seguros, são de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo quaisquer ônus para a Administração.

24.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

24.13. No ato da entrega, caso o(s) equipamento(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(íram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s)/superior(es), sem ensejar ônus para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

24.14. A fornecedora deverá entregar, juntamente com os equipamentos licitados, o certificado de garantia do fabricante original traduzido para o português, se for o caso.

24.15. A empresa vencedora se responsabiliza, integralmente, por quaisquer avarias, riscos, violações e eventuais problemas ocorridos durante o transporte dos equipamentos até o local de sua efetiva entrega.

24.16. Todos os procedimentos, despesas referentes ao emplacamento, confecção da placa, licenciamento e documentação dos veículos, inclusive trâmite nos órgãos responsáveis pela homologação, conforme o OBJETO contratado, correrão por conta da CONTRATADA junto aos órgãos competentes."

**3.11. Da obrigação da contratante:** Ficam aquelas estabelecidas no item 25. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**"25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

25.1. Rejeitar as propostas cujas especificações dos equipamentos não atenderem, para cada item, aos requisitos mínimos constantes deste termo de referência.

25.2. Atender às recomendações da fornecedora e do fabricante, quanto a conservação e o uso dos equipamentos.

25.3. Liquidar a despesa e efetuar o pagamento à fornecedora, após emissão do termo de recebimento definitivo.

25.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos objetos, verificando se estão em conformidade com as especificações, condições e preços pactuados, no que se refere à entrega, garantia, assistência técnica e treinamento.

25.5. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa realizar a entrega dos mesmos, dentro das normas e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

25.6. Rejeitar no todo ou em parte os bens fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, comunicando-lhe imediatamente qualquer irregularidade verificada no que concerne a eventuais imperfeições, falhas ou vícios ou defeitos de qualidade;

25.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada.

25.8. Reter créditos e aplicar as sanções cabíveis previstas neste instrumento e na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto.

25.9. Efetuar o pagamento à empresa CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente instrumento bem como prorrogar prazos e aplicar sanções se for o caso.

25.10. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação dos serviços;

25.11. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida."

3.12 **Dos critérios de sustentabilidade:** Ficam aquelas estabelecidas no item 14. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

"14. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

- 14.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.
- 14.2. A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.
- 14.3. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;
- 14.4. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações dispostas na **Lei 14.133/21 e Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010**, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, no que couber.
- 14.5. Os veículos a serem adquiridos pela CONTRATADA deverão estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores e atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções)."

4. **DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA**

4.1. Quanto à aplicação do Inciso II do Artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, que versa sobre "a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida" está conforme o item 10. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

"10. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADO POR ITEM

- 10.1. Em referência ao art. 82, II. da Lei 14.133/21, deverão ser cotadas as seguintes quantidades mínimas, conforme especificações técnicas do Termo de Referência, para os seguintes itens:
- 10.1.1. Veículo para Transporte de Cadáveres (Rabecão) - **01 (duas) Unidades;**
- 10.1.2. Veículo para Transporte de Combustível (Caminhão Tanque) - **01 (uma) Unidade**
- 10.1.3. Veículo para Unidade de Resgate tipo B (Ambulância) furgão - **24 (vinte e quatro) Unidades"**

5. **DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES**

5.1. **NÃO SERÁ** admitida a previsão de preços diferentes, conforme item 13. e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

"13. PREÇOS DIFERENTES

- 13.1. Baseando-se no inciso III, art. 82 da Lei nº 14.133/2021, acerca da possibilidade de previsão de preços diferentes:
- 13.2. Os preços apresentados deverão incluir, de forma abrangente, todos os impostos, taxas, encargos e demais despesas, bem como o custo do transporte/frete para entrega no local de recebimento provisório, conforme estabelecido neste Termo de Referência.
- 13.3. Na composição do valor, deverão ser considerados todos os custos envolvidos, tais como tributos, frete, transporte, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 13.4. A CONTRATADA será responsável por todas as condições e obrigações relacionadas ao frete, seguro e demais encargos necessários ao transporte e armazenamento, desde o local de origem até o destino final, incluindo o pagamento de taxas, impostos e outras despesas previstas na legislação aplicável.
- 13.5. No presente caso, trata-se da aquisição de veículos especiais para as forças de segurança, todos destinados a serem entregues no mesmo local, sem diferenciação de condições logísticas, operacionais ou de armazenagem entre os itens. Assim, inexistem fatores distintos que justifiquem variações significativas nos preços ofertados com base no local ou na forma de entrega, uma vez que as condições de fornecimento permanecem uniformes para todos os veículos.
- 13.6. Dessa forma, à luz do art. 82, III, conclui-se que não há previsão ou justificativa técnica para preços diferenciados decorrentes de custos de entrega, pois não há variação logística entre os itens contratados. Eventuais divergências de preços devem, portanto, ser fundamentadas exclusivamente em características intrínsecas dos veículos ou condições de mercado, e não em fatores de entrega, os quais permanecem idênticos."

5.2. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5 e no item 5.4, a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.

## 6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

6.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: [coseg2.supel@gmail.com](mailto:coseg2.supel@gmail.com);

6.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pela 2ª Comissão de Segurança Pública desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Palácio Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

6.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

6.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

6.3. A decisão da Pregoeira quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Pregoeira, na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

7.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

7.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 7.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

7.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

7.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

7.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

7.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### 7.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 22. do Anexo I - Termo de Referência.

#### "22. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

22.1. Será facultada a participação de consorcio de empresas, conforme preceitua o artigo 15, da Lei 14.133/2021.

22.2. Será facultada a participação de empresas estrangeiras, desde que em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou na condição de consorciada com empresa nacional.

22.3. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do CONSÓRCIO nas fases de licitação e durante a vigência do contrato.

22.4. No caso de empresas em Consórcio, cada uma delas deverá apresentar a documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, na forma prevista neste Edital, observando-se as particularidades para empresas estrangeiras sem subsidiária, filial, agência, escritório ou estabelecimento no Brasil.

22.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do CONSÓRCIO nas fases de licitação e durante a vigência do contrato.

22.6. Com relação à qualificação técnica será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciada ou a apresentação isolada por um único consorciado.

22.7. Para efeito de qualificação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciada, na proporção de sua respectiva participação, atendendo aos índices contábeis estabelecidos no edital. **A comprovação proporcional será válida apenas para o Capital Social/Patrimônio Líquido**, os demais itens de qualificação econômico-financeira deverão ser comprovados individualmente por cada consorciado.

22.8. As empresas em CONSÓRCIO deverão apresentar compromisso por escritura ou documento particular registrado em Cartório de Registros de Títulos e Documentos, no Brasil, subscrito pelos consorciados, de que irão constituir o CONSÓRCIO que deverá conter pelo menos o seguinte:

22.9. Indicação da empresa líder, que será responsável pelo cumprimento das obrigações das consorciadas, devendo conferir à líder amplos poderes para representar as consorciadas no procedimento licitatório e de contrato, receber o preço do serviço, dar quitação, responder administrativamente e judicialmente, inclusive receber notificações, intimações e citação;

22.10. Regular a participação de cada consorciada na execução dos serviços, bem como a participação percentual de cada consorciada no preço;

22.11. Regular a responsabilidade de cada consorciada quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e/ou técnicas, devendo as integrantes do consórcio serem obrigatoriamente responsáveis solidárias pelo cumprimento licitatório e do contrato;

22.12. Compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para os fins do consórcio, em pessoa jurídica distinta e que o consórcio não adotará denominação própria diferente da de seus integrantes;

22.13. A líder deverá ter poderes específicos para receber as instruções em nome de todos os demais membros do consórcio, sendo a responsável legal e global pela execução do contrato;

22.14. No Consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

22.15. O prazo de duração de consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de garantia previsto no Anexo I e Anexo II – Termo de Referência.

22.16. Na hipótese de as empresas em CONSÓRCIO sagrarem-se vencedoras da licitação, ficarão obrigadas a promover a constituição e o registro do CONSÓRCIO, antes da celebração do contrato, na forma estabelecida pelo art. 279 da Lei 6.404/76.

22.17. Na hipótese de as empresas em CONSÓRCIO sagrarem-se vencedoras da licitação deverá ser emitida fatura mensal única, em nome do CONSÓRCIO, tendo em anexo as medições correspondentes de cada participante do Consórcio, que serão pagas individualmente.

22.18. A empresa indicada como líder no consórcio será a representante junto ao pregoeiro, para os efeitos de comunicações, diligências ou avisos, seja ao consórcio ou as empresas dele integrante.

22.19. As alterações na constituição ou composição do consórcio deverão ser submetidas à anuência e aprovação da SESDEC/RO, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original."

**7.6.7 Da subcontratação:** Ficam aquelas estabelecidas no item 21. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**"21. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório."

7.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

7.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** ou inabilitação.

**8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

8.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

8.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

8.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

8.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluía, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

8.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

**8.4 Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.**

9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.
- 9.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.
- 9.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.
- 9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.
- 9.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.
- 9.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 11. do Anexo I deste edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances.

"11. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1. Na fase de apresentação das propostas, deverá constar na mesma a marca e modelo dos objetos ofertados, bem como o detalhamento técnico, folders, panfletos em formato digital ou material semelhante que permita a melhor análise da proposta pela comissão responsável, sendo vedado o uso de fotos ou capturas de tela (prints), que possam prejudicar a visualização e a compreensão dos detalhes pela comissão avaliadora. Solicitamos que as propostas sejam enviadas exclusivamente em formato PDF, ou outro formato que seja possível de copiar e pesquisar os dados, a fim de verificar se os produtos ofertados são compatíveis com o solicitado, garantindo assim a clareza necessária para a adequada avaliação das propostas apresentadas.
- 11.2. A realização de avaliação das propostas contribui com a economicidade para a Administração Pública pois evita que sejam contratados produtos que não atenderão ou que estejam em desconformidade com as necessidades das unidades que serão contempladas com esta aquisição.
- 11.3. A proposta deverá ser apresentada em planilha detalhada, que deverá conter no mínimo:
- 11.4. Redação em língua portuguesa, sendo vetados rasuras, ressalvas, emendas, acréscimos, entrelinhas ou capturas de tela que dificultem a visualização.
- 11.5. Dados da LICITANTE tais como: razão social, número do CNPJ, nome, endereço completo, número de telefone para contato, sítio da Internet, se houver, endereço eletrônico, banco, números da agência e conta corrente, data e assinatura do representante legal.
- 11.6. Marca, modelo e descrição detalhada das características do objeto e equipamentos que compõe a solução, bem como dos materiais e componentes utilizados no fornecimento do objeto, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.
- 11.7. Deverá relacionar em documento único os equipamentos ofertados e anexar com os documentos de Habilitação Encartes técnicos originais dos fornecedores, incluindo imagens, descrição, características, especificações técnicas em português ou com tradução juramentada, que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade dos produtos ofertados, para análise técnica da Comissão. Atendimento dos objetos dentro dos padrões das normas pertinentes, por exemplo, a ABNT, INMETRO, IBAMA, etc., quando assim couber, em português ou com tradução juramentada, que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade dos produtos ofertados, para análise técnica da Comissão.
- 11.8. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**."

10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 10.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.
- 10.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 10.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 10.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:
- a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 10.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 10.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**, conforme item 28.2. do Anexo I deste edital - Termo de Referência.
- "28.2. O modo de disputa será preferencialmente aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos, sucessivos e decrescentes. Contudo, cumpre destacar que a licitação resultante do presente processo não será conduzida por esta Gerência de Convênios da SESDEC, mas sim pela Superintendência Estadual de Licitações (SUPEL), sendo a sua execução realizada por intermédio de pregoeiro nomeado diretamente pela SUPEL."



10.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

10.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#)., nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO pelo próprio sistema ComprasGov nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79..

10.11. Subsidiariamente a utilização do subitem 10.9, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site [sorteador.com.br](#) (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 10.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

10.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.13. Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017 , a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência.

## 11. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo a Pregoeira examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

11.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a Pregoeira, poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

11.3. A Pregoeira não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.



11.3.1. Sob análise da Pregoeira, poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

11.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

11.3.3.. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

11.4. Para fins de aceitação da proposta a Pregoeira examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

11.5. Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

11.7. O Termo de Referência não exige a apresentação de amostra na fase de aceitação da proposta de preços, contudo o licitante deverá observar o que está disposto no item 15.4. do Anexo I - Termo de Referência.

"15.4. Antes da produção em série e entrega fiscal dos veículos, para atendimento da demanda empenhada e assinado o contrato, a fim de verificar a conformidade aos requisitos técnicos definidos no Termo de Referência, a CONTRATADA deverá comunicar previamente a CONTRATANTE para a apresentação de veículo (amostra/protótipo) na fábrica da empresa ou local equivalente, com as respectivas adaptações e grafismo, em atendimento às especificações técnicas do objeto, devendo a CONTRATANTE apresentar relatório de vistoria com objetivo de comparar as especificações técnicas mínimas exigidas neste instrumento e seus Anexos. O relatório servirá de documento que orientará o recebimento dos demais veículos a serem entregues."

11.8. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 11. do Anexo I - termo de Referência.

#### "11. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. Na fase de apresentação das propostas, deverá constar na mesma a marca e modelo dos objetos ofertados, bem como o detalhamento técnico, folders, panfletos em formato digital ou material semelhante que permita a melhor análise da proposta pela comissão responsável, sendo vedado o uso de fotos ou capturas de tela (prints), que possam prejudicar a visualização e a compreensão dos detalhes pela comissão avaliadora. Solicitamos que as propostas sejam enviadas exclusivamente em formato PDF, ou outro formato que seja possível de copiar e pesquisar os dados, a fim de verificar se os produtos ofertados são compatíveis com o solicitado, garantindo assim a clareza necessária para a adequada avaliação das propostas apresentadas.

11.2. A realização de avaliação das propostas contribui com a economicidade para a Administração Pública pois evita que sejam contratados produtos que não atenderão ou que estejam em desconformidade com as necessidades das unidades que serão contempladas com esta aquisição.

11.3. A proposta deverá ser apresentada em planilha detalhada, que deverá conter no mínimo:

11.4. Redação em língua portuguesa, sendo vetados rasuras, ressalvas, emendas, acréscimos, entrelinhas ou capturas de tela que dificultem a visualização.

11.5. Dados da LICITANTE tais como: razão social, número do CNPJ, nome, endereço completo, número de telefone para contato, sítio da Internet, se houver, endereço eletrônico, banco, números da agência e conta corrente, data e assinatura do representante legal.

11.6. Marca, modelo e descrição detalhada das características do objeto e equipamentos que compõe a solução, bem como dos materiais e componentes utilizados no fornecimento do objeto, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

11.7. Deverá relacionar em documento único os equipamentos ofertados e anexar com os documentos de Habilitação Encartes técnicos originais dos fornecedores, incluindo imagens, descrição, características, especificações técnicas em português ou com tradução juramentada, que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade dos produtos ofertados, para análise técnica da Comissão. Atendimento dos objetos dentro dos padrões das normas pertinentes, por exemplo, a ABNT, INMETRO, IBAMA, etc., quando assim couber, em português ou com tradução juramentada, que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade dos produtos ofertados, para análise técnica da Comissão.

11.8. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**."

11.9. **As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

11.9.1 A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

11.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 11.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

11.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

11.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

11.9.4. O procedimento mencionado no item 11.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

11.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

## 12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

12.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

12.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

12.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

12.6. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7. A Pregoeira, após a aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

**12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

12.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.10. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

12.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

12.11.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 12.11. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.11.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### 12.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

12.12.1. Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

### 12.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

#### **12.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

12.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 29.5. do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

##### **"29.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

29.5.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

29.5.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

29.5.2.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

29.5.2.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

29.5.2.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

29.5.2.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

29.5.3 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da parcela pertinente.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

29.5.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor."

#### **12.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 29.4. do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

##### **"29.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

29.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

29.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

29.4.2.1. Fornecimento de veículos automotores customizados com sistemas luminoso e sonoro de emergência, em quantidades que se somadas resultem em pelo menos 4% (quatro por cento) da quantidade ofertada para o item.

29.4.2.1.1. Caso o licitante tenha ofertado o melhor lance para mais de um item, a comprovação se dará apenas para item de maior quantidade.

29.4.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

29.4.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

29.4.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

29.4.6. Como o base às parcelas de maior relevância ou valor significativo, a quantidade de Atestados de Capacidade Técnica, será de 50%, conforme § 2º do artigo 67 da Lei 14133/2021:

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

29.4.7. As exigências de qualificação técnica estabelecidas mostram-se adequadas, proporcionais e alinhadas à legislação vigente, garantindo que apenas empresas com experiência comprovada e capacidade operacional participem do certame. Tais critérios contribuem para a mitigação de riscos na execução contratual, assegurando maior confiabilidade no fornecimento de veículos especiais e, conseqüentemente, a adequada prestação de serviços essenciais à Administração Pública."

12.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

#### **12.17. DAS DECLARAÇÕES:**

12.17.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.

d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Outras declarações eventualmente exigidas no [Anexo I deste edital - Termo de Referência](#).

12.17. Não será necessária a juntada as documentações exigidas em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, com os demais documentos de habilitação/proposta.

12.18. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

#### **13. DO RECURSO**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de Julgamento e Habilitação, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

13.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

13.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 . O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

#### **14. DA HOMOLOGAÇÃO**

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

15.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.3 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.4 Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e sanções previstas no item 23 e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

### "23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVA

23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

23.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

23.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

23.4. Dar causa à inexecução total do contrato;

23.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

23.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

23.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

23.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

23.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

23.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

23.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

23.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

23.13. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

23.14. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.15. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a administração pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.16. A sanção prevista no inciso I do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da mesma lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

23.17. A sanção prevista no inciso II do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta lei.

23.18. A sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.19. A sanção prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.20. A sanção estabelecida no inciso IV do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do poder executivo, será de competência exclusiva de ministro de estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos poderes legislativo e judiciário, pelo ministério público e pela defensoria pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

III - § 7º as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

IV - § 8º se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.21. As sanções seguem os parâmetros descritos na Lei 14.133/2021, mesmo que não tenham sido listadas neste termo de referência."

16.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, conforme estabelecido no item 4.4. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

"4.4. Distribuição de acordo com suas respectivas Fontes de Custeio:

4.4.1. Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, **Unidade Orçamentária 15001**.

Fonte	Item	Objeto	Qtde	Destinação		Total
<b>Convênio nº 906670/MJ/2020</b>  <b>Dados do convênio:</b>  - Termo de Convênio nº 906670 - (PROPOSTA 7523) (0028739267); - Publicação Convênio nº 906670/2020 (0028739283); - Extrato da Proposta 7523 convênio 906670 (0028739303)	1	VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES (RABECÃO)	01	PC	IML – Instituto Médico Legal de Porto Velho	01
	2	VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL (CAMINHÃO TANQUE)	01	BM	Grupamento de Operações Aéreas GOA	01
	3	VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA)	01	BM	3º Grupamento do Bombeiro Militar /Vilhena/RO	06
			01	BM	2º Grupamento do Bombeiro Militar 3º GB/Cerejeiras/RO	
			01	BM	4º Grupamento do Bombeiro Militar/Cacoal/RO	
			01	BM	4º Grupamento do Bombeiro Militar 2º SGB/Pimenta Bueno/RO	
			01	BM	1º Grupamento do Bombeiro Militar 2º SGBM 4º GBM/Espigão D'Oeste - RO	
			01	BM	4º Grupamento do Bombeiro Militar 3º SGB/Rolim De Moura/RO	

4.4.2. Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP, **Unidade Orçamentária 15017**.

Fonte	Item	Objeto	Qtde	Destinação		Total
FUNESP	3	VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA)	06	BM	Corpo de Bombeiros Militar	06

4.4.3. Fundo Especial do Corpo de Bombeiros - FUNESBOM, **Unidade Orçamentária 15014**.

Fonte	Item	Objeto	Qtde	Destinação		Total
FUNESBOM	3	VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA)	10	BM	Corpo de Bombeiros Militar	11

4.4.4. Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBM, **Unidade Orçamentária 15004**:

Fonte	Item	Objeto	Qtde	Destinação		Total
Convênio nº 905745/MJ/2020	3	VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA)	01	BM	Corpo de Bombeiros Militar	01

18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.2. O limites global e individual para adesões a este Sistema de Registro de Preços será conforme estabelecido nos itens 33.3, 33.4 e 33.5. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

"33.3. A manifestação do Órgão gerenciador fica condicionada à realização de estudo, pelos Órgãos e pelas Entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a Administração Pública Estadual da utilização da Ata de Registro de Preços.

33.4 As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e aos órgãos participantes.

33.5 O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e aos Órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem."



18.3. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgão gerenciador, participantes e não participantes será conforme estabelecido no item 36. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

**"36. INDICAÇÃO DA QUANTIDADE MÍNIMA PARA CADA ORDEM DE FORNECIMENTO**

36.1. Para fins de emissão de Ordens de Fornecimento (OF) no âmbito da presente Ata de Registro de Preços, fica definido que cada Ordem de Fornecimento deverá observar o quantitativo mínimo por item, conforme segue: (a) Item 1 – Veículo Rabecão: mínimo de 1 unidade; (b) Item 2 – Caminhão com Tanque de Combustível: mínimo de 1 unidade; (c) Item 3 – Unidade de Resgate: mínimo de 1 unidade.

36.2. Os órgãos gerenciador, participantes e não participantes deverão respeitar tais limites mínimos, sendo vedada a emissão de Ordem de Fornecimento em quantidades inferiores. O atendimento às OFs observará os quantitativos máximos registrados na ARP, bem como os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência."

18.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

18.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

18.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

18.10. - É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

18.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

18.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

18.12.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

18.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

18.12.2.1. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e

18.12.2.2. Mantiverem sua proposta original.

18.13. Para o cadastro reserva disposto no item **18.12.2.** a Pregoeira realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

18.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

18.15. O registro a que se refere o item **18.12.2.** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.

18.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

18.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.18.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

18.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.



**19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

19.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

19.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

19.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

19.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e

19.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

19.3. O disposto no § 3º do art. 139 do Decreto n.º 28.874/2024 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

**20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

20.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

20.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

20.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

20.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>

20.12. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

20.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

20.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

**21. DOS ANEXOS**

**21.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Termo de Referência (72903194);

**ANEXO II** - Análise de Risco (67728513);

**ANEXO III** - Quadro Estimativo de Preços (71181608);

**ANEXO IV** - Minuta da Ata de Registro de Preços e da Adesão à ata (73137009);

ANEXO V - Minuta de Contrato (71881624).

Porto Velho-RO, 10 de junho de 2026.

NADIANE DA COSTA LAIA

Pregoeira da 2ª Comissão de Segurança Pública - COSEG2/SUPEL/RO  
Portaria n.º 109 de 04 de maio de 2026

Elaborado por:  
INGRID TAINARA XAVIER PEDROZA  
Membro da 2ª Comissão de Segurança Pública - COSEG2/SUPEL/RO  
Portaria n.º 109 de 04 de maio de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Pregoeiro(a)**, em 10/06/2026, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72948881** e o código CRC **887B03DB**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
2ª Comissão de Segurança Pública - SUPEL-COSEG2

**TERMO**

Certifico que, na data de hoje, procedi com a juntada nestes autos do comprovante de Relação de Itens Cadastrados no ComprasGov Id. (73137784).

Na oportunidade, saliento que devido a ausência de descrições idênticas de alguns itens no cadastramento junto ao Sistema Compras do Governo Federal, foi realizado o **cadastrado com descritivos similares**. Contudo, para cadastramento das propostas, **deve-se observar e atender os descritivos informados no Termo de Referência - Anexo I do Edital**, o qual contém as **descrições fidedignas dos itens**.

Com este fim e para constar, lavrei o presente termo.

Atenciosamente,

**INGRID TAINARA XAVIER PEDROZA**  
Membro da 2ª Comissão de Segurança Pública - COSEG2/SUPEL/RO  
Portaria n.º 109 de 04 de maio de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Ingrid tainara xavier pedroza, Assessor(a)**, em 10/06/2026, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72949330** e o código CRC **6DFDBAF5**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC  
Gerência de Convênios - SESDEC-GECONV

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES (RABECÃO), TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL (CAMINHÃO TANQUE) E AMBULÂNCIA DO TIPO B, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC.**  
**(ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONFORME ANEXO I E ANEXO II)**

1.

**DA IDENTIFICAÇÃO**
- 1.1.

**Unidade Orçamentária:**
- 1.2.

15001 Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
- 1.3.

15017 Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP
- 1.4.

15014 Fundo Especial do Corpo de Bombeiros - FUNESBOM
- 1.5.

15004 Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO
2.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
- 2.1.

A aquisição dos objetos deste Termo de Referência tem amparo legal nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se, subsidiariamente, o Decreto nº 11.462/2023 e Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, assim como outros regulamentos pertinentes à matéria.
- 2.2.

A SESDEC, ao promover a aquisição dos Veículos, observará os preceitos do disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como nas normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO). A comprovação do disposto na referida instrução normativa poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital. Além disso, será exigido comprovante de registro no cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, acompanhado do respectivo certificado de regularidade válido, nos termos do art. 17, inciso II da Lei nº 6.938/81 e da Instrução Normativa – IBAMA nº 31/2009.
- 2.3.

As aquisições dos veículos se beneficiarão do art. Nº 54, XXVIII do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, que Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Além disso, da Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997 e da Instrução Normativa nº 112, de 31 de Dezembro de 2001, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos para patrulhamento policial, pelos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- 2.4.

Devem ser observadas além de outras normas, no que couber, o previsto na RESOLUÇÃO Nº 25, DE 21 DE MAIO DE 1998, do CONTRAN, que dispõe sobre modificações de veículos e dá outras providências, previstas nos arts. 98 e 106 do Código de Trânsito Brasileiro e na Portaria n.º 30 de 22 de janeiro de 2004, do INMETRO, que estabelece que as inspeções de segurança veicular, executadas por entidades credenciadas pelo Inmetro, devem ser feitas de acordo com os requisitos estabelecidos nos Regulamentos Técnicos da Qualidade do Inmetro “Inspeção de veículos rodoviários automotores - modificação ou fabricação artesanal” (RTQ 24).
- 2.5.

Os requisitos de construção e desempenho, os métodos de ensaio e serão estabelecidos em NBR, ABNT, CONTRAN e Instruções Normativas da boa engenharia.
3.

**DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO**
- 3.1.

**Do Interesse Público na Despesa**
- 3.1.1.

As referidas aquisições visam atender as necessidades imperativas da instituições de segurança pública do Estado de Rondônia (**PC e CBM**) em otimizar a capacidade de resposta, gestão e atendimento ao público em geral em um território geograficamente diversificado, dinâmico e eficaz para enfrentar os desafios únicos apresentados pelas múltiplas localidades e realidades do Estado, promovendo a segurança, a ordem e o bem-estar da população.

3.2. Da Aquisição dos Veículos

3.2.1. A aquisição dos veículos mencionados – **veículo para transporte de cadáveres (rabecão), veículo para transporte de combustível (caminhão tanque) e veículo para unidade de resgate tipo B (ambulância)** – é de extrema importância para atender às demandas operacionais da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia. Estes órgãos desempenham funções cruciais para a manutenção da ordem pública, segurança e bem-estar da população, sendo essencial prover os meios necessários para o desempenho eficiente de suas atividades.

3.2.1.1. **Veículo para transporte de cadáveres (rabecão)** - Este veículo é indispensável para o atendimento de ocorrências relacionadas a crimes, acidentes e outras situações que demandem a remoção e o transporte adequado de corpos ao Instituto Médico Legal (IML). A ausência de um veículo adequado compromete não apenas a agilidade dos serviços periciais, mas também a dignidade no tratamento dos corpos e o suporte às famílias, impactando diretamente na eficácia das investigações policiais.

3.2.1.2. **Veículo para transporte de combustível (caminhão tanque)** - O caminhão tanque é essencial para garantir o abastecimento contínuo de aeronaves, viaturas e equipamentos em áreas remotas, além de ser estratégico no apoio a operações de grande escala, como combate a incêndios florestais, socorro em desastres naturais ou manutenção de bases móveis. Sua aquisição permitirá a autossuficiência operacional, reduzindo custos e tempos de resposta em cenários críticos.

3.2.1.3. **Veículo para unidade de resgate tipo B (ambulância)** - A ambulância tipo B é fundamental para o Corpo de Bombeiros Militar no atendimento pré-hospitalar a vítimas de acidentes, desastres e situações de urgência médica. Equipado para garantir o suporte básico à vida, este veículo promove o rápido deslocamento e atendimento às vítimas, reduzindo riscos de agravamento e aumentando as chances de sobrevivência.

3.3. A aquisição destes veículos visa suprir a crescente demanda dos serviços prestados pelos referidos órgãos, proporcionando condições técnicas, logísticas e estruturais adequadas para a execução de suas atividades. Ademais, trata-se de uma medida indispensável para assegurar o cumprimento das obrigações constitucionais e legais de proteção à vida, segurança e bem-estar da população de Rondônia.

3.4. No mesmo sentido, essas contratações visa dar cumprimento aos planejamentos realizados conforme os Planos de Trabalhos dos convênios com o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, mencionados neste TR, buscando suprir as necessidades imediatas da Polícia Civil e polícia Militar do Estado de Rondônia, na consecução de suas atividades fins.

4. DO OBJETO

4.1. Registro de preços, para eventual e futura aquisição de **veículos para transporte de cadáveres (rabecão), veículo para transporte de combustível e veículo ambulância tipo B** visando o Fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública do Estado de Rondônia, com a finalidade de atender ao Convênio 906670/MJ/2020 celebrado com o Ministério da Justiça representado pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública e Secretaria Nacional de Segurança Pública, conforme as especificações técnicas abaixo :

4.2. Das Especificações Técnicas/Quantidades do Objeto:

Item	Especificação	Código CATMAT	Unidade de medida	Qtd
1	<b>VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES (RABECÃO)</b> diesel, cor preta, 0km, potência mínima de <b>150 CV</b> , torque mínimo no <b>39,1 kgfm</b> . Acessório/adaptações: Rádio transceptor móvel digital, equipamento de rastreamento (GPS), sistema de visualização visual, strobo, grafismo e outros. Com adaptações para veículo de transporte de cadáveres.  (Especificações técnicas completa no ANEXO I e ANEXO II )	---	Un	01
2	<b>VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL (CAMINHÃO TANQUE)</b> 0km, tração <b>4x2</b> , PBT mínimo de 17t, potência mínima de <b>250 CV</b> e máxima de 340CV, mínimo <b>6 cilindros</b> , tanque com capacidade <b>mínima de 5.000L</b> Acessório/adaptações: Sirene, barra luminosa, rádio transceptor móvel digital, equipamento de rastreamento (GPS), 5. câmera de ré, e outros.  (Especificações técnicas completa no ANEXO I e ANEXO II)	31534	Un	01
3	<b>VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA) FURGÃO</b> - diesel, motor <b>04 Cilindros</b> , potência mínima de <b>130 CV</b> , turbinado, torque mínimo de <b>30kgfm, tração mínima 4x2</b> (conforme NBR 14.561, da ABNT), PBT máximo de 4.300kg. Com adaptações para veículo de resgate (ambulância / unidade de suporte básico - USB) e rádio transceptor móvel digital.  (Especificações técnicas completa no ANEXO I ANEXO II)	48518	Un	24

4.2.1. Foi inserido códigos genéricos de CATMAT dos itens 2 e 3, não sendo possível localizar os itens com as mesmas definições, descrições e/ou especificações dos objetos demandados no processo, no site de Compras.gov.br (<https://tinyurl.com/y3eojwux>). Sobre o CATMAT referente ao item 1, não houve nenhum resultado na pesquisa.

4.3. Memória de Cálculo e Justificativa do Quantitativo:

4.3.1. Considerando a missão principal das forças de segurança "*preservação da ordem pública e da incolumidades das pessoas e do patrimônio*", é crível argumentar que para a consecução de suas missões, tais forças devem se servir de boas estruturas e meios necessários para melhor atender a sociedade.

4.3.2. A aquisição dos referidos veículos atenderá imensamente as necessidades usuais das forças de segurança pública, que apesar de já possuírem tais veículos, pelas suas atividades diárias e corriqueiras demandam desgaste, dessa forma, precisam ser substituídos por veículos novos, assim, a aquisição será a melhor alternativa para que o serviço público seja contínuo.

4.3.3. Os procedimentos iniciais do planejamento foram devidamente observados, como a elaboração da formalização da demanda e justificativa - Memorando nº 133/2022/SESDEC-GECONV (0028737498); Autorização do Ordenador de Despesas (0029180884); Bem como, o levantamento do quantitativo foi baseado nos documentos: Ofício nº 7371/2023/CBM-GABCMD (0038435525), Despacho (0038162095) e Ofício nº 7371/2023/CBM-



GABCMD (0038435525).

4.4. Estimativa de quantidade e valor estimado da contratação:

Ordem	Descrição do Item	Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3	Cotação 4	Cotação 5	Preço Unitário Médio Estimado	Previsão de quantidade a ser adquirido
1	VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES (RABECÃO) diesel, cor preta, 0km, potência mínima de 150 CV, torque mínimo no 39,1 kgfm. Acessório/adaptações: Rádio transceptor móvel digital, equipamento de rastreamento (GPS), sistema de visualização visual, strobo, grafismo e outros. Com adaptações para veículo de transporte de cadáveres.	R\$ 316.327,75	R\$ 336.825,25	R\$ 336.825,25	-	-	R\$ 329.992,75	01
2	VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL (CAMINHÃO TANQUE) 0km, tração 4x2, PBT mínimo de 17t, potência mínima de 250 CV e máxima de 340CV, mínimo 6 cilindros, tanque com capacidade mínima de 5.000L. Acessório/adaptações: Sirene, barra luminosa, rádio transceptor móvel digital, equipamento de rastreamento (GPS), 5. câmera de ré, e outros	R\$ 840.000,00	R\$ 995.974,00	R\$ 895.000,00	R\$ 830.000,00	R\$ 864.899,00	R\$ 885.174,60	01
3	VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA) FURGÃO - diesel, motor 04 Cilindros, potência mínima de 130 CV, turbinado, torque mínimo de 30kgfm,tração mínima 4x2 (conforme NBR 14.561, da ABNT), PBT máximo de 4.300kg. Com adaptações para veículo de resgate (ambulância / unidade de suporte básico - USB) e rádio transceptor móvel digital.	R\$ 505.000,00	R\$ 532.000,00	R\$ 547.000,00	R\$ 647.790,00	-	R\$ 557.947,50	24

4.5. Justificativa de preços:

4.5.1. Referência Legal:

A presente justificativa fundamenta-se no Art. 23 da Lei no 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME no 65/2021, que dispõem sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

4.5.2. Objeto

O presente documento visa justificar o valor estimado para a aquisição de veículos especiais (Rabecão, Caminhão Tanque e Ambulâncias Tipo B), destinados ao atendimento das necessidades operacionais da administração pública.

4.5.3. Metodologia de Aferição

A pesquisa de preços foi realizada utilizando o método da Média Aritmética Simples das cotações obtidas junto a fornecedores do ramo, buscando refletir os preços praticados no mercado atual, considerando as especificações técnicas detalhadas (adaptações, equipamentos de sinalização e comunicação).

4.5.4. Detalhamento dos Itens e Valores

Item	Descrição Resumida	Qtd	Média Unitária	Total Estimado
01	Veículo para Transporte de Cadáveres (Rabecão)	01	R\$ 329.992,75	R\$ 329.992,75
02	Veículo para Transporte de Combustível (Caminhão Tanque)	01	R\$ 885.174,60	R\$ 885.174,60
03	Unidade de Resgate Tipo B (Ambulância USB)	24	R\$ 557.947,50	R\$ 13.390.740,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:				R\$ 14.605.907,35

4.5.5. Justificativa da Aceitabilidade dos Preços

Os valores obtidos apresentam-se compatíveis com o mercado para veículos de natureza especial.

Ressalta-se que:

Especificidade Técnica: Não se trata de veículos de linha comercial padrão, mas de unidades adaptadas com implementos específicos (sistemas de rastreamento, rádio digital, sinalização visual e adaptações estruturais), o que justifica o valor agregado.

Variação de Amostragem: Foram coletadas de 3 a 5 cotações por item, garantindo a pluralidade necessária para evitar distorções, conforme preconiza o § 1o do Art. 23 da Lei 14.133/2021.

Consistência: Observou-se uma variação aceitável entre os proponentes, validando a média como parâmetro seguro para o teto da licitação.

4.5.6. Conclusão

Ante o exposto, considera-se que o preço médio estimado de R\$ 14.605.907,35 reflete a realidade de mercado para o atendimento integral das especificações exigidas, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, respeitando os princípios da economicidade e eficiência.

4.6. Distribuição de acordo com suas respectivas Fontes de Custeio:

4.6.1. Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, **Unidade Orçamentária 15001.**

Fonte	Item	Objeto	Qtde	Destinação		Total
<b>Convênio nº 906670/MJ/2020</b>  <b>Dados do convênio:</b>  - Termo de Convênio nº 906670 - (PROPOSTA 7523) (0028739267); - Publicação Convênio nº 906670/2020 (0028739283); - Extrato da Proposta 7523 convênio 906670 (0028739303)	1	VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES (RABECÃO)	01	PC	IML – Instituto Médico Legal de Porto Velho	01
	2	VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL (CAMINHÃO TANQUE)	01	BM	Grupamento de Operações Aéreas GOA	01
	3	VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA)	01	BM	3º Grupamento do Bombeiro Militar /Vilhena/RO	06
			01	BM	2º Grupamento do Bombeiro Militar 3º GB/Cerejeiras/RO	
			01	BM	4º Grupamento do Bombeiro Militar/Cacoal/RO	
			01	BM	4º Grupamento do Bombeiro Militar 2º SGB/Pimenta Bueno/RO	
			01	BM	1º Grupamento do Bombeiro Militar 2º SGBM 4º GBM/Espigão D'Oeste - RO	
			01	BM	4º Grupamento do Bombeiro Militar 3º SGB/Rolim De Moura/RO	

4.6.2. Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP, **Unidade Orçamentária 15017.**

Fonte	Item	Objeto	Qtde	Destinação		Total
FUNESP	3	VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA)	06	BM	Corpo de Bombeiros Militar	06

4.6.3. Fundo Especial do Corpo de Bombeiros - FUNESBOM, **Unidade Orçamentária 15014.**

Fonte	Item	Objeto	Qtde	Destinação		Total
FUNESBOM	3	VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA)	11	BM	Corpo de Bombeiros Militar	11

4.6.4. Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBM, **Unidade Orçamentária 15004:**

Fonte	Item	Objeto	Qtde	Destinação		Total
Convênio nº 905745/MJ/2020	3	VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA)	01	BM	Corpo de Bombeiros Militar	01

4.7. Da plotagem:

4.7.1. A contratada deverá arcar com a plotagem nos moldes dos modelos das instituições após o recebimento da ordem de execução ou assinatura do contrato, ficando à cargo da contratante o envio dessas informações para elaboração de layout dos veículos.

4.5.2 O interessado deverá cotar o item já com a plotagem, repintura e demais procedimentos para caracterizar o veículo como viatura.

4.8. Condições de Fabricação:

4.8.1. O fabricante é o responsável pela produção/montagem dos bens, de acordo com as características estabelecidas no presente Termo de Referência, bem como todas exigências técnicas e de segurança definidas pelas respectivas entidades competentes.

4.8.2. A Contratada é a responsável exclusiva, perante a Contratante, para cobertura das garantias referentes aos bens e seus equipamentos acessórios, mesmo aqueles cuja fabricação não estejam diretamente relacionadas com sua linha de produção (terceirização).



4.9. **Processos de fabricação:**

4.9.1. O processo de fabricação, embora seja da escolha do fabricante, condicionado pela natureza dos equipamentos disponíveis, devem assegurar ao bem a conformidade com os requisitos deste Termo de Referência, sem prejuízo das demais normas técnicas e de segurança atinentes ao objeto em tela.

4.10. **Garantia da Qualidade:**

4.10.1. O fabricante deve garantir a qualidade dos bens mediante o controle de qualidade das matérias-primas e do produto acabado, em todo o processo de fabricação, segundo um plano de controle sistemático o qual, em caso de solicitação formal e por escrito, deve ser franqueado ao conhecimento da Contratante.

4.11. **Acessórios e itens de série:**

4.11.1. O fabricante deverá entregar os bens com todos equipamentos, acessórios e itens de série do mesmo modelo/versão ofertado no mercado, sendo vedada a sua remoção ou substituição, a menos que seja para beneficiar, desde que com manifestação formal de anuência da Contratante.

5. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor da contratação foi conduzida com base em métodos transparentes e objetivos, conforme o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021. Para isso, realizou-se uma ampla pesquisa de mercado, com a consulta a diferentes fornecedores, respeitando-se a regionalidade e a especificidade do mercado automotivo.

Considerando os custos com acessórios, neste caso, para veículos de segurança pública, foi necessária a inclusão de itens como personalização, tecnologia embarcada e manutenção preventiva no custo estimado.

A atualização dos valores assegura a compatibilidade dos preços com as condições de mercado no momento da elaboração do TR. Nesse sentido, chegou-se ao valor total de **R\$ 14.605.907,35** (quatorze milhões, seiscentos e cinco mil, novecentos e sete reais e trinta e cinco centavos).

6. **JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO**

6.1. Com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, visando também a economicidade na contratação de empresas fornecedoras dos veículos, o parcelamento da solução, deverá acontecer em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis.

6.2. Dado os aspectos técnicos e econômicos envolvidos para a pretensa contratação, sugere-se o parcelamento da solução.

7. **DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

7.1. O Sistema de Registro de Preços - SRP, é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, aquisição e locação de bens para contratações futuras.

7.2. O registro de preços é um sistema que visa a uma racionalização nos processos de contratação de compras públicas e de prestação de serviços. Sua finalidade precípua é maximizar o princípio da economicidade, permitindo à Administração Pública celebrar o contrato administrativo na exata medida e no momento de sua necessidade, sempre precedido de licitação, qualquer que seja o valor efetivo a ser praticado em cada situação específica.

7.3. Vale salientar que esse procedimento de compra é adequado, pois não há obrigatoriedade da contratação e a Administração poderá efetivar a contratação somente quando houver a necessidade.

7.4. As hipótese para sua realização, está disciplinada na **Lei Federal nº 14.133/2021**.

7.5. A adoção do Sistema de Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição do Objeto deste Termo de Referência, enquadra-se, também, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, que prevê as hipóteses de utilização em seu Art. 3º, in verbis:

7.6. Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

7.7. A presente aquisição visa atender ao programa de governo do Estado tanto a nível de aparelhamento quanto a promoção de meios tecnológicos voltados a melhoria da segurança pública através dos recursos do Fundo Nacional de Segurança pública.

7.8. Nesse sentido, convém esclarecer que os objetos serão solicitados conforme a liberação orçamentária e a necessidade de cada unidade, observando a previsão das entregas parceladas, controle de estoque e o planejamento organizacional, nos termos da Lei 14.133/21.

7.9. Por definição, o Sistema de Registro de Preços consiste no conjunto de procedimentos para o registro formal de preços para contratações futuras, sendo de especial utilidade na busca da eficiência na Administração Pública.

7.10. Consta do ordenamento jurídico há vários anos, porém, sua implantação ocorreu efetivamente nos diversos órgãos após a criação da modalidade de licitação sob a forma de pregão presencial e eletrônico. Tal modalidade agilizou o processo licitatório, e suas vantagens combinadas às do Sistema de Registro de Preços proporcionam a desburocratização de procedimentos, agilidade, celeridade, economia processual, bem como auxiliam

no planejamento organizacional.

7.11. Isso posto, concluímos a luz do acima exposto que a forma legal e mais eficiente para o presente justifica-se a necessidade do Registro de Preço para Futura e Eventual aquisição dos materiais em epígrafe.

7.12. **INDICAÇÃO DA A POSSIBILIDADE DE REGISTRO DE MAIS DE UM FORNECEDOR**

7.13. A seguir, apresento uma redação técnica e completa para inserir no Termo de Referência, atendendo ao art. 82, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a contratação de mais de um fornecedor para o mesmo item ou grupo, bem como as condições e critérios de preferência de contratação:

7.14. **Da Admissão de Múltiplos Fornecedores**

7.14.1. Nos termos do art. 82, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, fica admitida a seleção e o registro de preços de mais de um fornecedor para o mesmo item ou grupo relativo à aquisição de veículos especiais, tendo em vista a necessidade de assegurar condições adequadas de fornecimento contínuo, bem como a possibilidade de variação de especificações técnicas, prazos de entrega e condições comerciais entre os licitantes.

7.15. **Das Condições para Registro de Múltiplos Fornecedores**

7.15.1. Serão registrados mais de um fornecedor para o item ou grupo quando:

- a) Houver pluralidade de propostas vantajosas, desde que compatíveis com o preço máximo aceitável definido no Termo de Referência;
- b) As propostas apresentem condições técnicas equivalentes, observados os requisitos mínimos de desempenho, qualidade e certificações exigidos;
- c) A administração identifique risco de desabastecimento, necessidade de fornecimento escalonado ou diversidade de modelos/montagens aplicáveis às necessidades do órgão;
- d) Seja possível a padronização por faixas de características, capacidades ou configurações dos veículos especiais, conforme definido neste Termo de Referência.

7.16. **Critérios de Preferência para Contratação Entre os Fornecedores Registrados**

7.16.1. A ordem de prioridade para contratação obedecerá aos seguintes critérios, sem prejuízo da observância da vantajosidade, conforme art. 82, VII, da Lei nº 14.133/2021:

**Ordem Geral de Contratação**

- I - Fornecedor classificado em primeiro lugar no certame, com o menor preço registrado.
- II - Fornecedor classificado em segundo lugar, caso o primeiro não possa atender:
  - a) ao quantitativo total ou parcial demandado;
  - b) aos prazos máximos de entrega;
  - c) às condições logísticas específicas;
  - d) ou apresente impedimentos supervenientes.

Demais fornecedores registrados, sucessivamente, seguindo a ordem de classificação.

7.17. **JUSTIFICATIVA ACERCA DA UTILIZAÇÃO DO SRP**

7.17.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é uma ferramenta eficaz para a contratação de veículos pela Administração Pública, conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 28.874/2024 de Rondônia. Este decreto estabelece diretrizes para as contratações públicas no estado, fundamentando-se na Lei Federal n.º 14.133/2021.

7.17.2. **Vantagens do SRP na contratação de veículos:**

- 7.17.2.1. **Eficiência e Economia:** O SRP permite que a Administração registre preços para futuras aquisições, otimizando o processo de contratação e possibilitando economia de recursos públicos.
- 7.17.2.2. **Flexibilidade:** Facilita a contratação conforme a demanda, evitando a necessidade de realizar novas licitações para cada aquisição, o que é particularmente útil na contratação de veículos, onde as necessidades podem variar.
- 7.17.2.3. **Transparência e Competitividade:** O processo de registro de preços promove a ampla concorrência, assegurando que as contratações sejam realizadas com base em condições mais vantajosas para a Administração.
- 7.17.3. Parecer Jurídico Referencial n.º 7/2024 da Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia destaca a importância da padronização na análise jurídica dos procedimentos relacionados ao SRP, assegurando conformidade com a legislação vigente e maior segurança jurídica nas contratações.
- 7.17.4. Portanto, a utilização do SRP, conforme regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 28.874/2024, é uma estratégia válida e eficiente para a contratação de veículos, proporcionando benefícios significativos em termos de economia, flexibilidade e transparência para a Administração Pública.

8. **DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

8.1. Deverá ser fornecida garantia mínima de:

Item	Prazo Mínimo
VEÍCULO TIPO RABECÃO - incluindo acessório e adaptações	12 meses
VEÍCULO CAMINHÃO TANQUE PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL - incluindo acessório e adaptações	12 meses

VEÍCULO TIPO FURGÃO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA, DENOMINADA COMO UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO (USB) - incluindo acessórios e adaptações	12 meses
Plotagem dos veículos	24 meses

- 8.1.1. O prazo de garantia do objeto será de, **no mínimo, 12 (doze) meses**, sem ônus para a CONTRATANTE, com início a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, emitido por Comissão especialmente constituída pela SESDEC para esse fim.
- 8.1.2. Os ônus decorrentes da execução da garantia e execução de todas as obrigações delas decorrentes são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 8.1.3. A garantia do OBJETO subsistirá independentemente da vigência do Contrato.
- 8.1.4. A responsabilidade pela garantia dos veículos será integralmente da CONTRATADA.
- 8.1.5. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá prestar manutenção técnica com a correção de defeitos nos veículos, no prazo máximo de cinco (5) dias úteis, contadas a partir da abertura do chamado.
- 8.1.6. A contratada deverá, a partir da assinatura do contrato, indicar formalmente representante da empresa com os dados de nome, número do documento de identidade, telefone fixo e móvel e, email. Tal profissional servirá de elo de ligação entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE e se responsabilizará por todas as providências solicitadas pela Administração, inerentes ao objeto, durante toda a vigência da garantia.
- 8.1.7. A CONTRATADA, em caso de necessidade de substituição do referido profissional, deverá comunicar previamente a Administração, de forma a não restar prejuízos a execução do OBJETO.
- 8.1.8. A CONTRATADA para o atendimento do chamado técnico, emitirá relatório técnico, no qual deverá conter, no mínimo, os seguintes dados: hora de início do atendimento, item revisado, consertado ou substituído, diagnósticos técnicos dos problemas que possam ter ocasionado o defeito na peça, no componente, no equipamento ou nos serviços de instalação, hora de término do atendimento, bem como a orientação de procedimentos preventivos a serem adotados, caso seja necessário, a fim de se evitar a ocorrência de defeitos similares nos veículos.
- 8.1.9. A CONTRATADA deverá manter e disponibilizar para a CONTRATANTE registros dos chamados.
- 8.1.10. Para que não haja interrupção na continuidade das operações efetuadas com a utilização dos veículos pelos organismos de segurança pública, a aceitação do pedido de prorrogação do prazo para o cumprimento da garantia ficará condicionada a autorização expressa da CONTRATANTE.
- 8.1.11. Nos casos em que o cumprimento da garantia não puder ser prestado nas dependências dos organismos de segurança pública, a CONTRATADA poderá retirar e transportar o equipamento para sua oficina somente após autorização da CONTRATANTE, sem prejuízo das condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 8.1.12. Sempre que houver a necessidade de transportar o equipamento, a manutenção deverá ser realizada em instalações próprias ou credenciadas pela CONTRATADA, obrigatoriamente na Cidade da entrega do respectivos veículos.
- 8.1.13. A substituição de equipamentos deverá ser efetuada sempre com produto original novo, não recondicionado, recomendado pelo fabricante.
- 8.1.14. O custo para execução de todos os serviços relativos à assistência técnica durante o prazo de garantia deverá estar incluso no valor total da proposta de preços.
- 8.1.15. Durante o prazo de garantia e, com o objetivo de manter os bens em perfeitas condições de uso, o cumprimento da garantia deverá ser exercido de acordo com manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes.
- 8.2. Esclarece-se que as revisões (manutenção preventiva) serão custeadas pela contratada, sendo responsável pelo seu cumprimento. Devendo ser observado o estabelecido no Código de Defesa do Consumidor conforme Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

8.3. **JUSTIFICATIVA DO PRAZO DE GARANTIA:**

- 8.4. De acordo com a Lei 14.133/2021, que institui normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como para as empresas estatais dependentes, a justificativa para o prazo de garantia estabelecido no termo de referência pode ser fundamentada em alguns pontos:
- 8.5. Adaptabilidade dos veículos: Os veículos adquiridos são adaptados para atender as necessidades específicas das instituições de segurança pública do Estado. Essa adaptação podem envolver alterações significativas na estrutura e nos sistemas dos veículos, o que aumenta a complexidade técnica e a necessidade de um período de garantia mais longo para assegurar o pleno funcionamento e a eficácia dessas modificações.
- 8.6. Utilização em Ambientes de Segurança Pública: Os veículos serão utilizados em serviços e operações cotidianos em atendimento as muitas demandas no âmbito da Segurança Pública do Estado de Rondônia, muitas vezes em condições adversas e em situações de urgência. Portanto, é crucial garantir que os veículos estejam em perfeitas condições de funcionamento durante todo o período de garantia para garantir a eficácia das operações de segurança pública.
- 8.7. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.

9. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 9.1. O artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que os itens de consumo deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo. O Decreto nº 10.818, de 2021 regulamentou o tema, devendo as vedações nele estabelecidas serem respeitadas pelo administrador público.
- 9.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, conforme preceitua o **artigo 20 da Lei nº 14.133 de 2021** e **art. 181 do Decreto 28.874/2024**, sendo considerados necessários para cumprir as finalidades às quais se destinam e por se tratarem de bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- 9.3. As contratações se darão pelas necessidades apresentadas pelas entidades, conforme o **art. 182, §2º do Decreto 28.874/2024**, as contratações serão para atender as atividades dos órgãos que demonstraram interesse na contratação, vejamos:

Art. 182. Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do artigo anterior:

[...]

II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade.

9.4. Embora a Lei do Pregão nos forneça um conceito do tipo aberto sobre o que seja comum, após analisar aspectos que envolvem essa classificação, ou seja, a possibilidade de padronizar o objeto por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente, a disponibilidade no mercado deste material, e verificado que as especificações adotadas são usuais neste mesmo mercado, o objeto da presente aquisição foi considerado comum.

9.5. Por se tratar de bem comum e, sobretudo, visando ampliar a competitividade e auferir maior economia ao erário, a modalidade adotada no processo em pauta será o Pregão Eletrônico.

10. **DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADO POR ITEM**

10.1. Em referência ao art. 82, II. da Lei 14.133/21, deverão ser cotadas as seguintes quantidades mínimas, conforme especificações técnicas do Termo de Referência, para os seguintes itens:

10.1.1. Veículo para Transporte de Cadáveres (Rabecão) - **01 (duas) Unidades;**

10.1.2. Veículo para Transporte de Combustível (Caminhão Tanque) - **01 (uma) Unidade**

10.1.3. Veículo para Unidade de Resgate tipo B (Ambulância) furgão - **24 (vinte e quatro) Unidades**

11. **APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

11.1. Na fase de apresentação das propostas, deverá constar na mesma a marca e modelo dos objetos ofertados, bem como o detalhamento técnico, folders, panfletos em formato digital ou material semelhante que permita a melhor análise da proposta pela comissão responsável, sendo vedado o uso de fotos ou capturas de tela (prints), que possam prejudicar a visualização e a compreensão dos detalhes pela comissão avaliadora. Solicitamos que as propostas sejam enviadas exclusivamente em formato PDF, ou outro formato que seja possível de copiar e pesquisar os dados, a fim de verificar se os produtos ofertados são compatíveis com o solicitado, garantindo assim a clareza necessária para a adequada avaliação das propostas apresentadas.

11.2. A realização de avaliação das propostas contribui com a economicidade para a Administração Pública pois evita que sejam contratados produtos que não atenderão ou que estejam em desconformidade com as necessidades das unidades que serão contempladas com esta aquisição.

11.3. A proposta deverá ser apresentada em planilha detalhada, que deverá conter no mínimo:

11.4. Redação em língua portuguesa, sendo vetados rasuras, ressalvas, emendas, acréscimos, entrelinhas ou capturas de tela que dificultem a visualização.

11.5. Dados da LICITANTE tais como: razão social, número do CNPJ, nome, endereço completo, número de telefone para contato, sítio da Internet, se houver, endereço eletrônico, banco, números da agência e conta corrente, data e assinatura do representante legal.

11.6. Marca, modelo e descrição detalhada das características do objeto e equipamentos que compõe a solução, bem como dos materiais e componentes utilizados no fornecimento do objeto, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

11.7. Deverá relacionar em documento único os equipamentos ofertados e anexar com os documentos de Habilitação Encartes técnicos originais dos fornecedores, incluindo imagens, descrição, características, especificações técnicas em português ou com tradução juramentada, que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade dos produtos ofertados, para análise técnica da Comissão. Atendimento dos objetos dentro dos padrões das normas pertinentes, por exemplo, a ABNT, INMETRO, IBAMA, etc., quando assim couber, em português ou com tradução juramentada, que demonstrem, de forma clara, a compatibilidade dos produtos ofertados, para análise técnica da Comissão.

11.8. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**.

12. **PROPOSTA EM QUANTITIVO INFERIOR AO MÁXIMO PREVISTO NO EDITAL**

12.1. Baseado no Inciso IV Art. 82, é comum que os editais permitam que os licitantes apresentem propostas para quantidades inferiores ao total previsto, desde que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos.

12.2. A possibilidade de ofertar quantitativos inferiores ao máximo previsto no edital assegura maior competitividade e alinha-se aos princípios da **isonomia, eficiência e economicidade** previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma a Administração Pública pode adquirir de diferentes fornecedores conforme suas necessidades, observando os limites da proposta de cada licitante.

12.3. Porém, neste caso não é interessante para a administração pública a previsão de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto, em razão da pouca quantidade de veículos em cada item e as particularidades em suas configurações.

13. **PREÇOS DIFERENTES**

13.1. Baseando-se no inciso III, art. 82 da Lei nº 14.133/2021, acerca da possibilidade de previsão de preços diferentes:

13.2. Os preços apresentados deverão incluir, de forma abrangente, todos os impostos, taxas, encargos e demais despesas, bem como o custo do transporte/frete para entrega no local de recebimento provisório, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

13.3. Na composição do valor, deverão ser considerados todos os custos envolvidos, tais como tributos, frete, transporte, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

13.4. A CONTRATADA será responsável por todas as condições e obrigações relacionadas ao frete, seguro e demais encargos necessários ao transporte e armazenamento, desde o local de origem até o destino final, incluindo o pagamento de taxas, impostos e outras despesas previstas na legislação aplicável.

13.5. No presente caso, trata-se da aquisição de veículos especiais para as forças de segurança, todos destinados a serem entregues no mesmo local, sem diferenciação de condições logísticas, operacionais ou de armazenagem entre os itens. Assim, inexistem fatores distintos que justifiquem variações significativas nos preços ofertados com base no local ou na forma de entrega, uma vez que as condições de fornecimento permanecem uniformes para todos os veículos.

13.6. Dessa forma, à luz do art. 82, III, conclui-se que não há previsão ou justificativa técnica para preços diferenciados decorrentes de custos de entrega, pois não há variação logística entre os itens contratados. Eventuais divergências de preços devem, portanto, ser fundamentadas exclusivamente em características intrínsecas dos veículos ou condições de mercado, e não em fatores de entrega, os quais permanecem idênticos.

14. **DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

14.1. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos.

14.2. A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.

14.3. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;

14.4. A CONTRATADA deverá cumprir as orientações dispostas na **Lei 14.133/21 e Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010**, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, no que couber.

14.5. Os veículos a serem adquiridos pela CONTRATADA deverão estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores e atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções).

15. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

15.1. A empresa contratada deverá entregar os bens especificados no objeto deste TR no endereço das instituições beneficiadas: **Diretoria de Logística do Corpo de Bombeiros Militar - DLOG** - Av. José Vieira Caúla, nº 5582, Bairro Cuniã, Porto Velho-RO, CEP 76824-418 e **Departamento de Transportes da Polícia Civil**, localizado na Rua Flores da Cunha, 4444, Bairro Costa e Silva, Porto Velho - RO, CEP 76803-594. Os endereços mencionados são os mesmos para os órgãos participantes do Registro de Preços, todos no município de Porto Velho.

15.2. Após, todos os trâmites legais de recebimento os bens serão distribuídos conforme informações neste Termo de referência.

15.3. A Contratada deverá efetuar a entrega dos objetos, **até 120 (cento e vinte) dias**, contados a partir da data de assinatura do contrato ou emissão da nota de empenho.

15.4. Antes da produção em série e entrega fiscal dos veículos, para atendimento da demanda empenhada e assinado o contrato, a fim de verificar a conformidade aos requisitos técnicos definidos no Termo de Referência, a CONTRATADA deverá comunicar previamente a CONTRATANTE para a apresentação de veículo (amostra/protótipo) na fábrica da empresa ou local equivalente, com as respectivas adaptações e grafismo, em atendimento às especificações técnicas do objeto, devendo a CONTRATANTE apresentar relatório de vistoria com objetivo de comparar as especificações técnicas mínimas exigidas neste instrumento e seus Anexos. O relatório servirá de documento que orientará o recebimento dos demais veículos a serem entregues.

15.5. Os custos de deslocamento, hospedagem e alimentação da equipe responsável pela vistoria técnica correrão por conta da Administração, não devendo ser incluídos na proposta comercial dos licitantes.

15.6. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação e disponibilização através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.7. Poderá ser prorrogado o prazo de entrega dos produtos, por até igual período, desde que a contratada apresente justificativa devidamente fundamentada e por escrito no prazo de até 10 (dez) dias antes do prazo previsto, com base no art. 123, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021;

15.8. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos objetos, deverá ser dirigida à Gerência de Convênios da Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania, através do e-mail: **gerconvenios@cloud.sesdec.ro.gov.br** no horário de expediente, 07h30min às 13h30min, até a data de vencimento do prazo de entrega inicialmente estipulado, ficando a critério da SESDEC/RO a sua aceitação.

15.9. Qualquer dúvida durante a execução do objeto solicitado deverá ser sanada junto à Comissão Executora do Contrato da SESDEC/RO, não podendo a empresa Contratada se precipitar ou decidir sobre questões duvidosas e relevantes, sem autorização expressa da Contratante.

15.10. **Das Condições de Recebimento de Bens:**

15.11. **O Recebimento Provisório**

15.12. Provisoriamente, em até 5 (cinco) dias contados da data do recebimento da Nota Fiscal, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo, Nota de Empenho e proposta.

15.13. **O Recebimento Definitivo**

15.14. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo, da Nota de Empenho e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 15 (quinze) dias do recebimento provisório, sendo a conclusão do recebimento atestada por Comissão de Recebimento, composta de no mínimo 3 (três) membros designados pela Administração;

15.15. Na hipótese de a verificação a que se referem os subitens anteriores não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

15.16. **Do acompanhamento e fiscalização:**

15.17. A SESDEC, conforme disposto no Art. 117, § 1º e seguintes da Lei nº. 14.133/2021, designará comissão fiscalizadora para acompanhar e fiscalizar a execução do projeto, a entrega e o recebimento do OBJETO.

15.18. A Comissão de Fiscalização da SESDEC anotar<sup>á</sup> em registro pr<sup>ó</sup>prio todas as ocorr<sup>ê</sup>ncias relacionadas com a execu<sup>ç</sup>o do contrato, indicando dia, m<sup>ê</sup>s e ano, determinando o que for necess<sup>á</sup>rio <sup>à</sup> regulariza<sup>ç</sup>o das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos <sup>à</sup> autoridade competente para as provid<sup>ê</sup>ncias cab<sup>í</sup>veis.

15.19. A fiscaliza<sup>ç</sup>o de que trata esta se<sup>ç</sup>o n<sup>ã</sup> exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfei<sup>ç</sup>o<sup>es</sup> t<sup>é</sup>cnicas ou v<sup>í</sup>cios redibit<sup>ó</sup>rios e, na ocorr<sup>ê</sup>ncia desta, n<sup>ã</sup> implica em co-responsabilidade da Administra<sup>ç</sup>o ou de seus agentes e prepostos.

15.20. As decis<sup>o</sup>es e provid<sup>ê</sup>ncias que ultrapassarem a sua compet<sup>ê</sup>ncia dever<sup>ã</sup>o ser solicitadas a seus superiores em tempo h<sup>á</sup>bil para a ado<sup>ç</sup>o das medidas convenientes.

15.21. **Da comiss<sup>ã</sup>o de fiscaliza<sup>ç</sup>o:**

15.22. A fiscaliza<sup>ç</sup>o, ser<sup>á</sup> com base nos dispositivos dos arts. 21 a 25 do Decreto n<sup>o</sup> 28.874/2024, onde evidencia as figuras do fiscal t<sup>é</sup>cnic<sup>o</sup>, fiscal administrativo e fiscal setorial dos contrato.

15.23. Ser<sup>ã</sup>o destinados a acompanhar, controlar e verificar a execu<sup>ç</sup>o de um contrato administrativo, garantindo que ele seja cumprido conforme as condi<sup>ç</sup>o<sup>es</sup> estabelecidas, a legisla<sup>ç</sup>o vigente e o interesse p<sup>ú</sup>blico.

15.24. A fiscaliza<sup>ç</sup>o de contrato, nos termos dos arts. 21 a 25 do Decreto n<sup>o</sup> 28.874/2024, menciona as atividades e atribui<sup>ç</sup>o<sup>es</sup> exercidas por servidores formalmente designados, respons<sup>á</sup>veis por acompanhar e verificar a execu<sup>ç</sup>o contratual, registrar ocorr<sup>ê</sup>ncias, assegurar o cumprimento das obriga<sup>ç</sup>o<sup>es</sup> pactuadas e adotar provid<sup>ê</sup>ncias diante de irregularidades, podendo contar com apoio t<sup>é</sup>cnic<sup>o</sup>, e estando sujeito <sup>à</sup> responsabiliza<sup>ç</sup>o por suas a<sup>ç</sup>o<sup>es</sup> ou omiss<sup>o</sup>es.

16. **DA GARANTIA DE EXECU<sup>ç</sup>o**

16.1. A Contratada, prestar<sup>á</sup> garantia no valor correspondente a **2% (dois por cento) do valor do Contrato**, que ser<sup>á</sup> liberada de acordo com as condi<sup>ç</sup>o<sup>es</sup> previstas no Edital, conforme disposto no **art. 96, §1<sup>o</sup> da Lei n<sup>o</sup> 14.133, de 2021**, desde que cumpridas as obriga<sup>ç</sup>o<sup>es</sup> contratuais.

§ 1<sup>o</sup> Caber<sup>á</sup> ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - cau<sup>ç</sup>o em dinheiro ou em t<sup>í</sup>tulos da d<sup>í</sup>vida p<sup>ú</sup>blica emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquida<sup>ç</sup>o e de cust<sup>ó</sup>dia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econ<sup>ô</sup>micos, conforme definido pelo Minist<sup>é</sup>rio da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fian<sup>ça</sup> banc<sup>á</sup>ria emitida por banco ou institui<sup>ç</sup>o financeira devidamente autorizada a operar no Pa<sup>í</sup>s pelo Banco Central do Brasil.

IV - t<sup>í</sup>tulo de capitaliza<sup>ç</sup>o custeado por pagamento <sup>ú</sup>nico, com resgate pelo valor total. (Inclu<sup>í</sup>do pela Lei n<sup>o</sup> 14.770, de 2023)

16.2. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obriga<sup>ç</sup>o<sup>es</sup> assumidas pelo contratado perante <sup>à</sup> Administra<sup>ç</sup>o, incluindo multas, preju<sup>í</sup>zos e indeniza<sup>ç</sup>o<sup>es</sup> decorrentes de inadimplemento.

16.3. A garantia em dinheiro dever<sup>á</sup> ser efetuada em favor da Contratante, na conta que ser<sup>á</sup> fornecida pela SESDEC, com corre<sup>ç</sup>o monet<sup>á</sup>ria, em favor do contratante.

16.4. No caso de altera<sup>ç</sup>o do valor do contrato, ou prorroga<sup>ç</sup>o de sua vig<sup>ê</sup>ncia, a garantia dever<sup>á</sup> ser readequada ou renovada nas mesmas condi<sup>ç</sup>o<sup>es</sup>.

16.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obriga<sup>ç</sup>o, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposi<sup>ç</sup>o no prazo m<sup>á</sup>ximo de 10 (dez) dias <sup>ú</sup>teis, contados da data em que for notificada.

16.6. A Contratante executar<sup>á</sup> a garantia na forma prevista na legisla<sup>ç</sup>o que rege a mat<sup>é</sup>ria.

16.7. A garantia prestada pelo contratado ser<sup>á</sup> liberada ou restitu<sup>í</sup>da ap<sup>ó</sup>s a fiel execu<sup>ç</sup>o do contrato ou ap<sup>ó</sup>s a sua extin<sup>ç</sup>o por culpa exclusiva da Administra<sup>ç</sup>o e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 100, da Lei n<sup>o</sup> 14.133/21).

17. **DA MATRIZ DE RISCO**

17.1. De acordo com o disposto no seu art. 22 da Lei n<sup>o</sup> 14.133/2021, o edital **poder<sup>á</sup> contemplar** (e n<sup>ã</sup> obrigatoriamente dever<sup>á</sup>) matriz de aloca<sup>ç</sup>o de riscos entre o contratante e o contratado. Contudo, consoante disp<sup>o</sup>e o § 3<sup>o</sup> deste artigo: “Quando a contrata<sup>ç</sup>o se referir a obras e servi<sup>ç</sup>os de grande vulto ou forem adotados os regimes de contrata<sup>ç</sup>o integrada e semi-integrada, o edital **obrigatoriamente contemplar<sup>á</sup>** matriz de aloca<sup>ç</sup>o de riscos entre o contratante e o contratado”.

17.2. Nesses termos, a matriz de aloca<sup>ç</sup>o de riscos, constitui pe<sup>ç</sup>a dispens<sup>á</sup>vel para a licita<sup>ç</sup>o, se assim entender o <sup>ó</sup>rg<sup>ã</sup>o requisitante.

17.3. Entretanto j<sup>á</sup> consta no processo a An<sup>á</sup>lise 03 de Risco, conforme Id. (0045884029) tendo em vista o fato de mitigar as poss<sup>í</sup>veis ocorr<sup>ê</sup>ncias tanto na esfera econ<sup>ô</sup>mica, como eventuais sinistros que possam vir a ocorrer, garantindo, assim, a maior seguridade para esta Administra<sup>ç</sup>o P<sup>ú</sup>blica.

18. **QUANTO AO TRANSPORTE DOS VE<sup>í</sup>CULOS**

18.1. Todas as despesas de transporte dos ve<sup>í</sup>culos dever<sup>á</sup> ser de responsabilidade da CONTRATADA, esse transporte consiste nos seguintes trajetos (rol exemplificativo):

18.2. Transporte da f<sup>á</sup>brika/concession<sup>á</sup>ria at<sup>é</sup> o local/<sup>ó</sup>rg<sup>ã</sup>o de destino da CONTRATANTE para realizar a entrega do ve<sup>í</sup>culo;

18.3. Transporte para a cidade de destino caso haja necessidade de encaminhar o ve<sup>í</sup>culo para outra localidade (cidade, estado ou munic<sup>í</sup>pio) para a realiza<sup>ç</sup>o de reparos ou outros servi<sup>ç</sup>os cobertos pela garantia ou assist<sup>ê</sup>ncia t<sup>é</sup>cnic<sup>á</sup>.

19. **QUANTO AO GRAFISMO:**

19.1. Todas as despesas relativas ao grafismo e sua respectiva garantia ser<sup>ã</sup>o de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

19.2. Os veículos deverão ser entregues na cor e com a plotagem (identificação visual) do órgão de segurança pública no qual serão destinados, sendo que tais informações serão enviadas para a contratada após a assinatura do contrato.

20. **CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

20.1. As Notas Fiscais/Faturas deverão ser apresentadas juntamente com a entrega dos materiais. As Notas Fiscais/Faturas, deverão ser emitidas em 2 (duas) vias, **em nome da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, CNPJ 04.793.055/0001-57**, devendo conter no corpo, a descrição do objeto, número do empenho, número do convênio e o número da Conta Bancária da CONTRATADA para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado, conforme o art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874/2024 dispõe que *“o pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis**”*.

20.2. Na hipótese das Notas Fiscais/Faturas apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a **CONTRATANTE** poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura **CONTRATADA** de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a **CONTRATANTE**, a partir da análise do Controle Interno da SESDEC, para efetuar o respectivo pagamento no mesmo prazo do subitem anterior.

20.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

20.4. As Notas Fiscais/Faturas deverão vir acompanhadas dos respectivos comprovantes de recolhimento de encargos sociais: As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos/“certidão negativa ou certidão positiva, com efeito, de negativa”: Certidões Negativas de Débito junto ao INSS, FGTS, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa Estadual, Municipal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, todos devidamente atualizados, as quais poderão ser solicitadas a qualquer tempo nos termos do certame.

20.5. **Liquidação:**

20.6. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) Prazo de validade;
- b) Data da emissão;
- c) Dados do contrato e do órgão contratante;
- d) Período respectivo de execução do contrato;
- e) Valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

20.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133 de 2021.

20.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) Identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;
- c) Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

20.10. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

20.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

20.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.14. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:



$I = \frac{(TX/100)}{365}$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = percentual de taxa anual = 6%
EM = I x N x VP, onde:		
I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.		

20.15. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo.

20.16. **Pagamento**

20.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, caso o recolhimento ainda não tenha sido realizado pela contratada, devendo para tal, caso opte por recolhimento, apresentar os devidos comprovantes.

20.20. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

20.21. Não deverá ser efetuado pagamento à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso), exceto nos casos de parcela incontroversa, ou seja, aquela sobre a qual não paire qualquer dúvida, e esta, será devidamente paga pela contratante.

20.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.23. **Retenção do IRRF**

20.24. Esclarece-se sobre a retenção do IRRF, que baseia-se na Instrução Normativa **Nº 10/2025/SEFIN-COTES** ID 0060091947 , que regulamenta a retenção de Imposto de Renda para pagamentos realizados estabelecendo os procedimentos a serem adotados por parte de gestores e ordenadores de despesas dos órgãos da administração pública do estado de Rondônia quanto à retenção na fonte do Imposto de Renda no pagamento de rendimentos do trabalho assalariado e não assalariado, prestação de serviços e fornecimento de bens, por meio do Manual de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre pagamentos realizados pelo Estado de Rondônia.

21. **DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

22. **DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

22.1. Será facultada a participação de consorcio de empresas, conforme preceitua o artigo 15, da Lei 14.133/2021.

22.2. Será facultada a participação de empresas estrangeiras, desde que em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, ou na condição de consorciada com empresa nacional.

22.3. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do CONSÓRCIO nas fases de licitação e durante a vigência do contrato.

22.4. No caso de empresas em Consórcio, cada uma delas deverá apresentar a documentação de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, na forma prevista neste Edital, observando-se as particularidades para empresas estrangeiras sem subsidiária, filial, agência, escritório ou estabelecimento no Brasil.

22.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do CONSÓRCIO nas fases de licitação e durante a vigência do contrato.

22.6. Com relação à qualificação técnica será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciada ou a apresentação isolada por um único consorciado.

22.7. Para efeito de qualificação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciada, na proporção de sua respectiva participação, atendendo aos índices contábeis estabelecidos no edital. **A comprovação proporcional será válida apenas para o Capital Social/Patrimônio Líquido**, os demais itens de qualificação econômico-financeira deverão ser comprovados individualmente por cada consorciado.

22.8. As empresas em CONSÓRCIO deverão apresentar compromisso por escritura ou documento particular registrado em Cartório de Registros de Títulos e Documentos, no Brasil, subscrito pelos consorciados, de que irão constituir o CONSÓRCIO que deverá conter pelo menos o seguinte:

22.9. Indicação da empresa líder, que será responsável pelo cumprimento das obrigações das consorciadas, devendo conferir à líder amplos poderes para representar as consorciadas no procedimento licitatório e de contrato, receber o preço do serviço, dar quitação, responder administrativamente e judicialmente, inclusive receber notificações, intimações e citação;

22.10. Regular a participação de cada consorciada na execução dos serviços, bem como a participação percentual de cada consorciada no preço;

22.11. Regular a responsabilidade de cada consorciada quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e/ou técnicas, devendo as integrantes do consórcio serem obrigatoriamente responsáveis solidárias pelo cumprimento licitatório e do contrato;

- 22.12. Compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para os fins do consórcio, em pessoa jurídica distinta e que o consórcio não adotará denominação própria diferente da de seus integrantes;
- 22.13. A líder deverá ter poderes específicos para receber as instruções em nome de todos os demais membros do consórcio, sendo a responsável legal e global pela execução do contrato;
- 22.14. No Consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.
- 22.15. O prazo de duração de consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de garantia previsto no Anexo I e Anexo II – Termo de Referência.
- 22.16. Na hipótese de as empresas em CONSÓRCIO sagrarem-se vencedoras da licitação, ficarão obrigadas a promover a constituição e o registro do CONSÓRCIO, antes da celebração do contrato, na forma estabelecida pelo art. 279 da Lei 6.404/76.
- 22.17. Na hipótese de as empresas em CONSÓRCIO sagrarem-se vencedoras da licitação deverá ser emitida fatura mensal única, em nome do CONSÓRCIO, tendo em anexo as medições correspondentes de cada participante do Consórcio, que serão pagas individualmente.
- 22.18. A empresa indicada como líder no consórcio será a representante junto ao pregoeiro, para os efeitos de comunicações, diligências ou avisos, seja ao consórcio ou as empresas dele integrante.
- 22.19. As alterações na constituição ou composição do consórcio deverão ser submetidas à anuência e aprovação da SESDEC/RO, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original.

23. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVA**

- 23.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- 23.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 23.3. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 23.4. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 23.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 23.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 23.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 23.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 23.9. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 23.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 23.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 23.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 23.13. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)
- 23.14. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta lei as seguintes sanções:
  - I - Advertência;
  - II - Multa;
  - III - Impedimento de licitar e contratar;
  - IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 23.15. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - II - As peculiaridades do caso concreto;
  - III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - IV - Os danos que dela provierem para a administração pública;
  - V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 23.16. A sanção prevista no inciso I do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da mesma lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 23.17. A sanção prevista no inciso II do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta lei.

23.18. A sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.19. A sanção prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

23.20. A sanção estabelecida no inciso IV do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I - Quando aplicada por órgão do poder executivo, será de competência exclusiva de ministro de estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- II - Quando aplicada por órgãos dos poderes legislativo e judiciário, pelo ministério público e pela defensoria pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.
- III - § 7º as sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da lei 14.133/2021 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.
- IV - § 8º se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.21. As sanções seguem os parâmetros descritos na Lei 14.133/2021, mesmo que não tenham sido listadas neste termo de referência.

24. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

24.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, da qual constarão as indicações referentes à marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

24.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078, de 1990);

24.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

24.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

24.5. Indicar preposto para representa-lo durante a execução da ata, e também manter comunicação com a Administração, quando exigido pelo Município;

24.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

24.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata;

24.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para

24.9. O atendimento ao objeto da licitação, exceto quando: houver alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração, retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou

24.10. Autorização de fornecimento; interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração ou ainda aumento das quantidades inicialmente previstas da ata, nos limites permitidos pela Lei Federal 14.133, de 2021.

24.11. As despesas referentes aos equipamentos ou componentes substituídos, transporte, impostos e seguros, são de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo quaisquer ônus para a Administração.

24.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

24.13. No ato da entrega, caso o(s) equipamento(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(íram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s)/superior(es), sem ensejar ônus para a CONTRATANTE, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

24.14. A fornecedora deverá entregar, juntamente com os equipamentos licitados, o certificado de garantia do fabricante original traduzido para o português, se for o caso.

24.15. A empresa vencedora se responsabiliza, integralmente, por quaisquer avarias, riscos, violações e eventuais problemas ocorridos durante o transporte dos equipamentos até o local de sua efetiva entrega.

24.16. Todos os procedimentos, despesas referentes ao emplacamento, confecção da placa, licenciamento e documentação dos veículos, inclusive trâmite nos órgãos responsáveis pela homologação, conforme o OBJETO contratado, correrão por conta da CONTRATADA junto aos órgãos competentes.

25. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

25.1. Rejeitar as propostas cujas especificações dos equipamentos não atenderem, para cada item, aos requisitos mínimos constantes deste termo de referência.

25.2. Atender às recomendações da fornecedora e do fabricante, quanto a conservação e o uso dos equipamentos.

25.3. Liquidar a despesa e efetuar o pagamento à fornecedora, após emissão do termo de recebimento definitivo.

25.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos objetos, verificando se estão em conformidade com as especificações, condições e preços pactuados, no que se refere à entrega, garantia, assistência técnica e treinamento.

25.5. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa realizar a entrega dos mesmos, dentro das normas e condições estabelecidas no presente Termo de Referência.

- 25.6. Rejeitar no todo ou em parte os bens fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, comunicando-lhe imediatamente qualquer irregularidade verificada no que concerne a eventuais imperfeições, falhas ou vícios ou defeitos de qualidade;
- 25.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada.
- 25.8. Reter créditos e aplicar as sanções cabíveis previstas neste instrumento e na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto.
- 25.9. Efetuar o pagamento à empresa CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no presente instrumento bem como prorrogar prazos e aplicar sanções se for o caso.
- 25.10. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na prestação dos serviços;
- 25.11. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.

26. **DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 26.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.
- 26.2. Conforme preconiza o inciso VII do §§ 1º, Art. 42 do Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, com relação as obrigações da detentora:

VII - obrigações da detentora da ata, exceto quando corresponderem àquelas previstas em instrumentos padronizados a serem utilizados na licitação, hipótese em que deverão ser descritas apenas as obrigações específicas relativas ao objeto pretendido.
- 26.3. Art. 117 do Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro 2024, "Compete ao órgão gerenciador providenciar, previamente à publicação do edital, a publicação de intenção de registro de preços como forma de divulgar formalmente a pretensão de realização do certame com a adoção do SRP para possíveis órgãos ou entidades interessadas":

§ 1º A publicação da intenção de registro de preços deverá descrever o objeto pretendido com clareza suficiente para a compreensão dos potenciais interessados.

- 26.4. Deve ser considerado neste TR o previsto no Art. 122 do Decreto Estadual nº 28.874/2024:

Art. 122. Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 124;

II - consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços fruto da intenção;

IV - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório de intenção de registro de preços;

V - realizar levantamento de mercado e pesquisa de preço ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;

VI - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VII - realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes;

VIII - gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;

IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;

X - analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;

XI - zelar pela observância dos limites individual e global para adesão;

XII - divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- 26.5. Conforme preceitua o **Decreto 28.874/2024**, em seu Art. 124, diz que:

Art. 124. A utilização de ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador.

§ 1º A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global previstos neste decreto, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

§ 2º O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 3º O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

§ 4º A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor ou prestador de serviço registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.

§ 5º As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com os seguintes documentos:

I - documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante;

II - nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;

III - demonstração da vantajosidade dos preços registrados por meio da realização de pesquisa de mercado com amplitude e diversidade de fontes;

**IV - autorização expressa do órgão gerenciador;**

V - autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no § 4º deste artigo.

- § 6º A solicitação de adesão deverá estabelecer de forma clara o quantitativo do objeto que se pretende contratar, com base em técnicas estimativas que considerarão, quando possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.
- § 7º Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Rondônia poderão aderir à Ata de Registro de Preços - ARP dos órgãos e entidades da União, dos Estados-Membros e do Distrito Federal, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e seja demonstrada a vantagem da adesão.
- § 8º É vedada a adesão à Atas de Registro de Preços gerenciadas por Municípios.

- 26.6. O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 26.7. O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e aos Órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.
- 26.8. Considerando os detalhamentos acima, este órgão requisitante entende pela publicação de intenção de registro de preços com vistas a divulgar formalmente a pretensão de realização do certame.
27. **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**
- 27.1. Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC - **UG 15.001**;
- 27.2. Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP - **UG 15.017**;
- 27.3. Fundo Especial do Corpo de Bombeiros - FUNESBOM - **UG 15.014**;
- 27.4. Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO - **UG 14.004**.
28. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E MODO DE DISPUTA**
- 28.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO** com adjudicação **POR ITEM**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Termo de Referência.
- 28.2. **O modo de disputa será preferencialmente aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos, sucessivos e decrescentes.** Contudo, cumpre destacar que a licitação resultante do presente processo não será conduzida por esta Gerência de Convênios da SESDEC, mas sim pela Superintendência Estadual de Licitações (SUPEL), sendo a sua execução realizada por intermédio de pregoeiro nomeado diretamente pela SUPEL.
- 28.3. A escolha do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM, reflete a necessidade de garantir a eficiência, transparência e economicidade no processo licitatório. Esse critério é aplicável, pois visa à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerando a especificação dos serviços, as condições locais e os preços oferecidos pelas empresas licitantes.
- 28.4. A adoção do modo de disputa aberto, com lances públicos, sucessivos e decrescentes, está alinhada com a Lei nº 14.133/2021, que determina a utilização de modalidades de licitação mais dinâmicas e transparentes, como o pregão eletrônico. Este modo de disputa possibilita a ampla concorrência entre os licitantes, estimulando a redução de preços e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, sem comprometer a qualidade do objeto contratado.
- 28.5. Os lances sucessivos e decrescentes incentivam a participação de um maior número de empresas, além de proporcionar maior competitividade e transparência ao processo licitatório. Com isso, é possível que o certame seja concluído de forma mais célere e eficiente, reduzindo custos para a Administração e garantindo que os recursos públicos sejam empregados de maneira mais eficaz.
29. **DA HABILITAÇÃO**
- 29.1. **RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- 29.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 29.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- 29.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 29.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 29.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 29.1.6. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do Decreto nº 11.476/2023.
- 29.1.7. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa nº 2110, de 2022.
- 29.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 29.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.
- 29.2. **RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:**

- 29.2.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 29.2.2. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- 29.2.3. Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- 29.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- 29.2.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 29.3. **REGULARIDADE TRABALHISTA**
- 29.3.1. Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.
- 29.3.2. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições, conforme **Art. 63 da Lei 14.133/2021**:
- 29.3.3. Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 29.3.4. Constará do edital de licitação cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 29.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 29.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 29.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 29.4.2.1. Fornecedor de veículos automotores customizados com sistemas luminoso e sonoro de emergência, em quantidades que se somadas resultem em pelo menos 4% (quatro por cento) da quantidade ofertada para o item.
- 29.4.2.1.1. Caso o licitante tenha ofertado o melhor lance para mais de um item, a comprovação se dará apenas para item de maior quantidade.
- 29.4.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 29.4.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 29.4.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 29.4.6. Como o base às parcelas de maior relevância ou valor significativo, a quantidade de Atestados de Capacidade Técnica, será de 50%, conforme § 2º do artigo 67 da lei 14133/2021:

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.
- 29.4.7. As exigências de qualificação técnica estabelecidas mostram-se adequadas, proporcionais e alinhadas à legislação vigente, garantindo que apenas empresas com experiência comprovada e capacidade operacional participem do certame. Tais critérios contribuem para a mitigação de riscos na execução contratual, assegurando maior confiabilidade no fornecimento de veículos especiais e, conseqüentemente, a adequada prestação de serviços essenciais à Administração Pública.
- 29.5. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**
- 29.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 29.5.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 29.5.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 29.5.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 29.5.2.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 29.5.2.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 29.5.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da parcela pertinente.

29.5.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

29.5.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

29.6. **DA CONTRATAÇÃO DE ME E EPP**

29.7. Pela complexidade do objeto a ser adquirido, neste certame, não será observado a legislação pertinente a participação de Microempresa - ME e Empresa de pequeno porte - EPP (arts. 47 e 48 da LC 123/06), conforme disposto no art. 49, inc. III, da Lei Complementar 123/06 e art. 4º da Lei 14.133/2021, visto que poderá ocasionar em prejuízos para a Administração o parcelamento do item/lote.

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:  
[...]  
III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;  
[...]

30. **AVALIAÇÃO DA LOGÍSTICA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

30.1. A gestão contratual deverá ser realizada por representantes da Administração, conforme orienta o artigo 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

30.2. Na fase de apresentação comercial, deverá ser apresentada a marca e modelo do objeto ofertado, bem como os custos com a capacitação a ser realizada na cidade de Porto Velho/RO.

30.3. O início da execução contratual se dará após a assinatura do Contrato, ficando vedado estabelecer vínculo de subordinação com funcionários da contratada.

30.4. A duração do contrato será de 12 (doze) meses, tendo como marco a assinatura do contrato.

30.5. Será designada pela contratante equipe de fiscalização de contratos, que deverá ser composta por Integrante Técnico e Integrante Administrativo do Contrato, Gestor de Contrato e seus suplentes, podendo, à critério da contratante, designar pessoal do quadro das próprias Instituições usuárias dos sistemas.

30.6. Em ato contínuo, após a assinatura do contrato deverá ser nomeada a comissão.

30.7. Todas as despesas de manutenção durante e período de Garantia ocorrerão por conta da empresa contratada.

30.8. Após convocação, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias para proceder a assinatura do contrato, sob pena dos efeitos da lei.

31. **DO REAJUSTE DO CONTRATO**

31.1. Conforme expressa o art. 154 do Decreto 28.874/2024, o reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

31.2. É nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a 1 (um) ano, conforme previsão expressa no art. 154, §8º, do Decreto 28.874/2024.

31.3. § 8º É nula qualquer estipulação de reajuste com periodicidade inferior a um ano.

31.4. O reajustamento deverá observar o índice específico ou setorial previsto no contrato, bem como o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar do orçamento estimado definitivo da Administração, ou, de forma justificada, o Edital pode prever outra data-base, como a data da apresentação da proposta ou a data do orçamento a que essa proposta se referir, ou do último reajustamento levado a efeito no contrato.

31.5. Nas hipóteses em que o valor dos contratos de serviços continuados seja preponderantemente formado pelos custos dos insumos, poderá ser adotado o reajuste de que trata este artigo.

31.6. Na falta de índice de reajuste específico para o objeto, poderá ser utilizado os índices oficiais que estabelecem a inflação.

31.7. Os demais parâmetros para a realização de reajuste, repactuação ou revisão de preços estão previstos no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de Janeiro de 2024 e na Lei 14.133/21.

32. **RESCISÃO DO CONTRATO**

32.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

32.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

32.2.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

32.2.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

32.2.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

32.2.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

32.2.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

32.2.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

32.2.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

32.2.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;



- 32.2.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 32.3. A extinção do contrato poderá ser:
- 32.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 32.3.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 32.3.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 32.3.4. A extinção determinada por ato unilateral da administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 32.4. A extinção determinada por ato unilateral da administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta lei, as seguintes consequências:
- 32.4.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da administração;
- 32.4.2. Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.
- 32.5. Execução da garantia contratual para:
- a) ressarcimento da administração pública por prejuízos decorrentes da não execução;
  - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
  - c) pagamento das multas devidas à administração pública;
  - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- 32.6. As condições gerais para a rescisão de contrato estão regidas na Lei nº 14.133 de 2021.
33. **DA ADESAO**
- 33.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
- 33.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão:
- I - Comprovar nos autos da vantagem da adesão, observando-se, inclusive, a compatibilidade entre a demanda do exercício financeiro e a quantidade registrada na ARP; e
  - II - Encaminhar solicitação de adesão ao órgão gerenciador, que deverá autorizá-la, exceto na hipótese de extrapolação do limite previsto.
- 33.3. A manifestação do Órgão gerenciador fica condicionada à realização de estudo, pelos Órgãos e pelas Entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a Administração Pública Estadual da utilização da Ata de Registro de Preços.
- 33.4. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e aos órgãos participantes.
- 33.5. O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e aos Órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.
34. **DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 34.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 124 e seguintes da lei nº 14.133/2021.
- 34.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 34.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 34.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
  - II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 34.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 34.6. Será admitida solicitação de revisão de preços, quando tratar -se de produtos cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, conforme preceitua a legislação.

- 34.7. A revisão de preços prevista no caput poderá ser efetivada mediante.
35. **DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP)**
- 35.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, conforme preconiza o art. 84 da Lei 14.133/2021.
- 35.2. Também com relação a vigência da Ata de Registro de Preços, deve-se considerar o "Art. 15. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disporá sobre" :
- IX - o prazo de vigência da ata de registro de preços, que será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
- 35.3. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos respectivos instrumentos convocatórios, observado do art. 84 da Lei 14.133/2021.
- 35.4. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/2021.
- 35.5. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 35.6. Homologado o resultado da licitação, a Ata de Registro de Preços será publicada na Imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.(redação do caput dada pelo decreto nº 21587 de 25/01/2017).
- 35.7. A publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
- 35.8. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.
- 35.9. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 35.10. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, ou emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme preceitua a legislação.
- 35.11. Os órgãos participantes do registro de preços, além de observarem o disposto na Lei 14.133 de 2021 e regulamentações decorrentes, deverão instruir seus processos de contratação com a cópia, no mínimo, dos seguintes documentos:

a) Termo de Participação;

b) Edital de licitação e seus anexos;

c) ARP;

d) Minuta de contrato, se for o caso.
- 35.12. Eventuais alterações no contrato e demais instrumentos referidos no caput obedecerão às disposições contidas na Lei 14.133 de 2021.
- 35.13. A Administração poderá aceitar que o beneficiário entregue para o item ou lote produto de marca ou modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou fato superveniente à licitação, e desde que o produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.
- 35.14. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
36. **INDICAÇÃO DA QUANTIDADE MÍNIMA PARA CADA ORDEM DE FORNECIMENTO**
- 36.1. Para fins de emissão de Ordens de Fornecimento (OF) no âmbito da presente Ata de Registro de Preços, fica definido que cada Ordem de Fornecimento deverá observar o quantitativo mínimo por item, conforme segue: (a) Item 1 – Veículo Rabecão: mínimo de 1 unidade; (b) Item 2 – Caminhão com Tanque de Combustível: mínimo de 1 unidade; (c) Item 3 – Unidade de Resgate: mínimo de 1 unidade.
- 36.2. Os órgãos gerenciador, participantes e não participantes deverão respeitar tais limites mínimos, sendo vedada a emissão de Ordem de Fornecimento em quantidades inferiores. O atendimento às OFs observará os quantitativos máximos registrados na ARP, bem como os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.
37. **DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**
- 37.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contado da data do início de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do **art. 105 da Lei nº 14.133/2021**.
38. **DAS CONDIÇÕES GERAIS**
- 38.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de referência serão dirimidos aplicando-se as regras da **Lei nº 14.133/2021** e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.
39. **DA PUBLICAÇÃO**
- 39.1. O certame não terá obrigatoriedade de publicação no Diário Oficial da União, uma vez que a licitação será homologada conforme inciso IV, art. 71 da lei 14.133/2021.
40. **FORO**
- 40.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes à Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

41.
- DOS ANEXOS
- 41.1.
- Integram a este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos o **Anexo I (Especificações Técnicas dos Veículos)** e **Anexo II (Especificações Técnicas de Rádios Transceptores)**.

Local e data conforme assinatura SEI.

Elaboração:	Revisão técnica:
FRANCISCO UÉSCLEI LOPES DA SILVEIRA Assessor SESDEC/GECONV	SUED SANTOS ROCHA DE SOUZA Gerente de Convênios
Aprovação pelo Ordenador de Despesa:	
HELIO GOMES FERREIRA Secretario de Estado Adjunto da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC	

ANEXO I AO TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS VEÍCULOS

ITEM 1- VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES (RABECÃO)	
1.	CARACTERIZAÇÃO:
1.1.	Pick Up, chassi, cabine simples, diesel, caracterizadas na cor preta com carroceria com adaptação de transporte de cadáveres, com engate, com guincho frontal, com rastreador satelital, rádio digital duo, sirene, giroflex e strobo.
1.2.	Veículo Novo, zero quilômetro de fábrica;
1.3.	Ano de Fabricação/Modelo: Igual ou posterior à assinatura do contrato;
1.4.	Movida a óleo diesel;
1.5.	Com capacidade mínima do tanque de combustível de 65 litros.
2.	HABITÁCULO DOS PASSAGEIROS:
2.1.	Vidros: originais de fábrica e para-brisa com vidros integrais, temperados ou laminados;
2.2.	Capacidade para acomodar 02 (dois) passageiros para o RABECÃO;
2.3.	Para o RABECÃO deverá ser uma Pickup Chassis, cabine simples, duas portas.
3.	MOTORIZAÇÃO:
3.1.	Motor: Turbo Diesel não inferior a 2,2L;
3.2.	Cilindrada: Não inferior a 2.299 cm3;
3.3.	Número de Cilindros: Não inferior a 04 (quatro)
3.4.	Número de Válvulas: Não inferior a 16 (dezesseis);
3.5.	Potência: Não inferior a 150 CV (NBR);
3.6.	Torque: Não inferior a 39,1 kgfm;
3.7.	Alimentação: Sistema de Injeção Eletrônica.
4.	TRANSMISSÃO:

- 4.1. Caixa de Mudanças: Mecânica, acionada por alavanca manual ou elétrica;
- 4.2. Número de Marchas: No mínimo 06 (seis) à frente e 01 (uma) à ré, com tração traseira 4X2 e opção de acionamento do sistema 4X4, inclusive com marcha reduzida.
- 5. **SUSPENSÃO:**
- 5.1. Conforme especificação do fabricante.
- 6. **DIREÇÃO:**
- 6.1. Sistema de Direção: hidráulica, elétrica ou eletro-hidráulica.
- 7. **SISTEMA DE FREIOS:**
- 7.1. Freio a Disco nas rodas dianteiras e freio a disco ou tambor nas rodas traseiras, com sistema de antitravamento (ABS) nas 04 (quatro) rodas.
- 8. **CICLÍSTICA:**
- 8.1. Rodas: Em aço estampado ou liga leve, sendo 05 (cinco) do mesmo modelo e dimensão;
- 8.2. Pneus: Radiais, sendo 05 (cinco) da mesma dimensão, marca e modelo.
- 9. **PINTURA:**
- 9.1. Os veículos automotores deverão ser fornecidos originalmente na cor preta e padrão sólido.
- 9.2. GRAFISMO: O modelo será fornecido, conforme manual da instituição, na fase de execução contratual, devendo o material ser adesivado com padrão de certificação no mínimo ISO 9000, e com garantia de aplicação de no mínimo 02 (dois) anos.
- 10. **SISTEMA ELÉTRICO:**
- 10.1. O sistema deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:
- 10.2. Operar em tensão nominal 12 volts;
- 10.3. Dispor de alternador de no mínimo 90 ampéres e fiação adequada a demanda elétrica do veículo, diante da inclusão de equipamentos de sinalização luminosa, sonora e rádio transceptor móvel e outros;
- 10.4. Fiação do tipo não propagadora de chamas, sendo a carga conveniente distribuída por circuitos;
- 10.5. Sistema de gerenciamento de carga da bateria, que garanta o acionamento do motor do veículo;
- 10.6. O sistema elétrico do veículo (bateria, alternador, cabeamento, etc.), além de sua função básica, deverá estar dimensionado para suportar, simultaneamente, os consumidores originais do veículo, bem como, todos os equipamentos, acessórios e adaptações a serem implementados;
- 10.7. A bateria a ser fornecida deverá ser do tipo “selada”, ou seja, que não exija manutenção (reposição da solução), de no mínimo 90 amperes.
- 11. **EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS:**
- 11.1. O veículo deverá possuir, além das especificações técnicas supracitadas, os seguintes equipamentos, acessórios e adaptações:
- 11.2. Ar Condicionado de fábrica integrado frio/quente;
- 11.3. Tapetes de borracha antiderrapante, no assoalho dianteiro e traseiro do veículo na cor preta;
- 11.4. 02 (dois) Air Bag frontais ou frontais duplo, obedecendo a legislação vigente;
- 11.5. Tacômetro (conta giros) do motor;
- 11.6. Bancos Dianteiros Individuais com regulagem de distância, inclinação do encosto e inclinação total do banco, com apoio para cabeça, e banco traseiro com apoios para cabeça integrados ou acoplados ao banco;
- 11.7. Bancos dianteiros e traseiros cobertos com capas de courvim náutico na cor cinza, revestidos com carpete tipo pelo médio nas extremidades, com reforço nas abas laterais do encosto e dos assentos (áreas de maior desgaste);
- 11.8. Cintos de segurança para todos os passageiros, considerando sua lotação completa, sendo os laterais retráteis de 03 (três) pontos e os centrais subabdominais ou de três pontos;
- 11.9. Vidros Elétricos original de fábrica;
- 11.10. Sistema de trava elétrica para as portas laterais;
- 11.11. Limpador de para-brisas dianteiro;

- 11.12. Película de proteção solar nos vidros laterais e traseiro, na cor e transparência a serem definidos, dentro dos limites estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (somente em veículos descaracterizados);
- 11.13. Faróis dianteiros e lanternas traseiras com efeito “estrobo”;
- 11.14. Ventilador/desembaçador com ar quente;
- 11.15. Protetor de cárter e de câmbio;
- 11.16. Instalação de protetor de tanque de combustível
- 11.17. Jogo de Tapetes de Borracha ou Polivinilcarbono (PVC) nos locais destinados aos ocupantes apoiarem os pés, inclusive o motorista;
- 11.18. Revestimento do piso original do compartimento de motorista e passageiros em material de vinil (PVC) na cor preta;
- 11.19. Luz de Beco, acoplada ao sinalizador de emergência acústico-visual;
- 11.20. Mega Fone;
- 11.21. Estribo em aço sob as portas, montado sobre uma estrutura de aço resistente, devendo suportar a subida e descida de pessoas no veículo com superfície antiderrapante, com acabamento em pintura epóxi na cor preta;
- 11.22. Instalação de engate traseiro modelo bola, homologado pelo CONTRAN; - Instalação de protetor de caçamba em PRFV (plástico reforçado de fibra de vidro), na cor preta;
- 11.23. Para-choques de impulsão (quebra-mato) com proteção gradeada dos faróis na parte frontal do veículo, em chapa de aço combinado com estrutura tubular, com acabamento em pintura epóxi na cor preta, compatibilizado à instalação do Kit de desatolamento;
- 11.24. Faróis dianteiros e lanternas traseiras com efeito “estrobo”;
- 11.25. Luz de Beco, acoplada ao sinalizador de emergência acústico-visual;
- 11.26. Mega Fone; - Sinalizador de Emergência Acústico/Visual;
- 11.27. Identificação Visual
- 11.28. GRAFISMO, que será fornecido pela POLÍCIA CIVIL em momento oportuno;
- 11.29. Rádio Transceptor Móvel instalado;
- 11.30. Rastreador;
- 11.31. Navegador GPS, não será aceito a central multimídia apenas com espelhamento de celular;
- 11.32. Outros equipamentos de série e acessórios, porventura não especificados, e exigidos pelo CONTRAN.
- 12. **PRESCRIÇÕES DIVERSAS:**
  - 12.1. As adaptações deverão integrar-se perfeitamente ao desenho interno do veículo, primar pela ergonomia e facilidade no manuseio dos equipamentos.
  - 12.2. Não serão admitidos cantos vivos ou pontos cortantes que possam causar lesões aos ocupantes do veículo ou custodiados;
  - 12.3. As peças deverão receber fixação adequada, a fim de que não se verifiquem movimentos, trincas ou ruídos;
  - 12.4. Os contornos e as furações das peças a serem instaladas deverão ser recobertos com borracha, ou outro material similar, a fim de evitar acidentes aos instaladores e usuários e ainda danos aos cabos de energia, de dados e da antena;
  - 12.5. As furações necessárias não deverão comprometer à alimentação elétrica e demais conexões essenciais ao perfeito funcionamento dos equipamentos.
- 13. **ESPECIFICAÇÕES DAS ADAPTAÇÕES**
  - 13.1. **RÁDIO transceptor móvel digital:**
    - 13.2. As especificações técnicas de rádio transceptor móvel constam no Anexo II do TR.
  - 13.3. **EQUIPAMENTOS DE RASTREAMENTO**
    - 13.3.1. **Comunicação:**
      - a) Satelital Servico Bi-direcional, Isat Data Pro
      - b) Payload Maximo recebido pelo terminal 10.000 bytes
      - c) Payload Máximo transmitido pelo terminal 6.400 bytes
      - d) Latência Típica < 15 segundos, 100 bytes

	<div>e) Ângulo de Elevação +20• &lt; ate 90•</div> <div>f) Frequência Rx: 1525.0 ate 1559.0 MHz Tx: 1626.5 ate 1660.5 MHz</div> <div>g) GPS Precisão 4 m CEP</div> <div>h) Tempo de Aquisição Ligado: 1 s; Partida a frio: 27 s</div> <div>i) Sensibilidade Aquisição: 136 dBm Rastreamento: 146 dBm</div>
13.3.2.	<div><b>Alimentação:</b></div> <div>a) Voltagem de Entrada 9 a 32 Volts, protegida contra picos: +150V</div> <div>b) Consumo médio de energia (Típico 12 Vdc, 22• &lt; C)</div> <div>c) Recepção: 45 mA</div> <div>d) Recepção com GPS: 85 mA</div> <div>e) Transmissão: 0,75 A</div>
13.3.3.	<div><b>Características físicas:</b></div> <div>a) Peso 460g</div> <div>b) Dimensões 12.6 x 12.6 x 4.9 cm</div>
13.3.4.	<div><b>Certificações:</b></div>
13.3.4.1.	Satélite Inmarsat Type Aprovado CE Mark, FCC, RoHS, Anatel.
14.	<div><b>SISTEMA DE SINALIZAÇÃO VISUAL (BARRA SINALIZADORA)</b></div>
14.1.	Especificações Técnicas Mínimas:
14.2.	Barra sinalizadora em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteira, com comprimento entre 1. mm, largura entre 250 mm e 500 mm e altura entre 70 mm e 110 mm.
14.3.	SENDO: SINALIZADOR VISUAL NO TETO PARA VIATURAS CARACTERIZADAS.
14.4.	Resistente à impactos.
14.5.	Barra dotada de base construída em ABS (reforçada com perfil de alumínio extrudado) ou perfil de alumínio extrudado na cor preta, cúpula, injetada em policarbonato na cor RUBI, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV.
14.6.	Sistema luminoso composto por no mínimo 24 refletores sendo: 8 refletores frontais e 8 refletores traseiros, cada um dotado de no mínimo 06 leds por refletor;
14.7.	4 refletores laterais na esquerda e 4 refletores laterais na direita do sinalizador, cada um dotado de no mínimo 03 leds por refletor, nas cores RUBI para iluminação de emergência, todos com no mínimo 03 Watts de potência, refletores frontais e traseiros maiores, refletores laterais menores, distribuídas equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir total visualização, sem que haja pontos cegos de luminosidade, desde que o “design” do veículo permita.
14.8.	Alimentados nominalmente com 10,8 a 14,7 Vcc e com garantia mínima de 3 anos.
14.9.	O conjunto deve emitir luz intermitente visível em ângulo de 360º.
14.10.	<div>Cada LED deverá obedecer as especificações a seguir descritas:</div> <div>I - Cor predominante: Vermelho, com comprimento de onda de 610 a 630 nm.</div> <div>II - Intensidade luminosa de cada Led de no mínimo 122 Lumens típico;</div> <div>III - Categoria dos LEDs Vermelhos: AlInGaP.</div>
14.11.	O sinalizador visual deverá ser comandado por módulo de controle único, dotado de micro processador ou microcontrolador, que permita a geração de lampejos luminosos de 25 ms a 2 seg.
14.12.	O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos Leds devendo garantir também a intensidade luminosa dos Leds, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos Leds.
14.13.	O consumo da barra nas funções usuais deverá ser em torno de 07A e o máximo (com todas as funções possíveis ligadas) não deverá ultrapassar 12A.
14.14.	O módulo de controle deverá possuir capacidade de geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado e em deslocamento em situação de emergência e até mais 5 outros padrões de "flashes" distintos ou outras funções de iluminação a serem definidos / utilizados no futuro, sem custos adicionais, os quais deverão ser acionados separados ou



simultaneamente no caso de se utilizar Leds e dispositivos de iluminação não intermitentes (luzes de beco e/ou frontais).

14.15. Sistema de controle dos sinalizadores visual e acústico deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas.

14.16. Deverá ser instalado em local específico quando este for solicitado (console) ou no local originalmente destinado à instalação de rádio possibilitando sua operação por ambos os ocupantes da cabina.

14.17. O equipamento deverá possuir sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor.

14.18. O sistema deverá possuir proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios.

14.19. A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta comercial, os seguintes documentos:

14.20. Atestado, emitido pelo fabricante das especificações técnicas dos leds, que comprove que o produto utilizado na montagem do sistema visual se enquadra na presente especificação.

14.21. Laudo emitido por entidade competente, que comprove que o sinalizador luminoso a ser fornecido atende as normas SAE J575 e SAE J595 (Rev. JAN 2005), da SAE - Society of Automotive Engineers, no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 1 e a norma NFPA 1901 (Edição 2009).

14.22. **STROBO:**

- a) Cinco unidades instaladas na grade parte frontal do veículo
- b) Duas unidades instaladas na parte traseira
- c) Tipo LED 3 watts cor azul
- d) 60 lumens cada
- e) Instalados sem cortes ou perfurações na carroceria.

15. **SINALIZADOR ACÚSTICO:**

15.1. Especificações Técnicas Mínimas:

15.2. Amplificado capaz de entregar no mínimo 100 W RMS de potência operando de 10,8 a 14,8Vcc, possua no mínimo 4 tons distintos e pressão sonora a 01 (um) metro de distância de no mínimo 100db @ 13,8 Vcc;

15.3. Sistema de megafone com ajuste de ganho, e potencia de no mínimo 70 W RMS, com interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor;

15.4. Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro da faixa de frequência utilizada pelas Polícias.

16. **GUINCHO**

16.1. **Especificações mínimas:**

16.1.1. Guincho elétrico, frontal, com capacidade de 9.500 lbs / 4309 Kg, com controle remoto em cabo de no mínimo 3,5 m de comprimento, com manual na língua portuguesa;

16.1.2. Cabo de aço com mínimo de 24 metros

16.1.3. Bolsa de vinil reforçado com fechamento através de aba fixada por velcro, com medidas aproximadas de 700mm x 400mm, com kit para manuseio do guincho contendo: duas cintas com 80mm x 9000mm, duas manilhas 7/8 (22mm, e 6,5 ton) duas patescas nº 10, e dois pares de luvas de raspa de couro.

17. **ENGATE:**

17.1. Instalação de engate traseiro modelo bola, homologado pelo CONTRAN.

18. **CARROCERIA PARA ADAPTAÇÃO DE TRANSPORTE DE CADÁVERES - RABECÃO CARROCERIA:**

18.1. Com adaptação para transporte de cadáveres com baú na altura máxima de 20 cm da cabine. BAÚ: Em alumínio, piso em aço, fixado no chassi, 02 portas traseiras com travas, lanternas na parte superior, revestimento interno em PRFV ou chapa galvanizada, suporte para urnas em tubos de alumínio para quatro unidades com roletes de aço inox ou galvanizado com dispositivo de fixação das urnas;

18.2. Comprimento do baú de no mínimo 2 metros e 30 centímetros. Altura Máxima do baú não poderá ultrapassar 20 cm da altura da cabine do veículo. URNAS: 04 urnas em fibra, medindo 2000X550X300MM (comprimento x largura x altura), com tampas e alças nas laterais (03 alças de cada lado) e extremidades, reservatório plástico para 40 litros, compartimento para material medindo 1000MMX300MMx300MM (comprimento x largura x altura), localizado no interior do baú, totalmente isolado deste com acesso por porta lateral externa, 02 luminárias no compartimento do baú, 02 ventiladores e 02 exaustores sobre o teto, farol de embarque traseiro, estribo na portas dianteiras e na parte traseira, para-choque de impulsão, tomada 12 VCC, 02 faróis auxiliares de 150 MM com grades de proteção.

18.3.	<b>PRESCRIÇÕES DIVERSAS</b>
18.4.	As adaptações deverão integrar-se perfeitamente ao desenho interno do veículo, primar pela ergonomia e facilidade no manuseio dos equipamentos;
18.5.	O compartimento interno traseiro deverá receber tratamento especial, a fim de oferecer segurança na condução dos Custodiados;
18.6.	Não serão admitidos cantos vivos ou pontos cortantes que possam causar lesões aos ocupantes do veículo ou custodiados;
18.7.	As peças deverão receber fixação adequada, a fim de que não se verifiquem movimentos, trincas ou ruídos;
18.8.	Os suportes metálicos a serem fornecidos deverão ser resistentes às trepidações (vibrações) decorrentes da utilização do veículo, em qualquer tipo de terreno, bem como deverão ser adequadamente fixados, a fim de suportarem o peso dos equipamentos a serem instalados, especialmente durante as manobras realizadas pelo veículo em situação de emergência. Para tanto deverão ser utilizado coxins de borrachas ou outro material compatível, a fim de amortecer os impactos;
18.9.	Os contornos e as furações das peças a serem instaladas deverão ser recobertos com borracha, ou outro material similar, a fim de evitar acidentes aos instaladores e usuários e ainda danos aos cabos de energia, de dados e da antena;
18.10.	As furações necessárias não deverão comprometer à alimentação elétrica e demais conexões essenciais ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
18.11.	A tonalidade (cor) das peças deverá acompanhar o acabamento interior do veículo.
<b><u>ITEM 2 - VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL (CAMINHÃO TANQUE)</u></b>	
1.	<b>CHASSI:</b>
1.1.	Veículo com <b>PBT mínimo de 17 toneladas</b> , sistema de tração 4x2, e distância entre eixos de 4.770 mm a 5.200 mm entre o eixo dianteiro e o primeiro eixo traseiro, e mais o terceiro eixo.
1.2.	Para garantir uma boa performance durante os deslocamentos o motor deve ter uma potência mínima de 250 cv e máxima de 340 cv e 06 cilindros.
1.3.	O câmbio deve ser sincronizado do tipo automatizado e com função manual (automática/manual) tipo I-SHIFT ou similar.
1.4.	O sistema elétrico deve ser preferencialmente de 24 Vcc, e o alternador deve ter uma capacidade mínima de 80 Ah.
1.5.	O sistema de freios deve ser pneumático com circuitos independentes.
1.6.	Sistema de embreagem com acionamento tipo hidropneumático.
1.7.	Sistema de ar condicionado original de fábrica.
1.8.	O veículo deve ser pintado com a(s) cor(es) padrão da Corporação.
1.9.	As tintas utilizadas são do tipo PU automotivo.
1.10.	Veículo novo, 0km e entregue conforme modelo do ano da entrega.
2.	<b>TANQUE:</b>
2.1.	O tanque sobre chassi com capacidade no <b>mínimo 5.000 litros</b> compartimento único, fabricado conforme as normas do Inmetro em chapa de aço inox, instalado em caminhão a ser definido, entre eixo a ser definido, descarga lateral lado esquerdo com sistema de carregamento Top, 01 caixa (aço carbono) entre a cabine e o tanque com 01 porta de cada com fechadura e vedação modelo blindada para armazenar de 01 registradoras com vazão de até 120 litros por hora, 01 carretel retrátil com 15 metros de mangueira 1" e bico automático, bomba centrífuga com sistema hidráulico, do lado direito da caixa com prateleiras para armazenamento e transporte de acessórios, escada modelo marinho, instalação elétrica completa com lanternas em led, pintura da caixa padrão cliente.
2.2.	Acompanha o tanque: a) 01 caixa de ferramentas; b) 02 portas mangote; c) 03 suportes de placa simbologia; d) 02 suportes de extintor 8kg; e) 01 suporte para barrica d'agua;

	f) 01 suporte pá/ enxada;
	g) 02 suportes de cone, para-choque homologado e proteção lateral para ciclista.
** Incluso taxas de aferição e kit de segurança.	
3.	<b>SINALIZAÇÃO ACÚSTICA</b>
3.1.	<b>Sirene Eletro pneumática</b>
3.2.	O veículo deve ser equipado com uma sirene eletro pneumática, com duas cornetas de alumínio que geram som tipo Fá-Dó, para utilização em deslocamentos para ocorrências.
3.3.	Esta sirene deve ter potência de 100 dB a 10 m de distância.
3.4.	Utilizar o ar comprimido do sistema pneumático do veículo sem comprometer o seu funcionamento e sem a necessidade de lubrificação.
3.5.	A sirene deve possuir um dispositivo que permite regular a frequência da alternância do som de 20 a 80 vezes por minuto.
3.6.	<b>Sirene Eletrônica</b>
3.7.	O veículo deve ser equipado com uma sirene eletrônica de 100 watts rms, e Potência sonora de 122 db \ 126 db;
3.8.	Sistema de megafone com ajuste de ganho digital e display de sete segmentos;
3.9.	Frequência de 300 a 3000 hz; 6 sons de sirene (wail, yelp, hi-yelp, hi-lo, manual, horn);
3.10.	Controle integrado para o sinalizador luminoso instalado sobre a cabina;
3.11.	Entrada auxiliar para rádio transceptor e Monitoramento de bateria com desligamento automático.
3.12.	<b>Buzina de Ré</b>
3.13.	O veículo deve possuir também uma buzina para deslocamentos em marcha à ré, com som intermitente, que é acionada automaticamente sempre que a ré é engatada.
4.	<b>SINALIZAÇÃO LUMINOSA</b>
4.1.	<b>Barra Sinalizadora sobre a Cabina:</b>
4.2.	O veículo deve ser equipado com uma barra sinalizadora com leds de alto brilho (7.000 mcd cada led), e lente tipo lupa, na cor vermelha, em formato linear, permitindo a visualização em um ângulo de 360º, sem pontos cegos.
4.3.	As lentes dos módulos devem ser de policarbonato com proteção UV.
4.4.	O comprimento deve ser adequado a largura da cabina, variando entre 1200 mm a 1600 mm, largura entre 250 mm e 500 mm e altura entre 70 mm e 110 mm.
4.5.	A barra sinalizadora atende aos requisitos contidos nas Normas SAE J 575 e SAE J 595.
4.6.	Seu módulo de controle deve permitir gerar diversas funções para sinalização de emergência e para deslocamento de trânsito com sequências de lampejos luminosos de alta frequência.
4.7.	A barra deve incluir uma unidade sonofletora protegida contra intempéries.
4.8.	<b>Sinalizadores Luminosos tipo Torre na Traseira:</b>
4.9.	Na traseira do veículo, próximo aos cantos superiores, deve possuir dois sinalizadores vermelhos, tipo torre, com lâmpadas de LEDs e efeito visual tipo rotativo.
4.10.	<b>Luzes Laterais de Alerta:</b>
4.11.	Em cada lateral do veículo deve ser instaladas duas luzes de alerta, em dimensões aproximadas de 7” x 9”, com lâmpadas tipo LED, de cor vermelha, pulsantes.
5.	<b>RÁDIO TRANSCEPTOR</b>
5.1.	<b>Rádio transceptor móvel digital:</b>
5.2.	As especificações técnicas de rádio transceptor móvel constam no Anexo II do TR.
5.3.	<b>GPS e CÂMERA DE RÉ:</b>
5.3.1.	O veículo deve ser equipado com um aparelho GPS instalado na cabina do motorista.
5.3.2.	O aparelho deve possuir as seguintes características MÍNIMAS: memória RAM de 128 MB, com resolução 800 x 600 e tela de 7”, Touch Screen.
5.3.3.	Acompanhar câmera de ré, que liga automaticamente quando a ré é engatada, auxiliando no controle de manobras do veículo com visualização em tempo real.

ITEM 3 - VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA)

1.

MOTOR

1.1.

A UNIDADE DE RESGATE deverá estar equipada com motor de 04 cilindros, dotado de 130 CV de potência mínima, turbinado, com torque mínimo de 30kgf.m, com gerenciamento eletrônico. Motor movido a óleo diesel, sendo o reservatório de combustível com capacidade mínima de 70 litros. O motor deverá ter informações das especificações técnicas sobre marca, modelo, tipo, potência máxima em CV (kW)/RPM, torque máximo Nm (kgfm)/RPM, cilindrada total, diâmetro do pistão, curso e relação de compressão.
2.

TRANSMISSÃO E SUSPENSÃO

2.1.

A transmissão deve ser de acionamento manual com alavanca no assoalho ou painel, com no mínimo 5 marchas à frente e uma a ré sincronizadas;

2.2.

A suspensão dianteira deve ser com molas originais do fabricante e/ou com amortecedores hidráulicos de dupla ação além de barra estabilizadora.

2.3.

A suspensão traseira deve ser com molas originais do fabricante, com amortecedores hidráulicos de dupla ação e barra estabilizadora, que deverão proporcionar melhor comodidade à vítima e ao bombeiro socorrista durante o atendimento inicial e locomoção.
3.

SISTEMA ELÉTRICO

3.1.

A bateria do veículo deverá ser original do fabricante e independente das baterias do compartimento de atendimento.

3.2.

O alternador original será mantido.
4.

SISTEMA DE FREIOS

4.1.

Os freios devem ter acionamento hidráulico com servo assistência e dotados de duplo circuito e válvula proporcionadora, discos na dianteira e traseira.
5.

SISTEMA DE DIREÇÃO

5.1.

A direção deverá possuir assistência hidráulica ou elétrica, devendo possuir ainda coluna ajustável em altura e profundidade.
6.

RODAS E PNEUS

6.1.

Os pneus devem ser originais de fábrica, sem câmara, do tipo radiais com trama de aço, desenho para uso em estrada, compatível com o Peso Bruto Total do veículo.

6.2.

Todos os pneus fornecidos devem ser idênticos e conforme as Normas Brasileiras pertinentes sobre o assunto.

6.3.

O fabricante deve proporcionar instrução para a pressão correta nos pneus dianteiros e traseiros requeridos para o Peso Bruto Total do veículo.
7.

PESO BRUTO TOTAL

7.1.

Peso bruto total máximo de 4.300 kg.
8.

RODAGEM

8.1.

Rodagem simples, com tração mínima 4x2 (quatro pontos de apoio por dois de tração), conforme NBR 14.561, da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, a qual fixa as especificações técnicas mínimas a serem atendidas pelos veículos para atendimento a emergências médicas e resgate.
9.

DIMENSÕES

9.1.

Dimensões em mm:

Distância entre eixos (máximo)	4035mm
Comprimento total (máximo)	6030 mm
Altura do compartimento de atendimento (mínima)	1650 mm
10.

SISTEMAS DE SEGURANÇA ATIVA E PASSIVA:

10.1.

Considerando a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN Nº 514, de 18 de dezembro de 2014, no tocante a suas diretrizes na definição da Política Nacional de Trânsito ao orientar que deverá haver promoção para o aperfeiçoamento das condições de segurança veicular, através do incentivo a renovação da frota circulante, com foco no uso de veículos com elevado níveis de segurança passiva e ativa;

- 10.2. Considerando a LEI Nº 11.910, DE 18 DE MARÇO DE 2009 e a RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 964, DE 17 DE MAIO DE 2022 que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do equipamento suplementar de segurança passiva:

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 964, DE 17 DE MAIO DE 2022

[...]Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do equipamento suplementar de segurança passiva - Air Bag, na parte frontal, para o condutor e o passageiro do assento dianteiro, dos veículos das categorias M1 e N1.

[...]Art. 3º Para fins desta Resolução, define-se

- Air Bag: Equipamento suplementar de retenção que objetiva amenizar o contato de uma ou mais partes do corpo do ocupante com o interior do veículo, composto por um conjunto de sensores colocados em lugares estratégicos da estrutura do veículo, central de controle eletrônica e dispositivo gerador de gás propulsor para inflar a bolsa de tecido resistente;
- 10.3. Considerando que os veículos tipo ambulância furgão atualmente em uso e os que foram adquiridos nas últimas licitações estão com suas especificações e características técnicas defasadas em relação aos veículos fabricados atualmente que já incorporam os últimos avanços das tecnologias construtivas, processos e técnicas produtivas mais avançadas;
- 10.4. Considerando que diante desses avanços e aperfeiçoamentos tecnológicos da indústria automobilística nacional, com a modernização tecnológica dos veículos fabricados no país com a adoção de modernos sistemas de segurança passiva e ativa, oferecendo ao mercado veículos modernos e de melhor qualidade e mais seguros;
- 10.5. Pode-se afirmar ainda, que alguns dos principais fatores causadores de acidentes nas estradas e trechos urbanos estão diretamente associados às derrapagens e ao travamento das rodas em frenagens de emergência, quando o motorista tenta evitar uma colisão. Quando ocorre o travamento das rodas, especialmente das rodas dianteiras, o motorista perde a dirigibilidade do veículo, que segue em linha reta ainda que tente desviar do obstáculo ou manter o veículo em curso;
- 10.6. Com o objetivo de reduzir o número de acidentes envolvendo as ambulâncias em serviço o presente processo inovou ao fazer constar em suas especificações sistemas de segurança ativa que contribuem significativamente para a redução do número de sinistros. Sistemas de segurança ativa como o Programa Eletrônico de Estabilidade (ESP) atuam antes da ocorrência do acidente, pois tem a função de reconduzir o automóvel à trajetória original em caso de desestabilização, seja ela no eixo traseiro ou dianteiro, sendo essencial para uma dirigibilidade mais segura. Entende-se assim, que com a adoção desses sistemas de segurança passiva como Air Bags, barras de proteção lateral e pré- tensionadores de cinto;
- 10.7. Sistemas de segurança ativa como AntiblockBraking System (ABS), distribuição de força de frenagem (EBV/EBD) e o Programa Eletrônico de Estabilidade (ESP) em nossos veículos estaremos avançando e contribuindo para evitar possíveis acidentes e protegendo nossos militares e os pacientes, concluindo que tais itens foram avaliados e considerados como essenciais para uma viatura de emergência;
- 10.8. Com relação ao sistema de segurança, serão aceitos quaisquer recursos que venham a mais, além das exigências mínimas nas especificações técnicas;
- 10.9. É necessário que o Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia adote para essa aquisição as especificações e características técnicas de veículos ambulância tipo furgão produzidas com os modernos sistemas de segurança ativa e passiva, visando oferecer a população Rondoniense, ambulâncias modernas e mais seguras;
- 10.10. Os sistemas de segurança descritos são também indicados como essenciais pelas Nações Unidas e Organização Mundial de Saúde por meio da campanha Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011- 2020.
- 10.11. Os veículos deverão vir equipados de fábrica com os seguintes equipamentos de segurança:
11. **SEGURANÇA ATIVA:**

11.1. Sistema Antitravamento de Freios;

11.2. Sistema eletrônico de distribuição de força de frenagem;

11.3. Sistema de controle de tração e Barras de proteção lateral nas portas dianteiras.

11.4. Estudos relacionados à eficiência de frenagem e ao travamento de rodas concluem que o Sistema Antitravamento de Freios é um mecanismo essencial na prevenção de acidentes de trânsito.

11.5. O Sistema de Distribuição de Força de Frenagem permite que em cada roda seja aplicada uma força de frenagem diferente, conforme a distribuição das forças resultantes aplicadas no sistema carro e pista.

11.6. Sistema de Controle de Tração que tem como princípio monitorar as rodas do veículo e evitar que elas girem em falso durante uma arrancada, especialmente em piso escorregadio.

11.7. A função das barras laterais é a de proteger o habitáculo dos passageiros, função esta que pode ser adequadamente cumprida por outros mecanismos.

11.8. Vem sendo utilizado, por exemplo, em veículos mais modernos, um sistema estrutural que absorve os eventuais impactos de uma colisão, minimizando a força transferida aos passageiros.
12. **SEGURANÇA PASSIVA:**

- 12.1. Pré-tensionador de cinto de segurança para motorista e passageiro;
- 12.2. Air *bag* para o motorista e passageiro do assento disposto na cabine, será aceito veículos com airbag frontal e frontal duplo;
- 12.3. O propósito de um pré-tensionador é eliminar a sobra de tecido do cinto no caso de um acidente.
- 12.4. Enquanto o cinto de segurança convencional impede que o cinto se estenda além do necessário, o pré-tensionador recolhe o próprio cinto.
- 12.5. Desta maneira ajuda a mover o passageiro para uma posição favorável no assento e garantir a integridade corporal.
- 12.6. O Air bag é um dispositivo que é constituído de pastilhas de nitrogênio que são acionadas por uma descarga elétrica pela central eletrônica dentro de um balão de ar muito resistente, que é o próprio Air bag;
- 12.7. Este, por sua vez, se enche rapidamente, amortecendo assim o choque e evitando que motorista e passageiros sofram danos físicos principalmente no rosto, peito e coluna.
- 12.8. O sistema, funciona como um complemento do cinto de segurança sendo de uso obrigatório em todos os carros novos.
13. CABINE
- 13.1. Deverá ter tamanho suficiente para acomodar o motorista, e o socorrista, sendo um banco individual para o motorista (original do fabricante) e um banco individual para o socorrista, devendo haver passagem interna entre os dois bancos da cabine para o compartimento de atendimento, além de ser organizada e projetada com os equipamentos e acessórios especificados para dar mais segurança e facilitar as operações.
14. EQUIPAMENTOS A SEREM INSTALADOS NA CABINE
- 14.1. Console para dispositivos elétricos / eletrônicos;
- 14.2. Luminária flexível para painel e console;
- 14.3. Luz de leitura.
15. CONSOLE PARA DISPOSITIVOS ELÉTRICOS/ELETRÔNICOS DA CABINE
- 15.1. Deverá ser previsto um console para colocação dos seguintes dispositivos:
- 15.2. Painel com controle dos tons das sirenes.
- 15.3. Chave mestra para ativação do sistema elétrico do compartimento de atendimento, rádio da viatura, incluindo tecla e painel.
16. PÁRA-CHOQUES E ESTRIBO.
- 16.1. O pára-choque traseiro será revestido em alumínio antiderrapante e com proteção para o deslizamento da maca retrátil e suportar um peso teste de 220 kg sem vergar.
17. DIVISÃO CABINE/COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO
- 17.1. A divisão da cabine e compartimento de atendimento será feita através de divisória que não deverá rachar apodrecer ou deteriorar com a ação do tempo ou em decorrência de lavagem, tendo ainda um acabamento adequado e compatível com as cores internas;
- 17.2. A intercomunicação entre a cabine e o salão de atendimento deverá ser feita por meio de abertura que possibilite a passagem de uma pessoa, de forma confortável ergonomicamente, sendo a abertura com altura mínima de 1.400 mm, sem porta, com acabamento sem arestas ou pontos cortantes.
18. COMPARTIMENTO DE ATENDIMENTO
- 18.1. DIMENSÕES BÁSICAS:
- 18.2. Comprimento máximo: 3.494 mm.
- 18.3. Largura mínima: 1700 mm.
- 18.4. Altura mínima: 1650 mm (útil após a adaptação).
- 18.5. Capacidade volumétrica igual ou superior a: 10 metros cúbicos (10 m3)
19. CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E TRABALHO NO COMPARTIMENTO
- 19.1. A configuração interna do compartimento de atendimento deverá obedecer às características ergonômicas que possibilitem o trabalho ao qual se destina. Deverá ser previsto um assento, em espuma injetada, equipado com cinto de segurança conforme resolução nº. 048 do CONTRAN, com apoio para cabeça almofadado, para ser utilizado por um bombeiro socorrista.
- 19.2. O assento não deverá ter profundidade menor que 450 mm, medida na parte superior da almofada e localizado no alinhamento da cabeça da vítima, próximo à comunicação do compartimento/cabine, voltado para a vítima. Não poderá haver cantos vivos, superfícies pontiagudas ou outros obstáculos que possam causar ferimentos ou impeçam o trabalho dos socorristas no interior do compartimento, principalmente com a viatura em movimento.
- 19.3. Os batentes das portas deverão ser almofadados para evitar ferimentos na cabeça das vítimas ou dos tripulantes.



- 19.4. Deverá possuir trilho para regulagem de posição.
- 19.5. Deverá ser instalado tubo pega mão (balaustre), fixado ao teto do compartimento de atendimento, em chapas metálicas de reforço, de acordo com as normas do fabricante do veículo, através de parafusos projetados para suportar a carga mínima de 90 kgf, com comprimento mínimo de 1600 mm (proporcionalmente ao comprimento total do compartimento), contendo suporte móvel para frascos de medicação.
- 19.6. Deverá ser previsto um banco lateral, escamoteável, tipo baú, confeccionado em MADEIRA DE COMPENSADO NAVAL, REVESTIDA DE FÓRMICA TEXTURIZADA EXTERNA E INTERNAMENTE (não sendo aceito aglomerado ou MDF na construção), com comprimento mínimo de 1.720 mm, sob o mesmo serão montados três assentos (sobre a tampa escamoteável do baú) e três encostos com apoio de cabeça (montados na parede lateral interna da viatura logo acima do baú), confeccionados em espuma injetada, com revestimento sem costuras aparentes (solda eletrônica) na cor Azul “Mineral”, sendo que a espuma utilizada deverá possuir espessura máxima de 70 mm e densidade mínima de 60 kgf/m³, o banco deverá permitir o transporte de três pessoas sentadas ou uma vítima imobilizada em prancha longa, equipado com 03 cintos de segurança conforme resolução 048 Contran, para ser utilizado por pacientes ou acompanhantes. O banco deverá estar localizado no lado direito da viatura paralelamente à maca e voltado para a vítima. Não poderá haver cantos vivos, arestas, superfícies pontiagudas ou outros obstáculos que possam causar ferimentos ou impeçam o trabalho dos socorristas no interior do compartimento, principalmente com a viatura em movimento.
20. CARACTERÍSTICAS INTERNAS
- 20.1. Todas as partes do compartimento de atendimento da UBS deverão ser presas com prendedores à prova de ferrugem e reforçados para evitar que se soltem. Gabinetes, bancos, divisões, suportes dos cilindros de oxigênio, pega-mãos e suportes das macas deverão ser fixados em chapas metálicas perfuradas ou armações soldadas na estrutura do compartimento, sendo terminantemente proibido o uso de rebites “pop” ou similares. Estes componentes deverão ser fixados de maneira firme, conforme normas do fabricante do veículo, absolutamente resistentes à vibração e à prova de desprendimento em caso de acidente.
21. PORTAS
- 21.1. O veículo deverá ser dotado de 05 portas, sendo 02 dianteiras para a cabine do veículo, 01 lateral corredeira (direita) e 02 localizadas na traseira do veículo com altura mínima de 1.670 mm e com abertura de 90º, 180º e até 270º;
- 21.2. O compartimento de atendimento do paciente terá acesso através da traseira será feito pelas portas originais do veículo, de folha dupla, que deverão contar com uma janela em cada porta e painéis internos removíveis. Os painéis internos deverão ser acabados com um tipo de material plástico durável e lavável. Elas terão a espessura compatível com as paredes do compartimento e serão projetadas para ter fácil abertura, além de possuir um sistema de fixação da porta aberta quando necessário. Também se fará o acesso através da porta corredeira localizada na lateral direita, que deverá conter uma janela;
- 21.3. Deverá ser instalado na traseira do veículo, próximo à porta direita, um suporte pega mão de aço inoxidável, para facilitar a entrada da tripulação.
- 21.4. Os vidros das portas dianteiras deverão possuir sistema de acionamento elétrico para abrir e fechar.
- 21.5. A porta lateral corredeira (do lado direito), é essencial para o serviço de emergência pré-hospitalar realizado pelo CBMRO, tendo em vista a especificidade do serviço realizado pelos militares que compõe a guarnição de resgate, que atuam na remoção dos pacientes e outros.
- 21.6. FECHOS DAS PORTAS, DOBRADIÇAS E FERRAGENS.
- 21.7. As maçanetas externas e internas das portas e dobradiças deverão ser as originais do veículo a ser transformado.
- 21.8. Quando as portas estão abertas, as dobradiças, os fechos e as travas das portas não deverão obstruir a área de acesso.
- 21.9. Todas as portas deverão ter dispositivos para evitar que ocorra a abertura ou o fechamento inadvertidamente.
- 21.10. Puxadores tubulares deverão ser instalados na parte interna de cada uma das duas folhas da porta traseira para permitir sua abertura e fechamento por dentro.
- 21.11. Deverão ser instalados nas portas traseiras de entrada, batentes com fixadores de borracha, magnéticos ou outro tipo que mantenha as portas abertas quando necessário não sendo necessária qualquer operação especial para fechamento das mesmas.
- 21.12. Deverão ser previstas fechaduras com chave que permitam manter o compartimento totalmente trancado.
22. ASSOALHO
- 22.1. O assoalho deverá situar-se no nível mais baixo permitido pelo veículo.
- 22.2. O assoalho deverá ser plano e monolítico.
- 22.3. Todo o assoalho deverá aguentar uma carga distribuída de no mínimo 730 kg/m2.
- 22.4. O subassoalho do compartimento de atendimento deverá ser construído exclusivamente em compensado multilaminado, formado por lâminas de madeiras selecionadas (reflorestadas) e colado com resina fenólica WBP certificação ISO 9001, 100% a prova d' água: LD 380 g/m² e com teor mínimo de sólidos em 35 pontos percentuais (compensado naval) de espessura mínima de 15 mm e deve ser imunizado contra o ataque de fungos e cupins.
- 22.5. Não serão aceitos espaços vazios ou bolsões onde a água ou sangue poderá se acumular, causando apodrecimento ou condições sanitárias desfavoráveis.
- 22.6. Os espaços vazios e bolsões deverão ser preenchidos com vedante ou compostos de calafetagem;

- 22.7. O assoalho deverá ser de fácil limpeza, devendo ser revestido por uma única peça, sem costura, em CHAPA DE ALUMÍNIO ANTIDERRAPANTE e que garanta condições de aderência mesmo quando molhado.
- 22.8. Do ponto de vista técnico e de fabricação, pode haver limitação quanto ao uso de uma única peça inteiriça de chapa de alumínio, especialmente considerando as dimensões internas do compartimento da ambulância e os processos de conformação e instalação. Contudo, não será aceita a utilização de chapas com emendas visíveis, parafusadas ou com frestas expostas, que comprometam a higienização e a segurança sanitária.
- 22.9. Sendo assim, a Administração poderá aceitar a instalação de chapas com emendas, desde que essas sejam contínuas, soldadas e completamente vedadas, formando uma superfície uniforme, lisa e impermeável, com as mesmas condições funcionais de uma peça única.
- 22.10. Essa solução preserva o objetivo original da exigência — facilitar a limpeza, impedir acúmulo de resíduos e garantir a aderência — sem prejudicar o interesse público ou comprometer a qualidade do fornecimento.
- 22.11. Ressalta-se ainda que todas as soluções propostas estarão sujeitas à análise técnica durante o recebimento do objeto, devendo atender integralmente às condições funcionais e sanitárias especificadas no edital.
- 22.12. O material de revestimento do assoalho deverá cobrir todo o comprimento e largura da área de trabalho do compartimento.
- 22.13. O material deverá possuir características de alto tráfego, atendendo a norma europeia EM-685 classe (34), resistência a desinfetantes de superfície hospitalar”.
- 22.14. Deverão ser fornecidas proteções em aço inoxidável nos locais (para-choque e soleira da porta traseira), onde os pés da maca raspem, para proteção de todos estes elementos.
- 22.15. Deve possuir calafetação em todo o perímetro de junção entre o mobiliário, divisória e paredes, com resistência ao hipoclorito de sódio, em todo o compartimento contra infiltrações em processos de lavagem.
- 22.16. Estribo integrado ao para-choque.
23. **JANELAS**
- 23.1. Caberá a empresa vencedora a construção de três janelas no compartimento de atendimento, sendo uma na porta de correr lateral direita e duas nas portas traseiras (uma em cada porta);
- 23.2. Todas do mesmo tamanho (mínimo de 500 mm x 350 mm medidos na parte interna), fixadas no compartimento com esquadrias de alumínio resistente e robusta.
- 23.3. Deverão ser divididas em duas partes com a possibilidade de abertura (de correr) de apenas um dos lados do vidro.
- 23.4. As partes envidraçadas deverão ser equipadas com vidros de segurança que atendam aos termos da Resolução do CONTRAN N.º 254, DE 26 DE OUTUBRO DE 2007 e aos requisitos estabelecidos na NBR 9491 e suas normas complementares.
- 23.5. Cada janela deverá possuir uma tela metálica para impedir a entrada de insetos e permitir ventilação.
- 23.6. Os vidros deverão ser temperados e serigrafados na cor branca opaca clara, com três listras translúcidas de 10 mm de largura, intercaladas e centralizadas, e terão coeficiente de segurança de acordo com as normas brasileiras a respeito.
24. **SISTEMAS AMBIENTAIS**
- 24.1. A ambulância deverá ser equipada com um sistema de ar condicionado a fim de fornecer e manter o ar limpo no nível especificado de temperatura interna conforme NBR 14561/2000, cujo sistema deve ter a capacidade de manter a temperatura interna de 20 a 25 graus Celsius quando a temperatura externa estiver acima desta marca.
- 24.2. Tal sistema de Ar Condicionado deverá ser em gás ecológico (134ª) a partir do compressor de 160cc, condensador paralelflow com filtro acoplado com eletro ventilador auxiliar de 14” chicote elétrico independente e com conectores selados, suporte de fixação no motor do veículo, trocador de calor em alumínio afixado por suportes de alumínio de 2.4 mm, termostato, sistema de acionamento do ar condicionado através de 1 botão com sistema TOUCH, controle da ventilação do evaporador através de rampa de aceleração (PWM), 01 núcleo evaporador na caixa de ventilação do painel na cabine com trocador em alumínio brasado, 01 caixa evaporadora no ambiente traseiro com resistência a impactos e vibrações, a estrutura deve ser pintada eletrostaticamente para garantir impedimento à corrosão (devido ao contato com água) e com invólucro em Fiber Glass de 2.0 mm isolado térmico e acusticamente, cuja caixa deverá comportar um núcleo de refrigeração dimensionado para atender à demanda da temperatura referida, deverá fornecer uma potência de 10.000 BTU’s na cabine dianteira e no mínimo 40.000 BTU’s no compartimento traseiro (salão de atendimento), devendo oferecer uma flecha de ar de 2500 mm com a velocidade mínima de 0,26 m/s e uma vazão global mínima de 1000 m³/h para garantir a eficiência mínima pretendida quanto a circulação de ar até à porta traseira do veículo.
- 24.3. Também, objetivando melhora na durabilidade do compressor e constante produção de frio, mesmo com o motor do veículo em RPM reduzida, é exigido que a temperatura máxima do gás na pré-válvula expansora, não exceda á temperatura de 45º C, e os componentes do sistema devem ser interligados por mangueiras e / ou canos e conexões detalhadamente posicionados de forma a garantir que não tenham contato direto com o chassi e / ou a carroceria do veículo a fim de evitar vibrações e consequentes quebras ou rompimentos. Os componentes devem ser facilmente acessíveis para efeitos de manutenção.
- 24.4. **Informações adicionais sobre a instalação do Ar Condicionado:**
- 24.5. Para que garanta a máxima eficiência do produto e elimine possíveis falhas de montagem, a instalação do equipamento de ar condicionado e seus componentes necessários para ambulância deverá ser realizado por empresa credenciada/autorizada do fabricante dos equipamentos de ar condicionado, pois por se tratar de produto com exigência de mão de obra técnica

e especializada a empresa fornecedora e instaladora deverá dispor de equipamentos apropriados para aplicação de vácuo e carga de gás (Com deliberação pelos órgãos responsáveis pelo meio ambiente), além de possuir credenciamento por órgãos de certificação de qualidade.

24.6. Para sua comprovação, a empresa participante do pregão deverá apresentar no momento do certame a certificação e autorização que comprove tais informações.

24.7. Deverá ser fornecido e instalado na região da bancada em local de fácil visibilidade da tripulação, um Termo Higrômetro com display digital e características de medição da temperatura interna e externa, umidade interna e externa com registros de máxima e mínima, relógio, alarme e data, com as seguintes especificações técnicas:

- a) Temperatura Interna: 0°C a +60°C;
- b) Temperatura Externa: -30°C a 70 °C;
- c) Exatidão: ±1% UR;
- d) Umidade Interna e Externa: 0% a 99%;
- e) Resolução: 1% UR.

25. **ISOLAMENTO**

25.1. Todo compartimento de atendimento será completamente isolado para possibilitar melhor desempenho dos sistemas ambientais e também para evitar que ruídos externos e vapores tóxicos penetrem ao interior da viatura. O isolamento será confeccionado com material que evite a proliferação de micro organismos nocivos, com ação retardante quanto à propagação de chamas, não tóxico e não higroscópico, não sendo aceito em hipótese alguma polietileno expandido (isopor).

26. **SUPERFÍCIES INTERNAS**

- 26.1. O interior do compartimento de atendimento deverá estar isento de cantos vivos.
- 26.2. Tudo que constituir obstrução à cabeça e que possa ser perigoso a pessoas no compartimento de atendimento deverá ser almofadado.
- 26.3. O acabamento de todo o compartimento de atendimento incluindo o interior do armário de armazenamento deverá ser construído com material liso tipo fibra ou plástico, impermeável e resistente à água, sabão e desinfetantes.
- 26.4. Os painéis deverão ser instalados de maneira que não ocorra flexão, deflexão, empenamento ou vibração.
- 26.5. Todo o acabamento externo do mobiliário deverá ser feito nas cores branco e azul mineral, padrão Corpo de Bombeiros.

27. **PAREDES**

27.1. As paredes internas deverão ser revestidas de material lavável e resistente aos processos de limpeza e desinfecção comuns às superfícies hospitalares, podendo ser em compensado naval revestido com placas de PRFV (plástico reforçado com fibra de vidro) laminadas, ou PRFV com espessura mínima de 3 mm, moldada conforme geometria do veículo ou Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABE) com espessura mínima de 3 mm, e todos os materiais devem estar em conformidade com a Resolução do Contran nº 498, de 29 de julho de 2014.

28. **ARMÁRIOS PARA ACONDICIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS**

- 28.1. Instalação de armário externo na lateral esquerda, no primeiro terço do veículo após a porta do motorista, para acondicionamento de equipamentos diversos, confeccionado em chapa de alumínio antiderrapante, com porta acompanhando o desenho original da carroceria.
- 28.2. As dobradiças e fechaduras deverão ser confeccionadas em aço inox, e a vedação será em borracha nitrílica do tipo compressão com sobreposição, impedindo a entrada de gases, poeira, água e ar.
- 28.3. A porta deverá contar ainda com abertura para ventilação do compartimento.
- 28.4. Todos os equipamentos para atendimento das vítimas deverão estar devidamente acondicionados em armários internos, sendo terminantemente vedado o uso de gavetas.
- 28.5. Os armários deverão ser construídos de forma a manter fixos todo o seu conteúdo, e permitir uma rápida remoção para emprego e conforme padrão do Corpo de Bombeiros de Rondônia.
- 28.6. Portanto deverá ser desenvolvido pelo fabricante um sistema de fixação e armazenagem para cada um dos itens solicitados.
- 28.7. A matéria-prima para a confecção desses armários deverá exclusivamente ser de MADEIRA DE COMPENSADO NAVAL, REVESTIDA DE FÓRMICA TEXTURIZADA EXTERNA E INTERNAMENTE (não sendo aceito aglomerado ou MDF na construção).

29. **CARACTERÍSTICAS DOS ARMÁRIOS**

- 29.1. Os armários do compartimento de atendimento ao paciente deverão ter fácil acesso e fácil abertura, não devendo, porém, abrirem sozinhos com a viatura em movimento. As prateleiras internas dos armários não deverão ser ajustáveis e as portas deverão ser deslizantes sobre canaletas flocadas e montadas em esquadrias de alumínio, equipadas com dispositivo de fixação e travamento, além de permitirem sua remoção;
- 29.2. As portas dos armários deverão ser transparentes, feitas em policarbonato ou material similar;

- 29.3. A fim de evitar ferimentos em caso de acidente, todos os armários deverão ser firmemente presos na estrutura da carroceria e suas extremidades não poderão possuir cantos vivos;
- 29.4. O interior da viatura deverá vir com um conjunto de armários para guarda de todo o material de emergência utilizado no veículo;
- 29.5. O conjunto de armários será fixado em toda a extensão interna esquerda (lado do motorista);
- 29.6. Deverá ser confeccionado em compensado multilaminado, formado por lâminas de madeiras selecionadas (reflorestadas) e colado com resina fenólica WBP certificação ISO 9001, 100% a prova d' água: LD 380 g/m² e com teor mínimo de sólidos em 35 pontos percentuais (compensado naval) de espessura mínima de 15 mm e deve ser imunizado contra o ataque de fungos e cupins, revestido interna e externamente com laminado contínuo de alta pressão e alta resistência, termo moldável que permita facilmente a confecção de bordas e cantos arredondados, aumentando sua resistência a impactos e infiltrações de água por dispensar nos cantos o uso de fita de borda.
- 29.7. Esse laminado deverá vir impregnado com tecnologia antimicrobiana que contenha um agente incorporado ao mesmo, fornecendo proteção eficaz e durável contra microrganismos, bactérias e fungos causadores de doenças, manchas perenes e mau odor, resistente ao calor, umidade e manchas, antialérgico e higiênico, não absorvente, lavável e compatível com desinfetante, permitindo desinfecção e fácil higienização, tipo formica; o projeto dos móveis deve contemplar o seu adequado posicionamento no veículo, visando o máximo aproveitamento de espaço, a fixação dos equipamentos, a segurança dos ocupantes (sem quinas vivas) e a assepsia do veículo; as portas corrediças em policarbonato devem dispor de mecanismo de travamento sendo dispensado o trinco;
- 29.8. Todas as prateleiras deverão ter batentes frontais, de aproximadamente 50mm até mesmo nos armários com portas, a fim de dificultar que os materiais caiam quando o veículo estiver em movimento;
- 29.9. Deverá ser instalado um suporte para quatro almotolias sobre a prateleira inferior próxima ao paciente; o compartimento para guarda dos 02 cilindros de oxigênio, locados na parte dianteira junto ao compartimento do paciente, deverá ter porta com visor com acesso aos registros;
- 29.10. Deverá haver uma bancada para acomodação dos equipamentos, confeccionadas em material antiderrapante, permitindo a fixação e o acondicionamento adequado dos equipamentos, com batente frontal de no mínimo 50 mm e borda arredondada;
- 29.11. Os materiais auxiliares confeccionados em metal, tais como: pregos, dobradiças, parafusos e etc.;
- 29.12. Deverão ser protegidos com material antiferrugem; os puxadores terão que ser embutidos ou semi-embutidos; os armários deverão ser disponibilizados seguindo o layout constante no anexo I deste Termo de Referências, com medidas aproximadas e formando as unidades a seguir:
- 29.13. 1 (um) armário para guarda de materiais com portas corrediças em policarbonato, bipartidas, com batente frontal;
- 29.14. 1 (um) armário para a guarda de materiais com divisórias tipo prateleiras, com batente frontal, com portas;
- 29.15. 1 (um) armário tipo bancada para acomodação de equipamentos, 1 (um) bagageiro superior para materiais leves.
- 29.16. Deverá existir também, sobre a bancada, um local para acomodação de recipiente para perfuro cortantes e suportes/fixadores para equipamentos médicos eletrônicos.
- 29.17. O compartimento de atendimento deverá possuir um excelente isolamento acústico que não poderá exceder a 80 dB.
30. **BATERIA SECUNDÁRIA**
- 30.1. Deverá ser previsto um compartimento isolado para colocação da bateria secundária.
- 30.2. A bateria deverá ser instalada de forma a possibilitar sua retirada, substituição ou manutenção facilmente.
- 30.3. A bateria secundária deverá ser do tipo CP (carga profunda) isenta de manutenção e ser totalmente independente da bateria original do veículo, conforme item 5.1.1.1. desta especificação.
31. **EQUIPAMENTOS**
- 31.1. Os equipamentos da Unidade de Suporte Básico - USB serão divididos em grupos e possuirão especificações individuais que serão fornecidas pelo Corpo de Bombeiros em separado.
32. **ACONDICIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS**
- 32.1. Todos os equipamentos que integrarão a USB deverão estar devidamente acondicionados de forma que não haja risco de queda ou avaria durante o deslocamento da viatura em terrenos irregulares ou em velocidade. Os suportes, portas, prendedores, presilhas, trincos e outros sistemas de fixação deverão ser reforçados para evitar que os equipamentos se soltem durante o deslocamento. Todos os itens deverão ter seu acondicionamento previsto e estarem devidamente identificados por etiquetas de metal ou plástico em letra legível, na língua Portuguesa, e fixada pelo fabricante do conjunto, conforme orientação da comissão do CBMRO.
33. **EQUIPAMENTOS BÁSICOS DA VIATURA**
- 33.1. **A viatura deverá vir acompanhada dos seguintes acessórios:**
- 33.2. 02 (duas) Macas de rodas articulável em alumínio, sendo uma fixada no assoalho do compartimento de atendimento, que atenda o especificado na NBR 14.561 e a outra reserva;

- 33.3. Fixadores de piso permanentes para maca de rodas;
- 33.4. Rede de oxigenoterapia com (02) dois cilindros de O2 de 16 litros e régua tripla conforme padrão do Corpo de Bombeiros.
- 33.5. Cadeira de resgate.
- 33.6. **Suporte elevado do assoalho.**
- 33.7. 01 (um) farol de busca manual (celibrim) com bloco óptico blindado, potência de 55 watts, 12v e plug para conectar no acendedor de cigarro de veículo, ou ponto 12v, com 10 (dez) metros de extensão.
- 33.8. 02 Extintores de incêndio portáteis com carga de pó ABC, capacidade de 4 kg e garantia de 5 (cinco) anos.
- 33.9. 03 Cones de segurança para trânsito, com altura entre 700 e 760 mm e base com lados de 400 (+ ou – 20) mm, em plástico, na cor laranja, com faixas refletivas, de acordo com normas da ABNT.
- 33.10. 01 Lanterna portátil: Lanterna à bateria e carregador anexo, portátil, permite 08 horas de uso com alta intensidade, corpo em termoplástico resistente a impacto, com peso máximo de 1,5 quilos, com entrada para 220V ou 110V, bateria recarregável.
34. **EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS**
- 34.1. **MACA (A ambulância deverá vir equipada com 02 (duas) macas de mesmas características, de forma que a segunda servirá como reserva).**
- 34.2. As macas devem ser montadas com perfis de alumínio tubular e dimensionada para suportar pacientes com peso até 300 kg. Possuir o quadro das pernas e o quadro do leito construído em alumínio, sendo que os tubos da estrutura do leito, das pernas e travessas da maca devem possuir espessuras entre 2,00 mm e 3,18 mm conforme a necessidade de resistência.
- 34.3. Os perfis de alumínio devem seguir normas de fabricação da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) nº 6063 e ser encaixados com uniões de alumínio injetado ou extrudado, ou ainda em plástico em toda a estrutura da maca.
- 34.4. A fixação das uniões aos perfis deverá ser feita com pinos elásticos, não devendo ser utilizada solda, já que a mesma pode comprometer a estrutura da maca causando fissuras de difícil detecção e rachaduras por absorver uma quantidade menor de energia proveniente da carga, gerando assim maior esforço dos componentes e risco de quebra dos mesmos, e consequentemente acidentes.
- 34.5. No leito, os pinos elásticos devem ser travados com rebites tipo U, para impedir que os mesmos se movimentem com as torções que a maca sofre em sua utilização, evitando danos no colchonete e acidentes e aos usuários do equipamento.
- 34.6. Deve possuir um sistema regulável para elevação da cabeça, tronco e membros superiores do paciente (Movimento Fowler) com no mínimo 6 (seis) posições que variam de 0° a 70° graus.
- 34.7. Deve possuir alças laterais basculantes com altura mínima de 150 mm, medida a partir do leito da maca.
- 34.8. Deve possuir uma alça traseira para facilitar o transporte e auxiliar na retirada e colocação da ambulância.
- 34.9. Deve possuir regulagem que possibilite o ajuste de altura do eixo aéreo ou dispositivo que evite a diferença de altura entre o nível do piso da ambulância e a roda aérea da maca, evitando acidentes como a queda do equipamento no momento de colocar ou retirar da ambulância.
- 34.10. Todas as arestas, cantos vivos ou orifícios devem estar arredondados ou protegidos a fim de evitar acidentes.
- 34.11. **Dimensões:**
- 34.12. A maca deve atender as dimensões da Tabela 2 – Modelo 2, estabelecida na norma ABNT NBR 14561/2000, e especificações e exigências das normas DIN EN 1865, no item 4.1.2. O leito da maca deve ter um comprimento mínimo de 2000 mm e largura mínima de 550 mm.
- 34.13. O lastro do leito deve ser fabricado com vergalhões de alumínio formando uma grade ou possuir chapa rígida de material de fácil desinfecção e leve para reduzir o peso e permitir a passagem de ar para o colchonete.
- 34.14. A altura da maca deve ser definida de acordo com a altura da carroçaria do veículo onde será utilizada, sendo sua altura máxima de 700 mm medidos a partir do solo até o rodízio aéreo.
- 34.15. **Rodízios**
- 34.16. A maca deve possuir 6 (seis) rodízios, sendo 2(dois) aéreos de 100 mm de diâmetro, colocados na mesma altura do nível do piso com a finalidade de apoiar a maca e facilitar sua colocação e retirada da ambulância bem como permitir sua transição de posição (aberto-fechado), 2 (dois) rodízios e 2 (dois) rodízios fixos com diâmetro de 125mm, revestidos em borracha sintética maciça com 95 shores de dureza, para suportarem carga elevada sem deformação que venha a comprometer a funcionalidade do equipamento, e que facilitem as manobras mesmo em terrenos irregulares, além de contar com sistema de freio individual nos rodízios giratórios.
- 34.17. Os rodízios giratórios devem contar com dois rolamentos blindados no eixo da roda para evitarem a entrada de sujeira e aumentarem a vida útil dos rolamentos e facilitar a rolagem.

- 34.18. Os garfos giratórios dos rodízios traseiros devem ser em alumínio injetado, nylon ou ainda em plástico de alta resistência em peça única, para evitar o afrouxamento de componentes e consequentes oxidações.
- 34.19. No interior do garfo devem estar alojados dois rolamentos blindados que permitem ao conjunto da roda girar 360 graus além de garantirem firmeza e resistência ao conjunto e possuírem sistema de freio (para acionamento com os pés) na cor vermelha com indicação posição travada ou liberada.
- 34.20. **Capacidade de carga da maca:**
- 34.21. A maca deve suportar no mínimo um paciente com peso de 300 Kg, porém o equipamento deve suportar uma carga equivalente a duas vezes o peso determinado como limite máximo de carga, ou seja, deve suportar uma carga de 600 kg, distribuída de forma uniforme em toda sua estrutura.
- 34.22. O fabricante deve apresentar relatório de ensaio realizado pelo responsável técnico devidamente autorizado e cadastrado na ANVISA.
- 34.23. **Mecanismos de retração das pernas:**
- 34.24. A maca deve possuir um mecanismo na parte inferior do leito próximo à alça de transporte, que possibilite o acionamento do dispositivo de retração das pernas.
- 34.25. O mecanismo de retração deve permitir acionamento por apenas uma pessoa e possuir um sistema de segurança que impeça o destravamento acidental durante o deslocamento com o paciente sobre a maca.
- 34.26. As pernas devem possuir batentes deslizantes de PVC ou nylon para facilitar a retração das pernas durante a entrada no veículo de resgate.
- 34.27. **Sistema de travamento da maca ao veículo:**
- 34.28. Deve ser fornecido junto com a maca um sistema central de fixação estável com sistema de engate rápido.
- 34.29. Este sistema deve fixar macas com rodas modelo 2 à carroçaria do veículo de resgate, sem a necessidade de canaleta guia ou plataforma no interior do veículo.
- 34.30. Deve possuir dois batentes frontais com resistência para suportar o impacto da maca no momento de colocar no veículo, e durante uma frenagem violenta ou em acidente com impacto frontal.
- 34.31. Um guia de direcionamento frontal para permitir o perfeito acoplamento da maca e um sistema de travamento central de engate rápido, localizado na parte traseira da maca, que seja de fácil acesso e de fácil manipulação.
- 34.32. O material usado no sistema de travamento pode ser de alumínio ou aço, desde que atenda os limites mínimos de resistência e segurança. -- O fabricante deve apresentar ensaios de tração longitudinal, tração lateral e de tração vertical, realizados pelo responsável técnico devidamente autorizado e cadastrado.
- 34.33. ANVISA, que comprove a resistência do sistema de suportar uma carga de 1000 kgf nos três sentidos acima especificados atendendo as exigências definidas pela norma AMD STANDARD 004.
- 34.34. **Colchonete:**
- 34.35. O Colchonete deverá ser confeccionado com espuma de poliuretano expandido densidade 33 com revestimento vinílico impermeável, auto extingüível, antimofo, selado com costura eletrônica para não permitir a infiltração de líquidos, a contaminação e que possa ser lavado facilmente devendo ser na cor azul escuro.
- 34.36. As dimensões do colchonete deverão ser compatíveis com as medidas do leito, com espessura mínima de 80 mm, conforme descrito no item 5.10.5 da norma NBR 14561/2000.
- 34.37. **Cinto de segurança:**
- 34.38. A maca deve possuir 3 (três) cintos de segurança para imobilização do paciente (peito, bacia e tornozelos).
- 34.39. Os cintos devem ser dispostos de forma a prevenir movimentos longitudinais e transversais do paciente durante o transporte. Junto ao cinto posicionado no peito do paciente, devem ser fornecidos dois cintos adicionais para imobilização de dorso superior (acima dos ombros), que minimize o movimento para frente do paciente durante uma frenagem violenta ou em acidente com impacto frontal.
- 34.40. Os cintos de imobilização devem ser fabricados em nylon ou outro material sintético de fácil limpeza e desinfecção, com largura de 50 mm, e possuir fivelas metálicas e terminais tipo engate rápido, fixados de forma que possam ser removidos facilmente para lavagem, manutenção, ou até mesmo para troca de posição na maca.
- 34.41. **Acessórios:**
- 34.42. Suporte de Soro e Sangue em estrutura em duro alumínio tubular Haste com altura regulável de 560 mm a 939 mm, sistema de regulagem rápida de altura, sistema de fixação em união bipartida, com engate duplo para bolsas de soro ou sangue.
- 34.43. Capacidade de carga 5 kg, cada haste com capacidade para 2,5kg.
- 34.44. **Certificado de garantia:**
- 34.45. O equipamento deve possuir um certificado de garantia contra defeitos de fabricação com instruções de procedimento e os termos de garantia com no mínimo 12 meses de abrangência.
- 34.46. **Etiqueta de identificação do fabricante:**



- 34.47. A maca deve possuir uma etiqueta de identificação do fabricante, CNPJ, telefone e número serial para identificação e rastreabilidade.
- 34.48. **Instalação:**
- 34.49. A maca deve ser fornecida e instalada na ambulância pelo contratado, seguindo as instruções de instalação determinada pelo fabricante da maca.
- 34.50. **Rastreabilidade do equipamento:**
- 34.51. O fabricante do equipamento deve operar com um sistema que possibilite a rastreabilidade dos produtos fornecidos, para eventuais operações de recall ou para o correto fornecimento de itens para reposição.
- 34.52. O sistema de rastreabilidade deve ser feito com identificação individual de cada produto, podendo ser com número de série, códigos em barra ou qualquer outro meio de identificação inviolável e intransferível.
- 34.53. O processo de rastreabilidade deve permitir a organização à consulta de dados importantes referentes à venda dos produtos, tais como: Cliente, número de nota fiscal, data de envio, modelo, produto, características especiais, registros de Inspeção e conformidade.
- 34.54. O sistema de registro de rastreabilidade deve ser executado em software específico e protegido regularmente através de backup, conforme item 7.5.3 da norma ISO 9001-2008.
- 34.55. **Documentação:**
- 34.56. O fabricante deve apresentar os laudos de ensaios de resistência e capacidade de carga do equipamento em concordância com as normas acima citadas, realizados pelo responsável técnico devidamente registrado no respectivo conselho de engenharia, e que venha a comprovar seu vínculo com a empresa fabricante através de certidão de registro.
- 34.57. A empresa deve comprovar sua Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e Registro ou Cadastramento dos Produtos junto a ANVISA, bem como apresentar cópia autenticada do certificado de qualidade ISO 9001-2008.
- 34.58. **Cadeira de resgate**
- 34.59. Cadeira de rodas especial para emergências com sistema de correias que lhe permita deslizar sobre degraus das escadas e o salvamento de pessoas com necessidades especiais (portadores de deficiência física, idosos, deficientes visual-auditivos, acidentados nos membros inferiores, mulheres grávidas, doentes e feridos, vítimas de mal súbito, dentre outros), em situações de emergências, de forma rápida e segura.
- 34.60. Deverá possuir um sistema de deslizadores, semelhantes a um par de esquis, que deverão possuir correias especiais de borracha, que em contato com os degraus das escadas, promovem uma ação contínua de tração e freio, automaticamente ajustada ao peso da pessoa, que deverá garantir uma descida suave, fácil, rápida, segura e sem trancos, com total estabilidade e segurança para o usuário.
- 34.61. Deverá possuir rodas dianteiras de borracha de aproximadamente 15 cm e rodas traseiras giratórias de aproximadamente 6 cm, para que em locais planos a cadeira possa funcionar como uma cadeira de rodas normal.
- 34.62. Não deverá requerer para o seu funcionamento a utilização de energia elétrica ou motorização.
- 34.63. Deverá ser operada por uma única pessoa, e transportar sem muito esforço um ocupante, com capacidade de carga acima de 145 kg.
- 34.64. Deverá ser leve e possuir peso bruto não superior a 11 kg.
- 34.65. Deverá possuir montagem rápida para o uso não superior a 30 segundos.
- 34.66. Sua estrutura deverá ser construída em duralumínio azul, com revestimento em PVC amarelo, composto de retardante de chamas, resistente e de fácil limpeza e desinfecção.
- 34.67. Deverá possuir um assento destacável, confeccionado em fiberglass PRFV (Plástico Reforçado com Fibras de Vidro) de alta resistência na cor azul, com duas travas inferiores para fixação na cadeira, dotado de uma almofada em espuma recoberto com capa de tecido plástico azul de fácil limpeza, medindo 44 x 35 cm e 5,6 cm de altura em um dos lados e 8,5 cm do outro, recortada de forma crescente de um lado ao outro, com velcro para fixação na base do assento e um cinto para fixação das pernas.
- 34.68. Deverá possuir 02 cintos de segurança, para prender firmemente o corpo e a cabeça da pessoa assistida.
- 34.69. Deverá possuir instruções de uso claras e visíveis, assim como a logomarca do CBMRO, que deverão estar impressas nas costas do assento, para facilitar a utilização.
- 34.70. Deverão ser fornecidos junto com a cadeira, os seguintes acessórios: suporte para fixação na parede, capa de cobertura com instruções de uso em português, e a placa de sinalização fotoluminescente com inscrição em português. Dimensões da cadeira quando dobrada: Altura entre 120 e 125 cm, profundidade entre 19 e 22 cm e largura entre 50 e 55 cm.
- 34.71. **Cintos de segurança e tirantes**
- 34.72. Todos os assentos deverão possuir cintos de segurança atendendo a resolução nº. 048 do CONTRAN.
- 34.73. A maca de rodas deverá ser provida de pelo menos três tipos de tirantes (correias de fixação tórax, quadril e joelho) a fim de evitar deslocamento longitudinal ou transversal da vítima durante o transporte.
- 34.74. Os tirantes deverão ter uma largura mínima de 50 mm, confeccionados em nylon e facilmente removíveis para limpeza.
- 34.75. Deverão ser formados por um conjunto de duas peças com fivelas de abertura rápida.

35.
- SISTEMA ELÉTRICO**
- 35.1.
- CARACTERÍSTICAS GERAIS**
- 35.2.
- O sistema elétrico da USB deverá conter o seguinte:**
- 35.3.
- Uma bateria secundária e independente de 12V, isenta de manutenção e estacionária do tipo (CP) carga profunda, com capacidade mínima de 100 Ah, para consumo do compartimento de atendimento, provida de dispositivo eletrônico bloqueador separado entre as baterias do motor e auxiliar, por sondagem de tensão, por exemplo: 13 volts – desconecta; 13,4 volts – conecta.
- 35.4.
- Sistema de ativação/desativação automático da bateria independente;
- 35.5.
- Quadro de inspeção e manutenção do sistema elétrico/eletrônico, posicionado em local único;
- 35.6.
- Sistema de proteção de desarme automático e rearme manual;
- 35.7.
- Um painel de controle para os sistemas elétricos / eletrônicos, no compartimento de atendimento;
- 35.8.
- Sistemas sinalização e iluminação interna e externa;
- 35.9.
- Fiação especial com codificação dos fios padrão ABNT;
- 35.10.
- Inversor de tensão de 1.000W, sendo de 12V para 110V.
- 35.11.
- CONSIDERAÇÕES GERAIS**
- 35.12.
- O sistema elétrico eletrônico da USB será dimensionado para o emprego simultâneo de todos os itens aqui especificados, quer com a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores.
- 35.13.
- Todos os componentes do sistema elétrico e fiação devem ser facilmente acessíveis através de quadro de inspeção, pelo qual se possam realizar verificações e manutenção.
- 35.14.
- As chaves, dispositivos indicadores e controles devem estar localizados e instalados de maneira a facilitar a remoção e manutenção.
- 35.15.
- Os encaixes exteriores das lâmpadas, chaves, dispositivos eletrônicos e peças fixas devem ser à prova de corrosão e de intempéries.
- 35.16.
- O sistema elétrico deve incluir filtros, supressores ou protetores, a fim de evitar radiação eletromagnética e a consequente interferência em rádios e outros equipamentos eletrônicos.
- 35.17.
- O sistema também deve estar preparado para que eventuais cargas elétricas superiores à sua capacidade não provoquem falhas no alternador e baterias.
- 35.18.
- Na cabine do motorista deverá ser prevista uma chave geral de desconexão elétrica.
- 35.19.
- Deverá ser fornecida uma planta do sistema elétrico da viatura montada.
- 35.20.
- INSTALAÇÃO E FIAÇÃO.**
- 35.21.
- O compartimento de atendimento da USB e o equipamento elétrico secundário devem ser servidos por circuitos totalmente separados e distintos dos circuitos do veículo.
- 35.22.
- Toda a fiação fornecida pelo fabricante deverá ser de ótima condutibilidade, estar em conformidade com todas as exigências da norma SAE J1291, suportar variações de temperatura sem prejudicar o funcionamento e possuir isolamento de polietileno transversal de acordo com a norma SAE J1127 e J1128.
- 35.23.
- Podem ser usados cabos multicondutores ou de fita desde que não sejam dispostos sob o capô ou sujeitos as altas temperaturas do motor.
- 35.24.
- A fiação deve ter códigos permanentes de cores ou ter identificação com números/letras de fácil leitura dispostas em conduítes ou em teares de alta temperatura (até 150º C).
- 35.25.
- Eles serão identificados por códigos nos terminais ou nos pontos de conexão.
- 35.26.
- Toda a fiação instalada na viatura deve ser inacessível, blindada e instalada em local protegido, além de ser mantida afastada no mínimo 150 mm dos componentes de exaustão.
- 35.27.
- Fiações elétricas e componentes não deverão terminar no compartimento dos cilindros de oxigênio, excetuando a luz do compartimento, qualquer outro sistema deverá possuir um conduíte metálico.
- 35.28.
- Todos os conduítes, armações e fiações devem ser fixados ao compartimento de atendimento ou armação por laços de metal isolados a fim de evitar ferrugem e movimentos que podem resultar em atritos, apertos, protuberâncias e danos.
- 35.29.
- Todas as aberturas na viatura devem ser adequadamente calafetadas para passar a fiação de acordo com a norma SAE 1292. Todos os itens usados para proteger ou segurar a fiação devem ser adequados para utilização e seguir padrões em uso na indústria automotiva.
- 35.30.
- O conjunto de fiação, incluindo terra, dispositivos, chaves, saídas, disjuntores etc deve ter capacidade superior à carga exigida pelo sistema em pleno funcionamento.
- 35.31.
- Todos componentes elétricos, terminais e pontos devem ter uma alça de fio que possibilitem pelo menos duas substituições dos terminais da fiação. As emendas devem atender as normas SAE J163, J561 e J928 conforme utilizado.

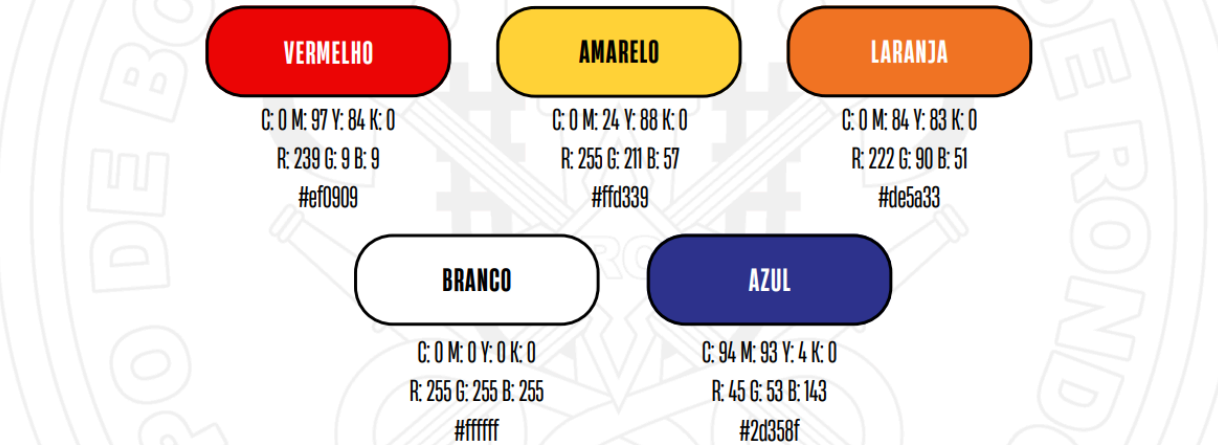
- 35.32. A fiação entre o veículo e o compartimento de atendimento deverá ser conectada através de conector próprio.
- 35.33. Todos os circuitos elétricos devem ser protegidos por dispositivos eletrônicos de proteção à corrente que atendam à norma SAE J553 (disjuntores automáticos de rearmação), e devem ser facilmente acessíveis pelo motorista ou pelo auxiliar.
- 35.34. Todos os componentes elétricos e eletrônicos, chaves, conectores, lâmpadas e indicadores e baterias devem ser marcados com um número ou letra de fácil leitura e identificação.
- 35.35. Os diagramas e esquemas de fiação em português, incluindo códigos e listas de peças padrão da USB, bem como dos equipamentos opcionais deverão ser fornecidos em separado.
- 35.36. **PAINEL CENTRAL DE CONTROLE DO MOTORISTA**
- 35.37. Deverá estar situado na cabine num console que permita sua operação pelo motorista ou pelo socorrista.
- 35.38. Seu acabamento deverá ser de primeira qualidade em perfeita harmonia com a decoração interior da viatura.
- 35.39. Deverá constar de chaves de controle e luzes de advertência, conforme discriminado abaixo:
- 35.40. Chave mestra para ativar o compartimento da USB.
- 35.41. Chaves de acionamento dos sistemas luminosos.
- 35.42. Luz de indicação do funcionamento do painel.
- 35.43. Chaves de controle das luzes de cena laterais.
36. **COMUNICAÇÕES**
- 36.1. **EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO**
- 36.2. A USB deverá está equipada com um equipamento de rádio móvel, instalado e pronto para uso.
- 36.3. Os transceptores móveis digitais a serem adquiridos deverão permitir operação nos modos analógicos, P25 Fase 1 e P25 Fase 2 em conformidade com o padrão APCO 25 e customizados conforme as necessidades dos Sistemas de Radiocomunicação já em operação em Rondônia.
- 36.4. **DISPOSIÇÕES SOBRE O RÁDIO MÓVEL**
- 36.5. A USB deverá ter espaço suficientemente ventilado para o rádio, aberturas para antena com tela de aterramento e também campo metálico para base da mesma, fiação terminal para energia de 12 V ligada diretamente à bateria principal, sistema de aterramento e painéis de montagem necessários para a instalação e manutenção do rádio.
- 36.6. **ANTENA, CABO E MONTAGEM.**
- 36.7. A instalação da antena principal deverá seguir as normas brasileiras sobre o assunto, sendo que cada USB deverá ter as fiações de aterramento e de ligação da antena devidamente embutidas no compartimento de atendimento da vítima.
- 36.8. Toda a fiação deverá ser protegida contra umidade, impactos e interferências, devendo ser previsto um dispositivo que permita a manutenção ou substituição de peças do sistema.
- 36.9. Na base da antena deverão ser fornecidos aproximadamente 30 cm de cabo extra (entrada) para possibilitar a manutenção.
- 36.10. **COMPOSIÇÃO BÁSICA DO RÁDIO TRANSCCEPTOR**
- 36.11. **Rádio transceptor móvel digital:**
- 36.12. As especificações técnicas de rádio transceptor móvel constam no Anexo II do TR.
37. **SINALIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO**
- 37.1. **Sirenes**
- 37.2. A USB deverá contar com sirene eletrônica com mínimo de 100 W de potência, alimentação de 12 V, produzindo 04 tons, sendo um bitonal, um contínuo e dois intermitentes.
- 37.3. Chave seletora para seleção dos tipos de som, com microfone do tipo de anulação de ruídos, contando com duas unidades sonofletoras de no mínimo 100 W cada uma, instaladas fora da viatura, embutidos no para- choque dianteiro sem que haja a projeção além do para-choque, em altura compreendida entre 800 a 1200 mm.
- 37.4. **Controle de sirenes**
- 37.5. Sirene eletrônica: contará com um painel de controle, sendo que os mesmos deverão estar dispostos em um único dispositivo, que deverá ser instalado no console da cabine da USB, ao alcance do motorista e do passageiro.
- 37.6. Deverá possuir:

a) Chave liga-desliga;

- b) Chave seletora dos modos de operação manual e toques rápidos;
  - c) Seleção dos 04 (quatro) tons;
  - d) Botão para toque de alerta tipo uivo rápido.
- 37.7. **Luzes de emergência principais**
- 37.8. Barra Sinalizadora: a barra sinalizadora principal deverá ser instalada na parte externa do compartimento de atendimento, sobre suportes fixados na estrutura, com as seguintes características:
- 37.9. Base de alumínio extrudado ou ABS, pintado, anticorrosivo e totalmente reforçado com lentes de policarbonato, na cor cristal (led's vermelhos).
- 37.10. Desenho modular com lentes inteiriças e intercambiáveis, sendo uma de cada lado do sinalizador e módulo central, todas injetadas em policarbonato à prova de intempéries.
- 37.11. No mínimo 02 (dois) conjuntos refletores luminosos em cada um dos lados do sinalizador, sendo cada um composto por no mínimo 06 (seis) blocos ópticos do tipo diodo emissor de luz (led).
- 37.12. A barra sinalizadora principal será acionada através de um controle remoto digital ou sistema compatível com o sistema de iluminação que deverá ser instalado no console da cabine da USB, contido no mesmo dispositivo de controle das sirenes.
- 37.13. Este controle deverá possuir também uma chave para acionamento das luzes de intersecção (luzes secundárias).
- 37.14. **Luzes de emergência secundárias (WARM LIGHT)**
- 37.15. Deverá ser instalado na USB, um sistema secundário de luzes de emergência e advertência (WARM LIGTH) compostas por 06 (seis) conjuntos na cor vermelha.
- 37.16. Os conjuntos serão localizados na parte superior externa do veículo, abaixo da linha horizontal do teto, sendo três de cada lado e dois na traseira (as da traseira não poderão ser colocadas nas portas), de modo a não serem obstruídas por portas ou outros equipamentos auxiliares.
- 37.17. Todas as luzes secundárias de emergência deverão ter formato quadrado ou retangular, com medidas mínimas de 130 X 90 mm e serem montadas de modo a projetar os seus focos de maior intensidade no eixo horizontal, piscando de maneira alternada, duas a duas.
- 37.18. **Luzes de emergência dianteiras**
- 37.19. Objetivando alcançar a linha de retrovisores dos veículos, deve-se ter complemento no sistema de iluminação, devendo ser do tipo estroboscópica ou em LED, e instaladas nos faróis.
- 37.20. **Iluminação externa**
- 37.21. Será composta pelos dispositivos originais do veículo e pelo sistema de iluminação externa ou luzes de cena, assim denominado para fins desta especificação.
- 37.22. As luzes de cena laterais e traseiras quando acionadas deverão estar dentro da capacidade do sistema elétrico da USB.
- 37.23. As peças que compõem o sistema deverão ser de aço inoxidável, de plástico ou de outros materiais resistentes às intempéries que ao ser instalado não provoquem a eletrólise das mesmas ou da carroceria do veículo.
- 37.24. O sistema deverá ser composto por 03 luzes de cor branca (led), sendo uma em cada um dos lados e uma na traseira do tipo farol de embarque localizado no teto sobre as portas traseiras.
- 37.25. As luzes laterais deverão ser firmemente fixadas às superfícies reforçadas do compartimento, numa altura mínima de 1800mm a partir do solo, alinhadas com as luzes de emergência secundárias, de modo que não sejam obstruídas por portas abertas.
- 37.26. As lâmpadas deverão ser inclinadas para baixo num ângulo entre 180 e 230 a partir da horizontal de modo que possam iluminar a área envolta das portas traseiras de acesso ao compartimento de atendimento.
- 37.27. O acionamento da iluminação externa se dará através de chaves iluminadas localizadas no painel central da cabine, com comandos independentes para cada lado.
- 37.28. A luz de cena traseira deverá ser acesa automaticamente quando as portas traseiras forem abertas.
- 37.29. Estas luzes poderão incorporar ao sistema de luzes de ré.
- 37.30. **Iluminação interna**
- 37.31. A iluminação interna da USB deverá ser projetada a proporcionar excelentes condições de trabalho tanto no compartimento de atendimento quanto na cabine da USB.
- 37.32. A iluminação interna da cabine deverá ser projetada de modo que reflexos não ofusquem o motorista ou entrem em sua linha de visão enquanto o veículo estiver em movimento.
- 37.33. Todo conjunto de iluminação interna deverá ser compatível com o consumo elétrico que as baterias proporcionam, e será composto por:
- 37.34. Luminária flexível para painel e console;

- 37.35. Iluminação da cabine original do fabricante do veículo;
- 37.36. Iluminação do painel central de comando; iluminação do painel de controle do compartimento de atendimento;
- 37.37. Iluminação manual extra;
- 37.38. Iluminação principal do compartimento de atendimento;
- 37.39. Iluminação interna do armário externo de equipamentos e dos cilindros de oxigênio.
- 37.40. **Iluminação principal do compartimento de atendimento**
- 37.41. A iluminação do compartimento de atendimento do veículo deve ser de dois tipos:
- 37.42. Natural: mediante iluminação fornecida pelas janelas do veículo (cabine e carroceria), com vidros jateados com três faixas transparentes no compartimento de atendimento;
- 37.43. Artificial deverá ser feita por no mínimo seis luminárias, instaladas no teto, com diâmetro mínimo de 20 cm, base estampada em aço inoxidável, com mínimo 08 (oito) LED de 1W, com lente em policarbonato translúcido, com acabamento corrugado para difusão da luz, distribuídas de forma a iluminar todo o compartimento do paciente, segundo padrões mínimos estabelecidos pela ABNT;
- 37.44. Deverá possuir, também, duas luminárias com foco dirigido sobre a maca, com lâmpadas de LED com potência mínima de 25 W.
- 37.45. O sistema deverá ter dois circuitos protegidos e controlados separadamente.
- 37.46. Para controlar a iluminação poderão ser usadas chaves e controles eletrônicos à prova de incêndios.
- 37.47. **Identificação e manuais de operação**
- 37.48. Todas as chaves, botões ou teclas dos sistemas de sinalização e de iluminação da USB devem devidamente identificados com etiquetas ou placas de fácil leitura, em língua portuguesa.
- 37.49. Será fornecido um manual de operação para o sistema de sinalização com instruções sobre a utilização das sirenes, e um manual para o sistema de iluminação de emergência, interna e externa com instruções sobre a utilização com melhor aproveitamento e máximo de segurança.
- 37.50. Os manuais também deverão ser na língua portuguesa e devidamente ilustrados.
38. **PINTURA E CONFIGURAÇÃO EXTERNA**
- 38.1. **PROJETO DE PINTURA E CONFIGURAÇÃO EXTERNA**
- 38.2. A pintura deverá ser nas seguintes cores padrão do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia (conforme o manual de frota), que será disponibilizado à fornecedora após a assinatura do contrato:

CORES



Os elementos gráficos apresentados neste Manual e, quando necessário, os próprios veículos, serão plotados nas cores padrão que compõem o brasão da Corporação e a logo da Defesa Civil. Estão indicadas acima as cores nos padrões CMYK, RGB e de Código HTML, para que se mantenha uma unidade em todas as aplicações. Tal padrão deverá ser seguido inclusive nos casos que exigirem a pintura da viatura.



- 38.3. Todo o serviço de pintura deverá necessariamente ser executado em estufa com instalações técnicas adequadas ao serviço, não sujeitando a contaminação por partículas diversas.
- 38.4. Todas as superfícies sujeitas a corrosão deverão receber tratamento e pintura antiferruginosa.

- 38.5. O veículo deverá também ser entregue devidamente adesivado em vinil refletivo de alto desempenho, de acordo com a padronização visual do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia.
- 38.6. Serão incluídos na adesivação os números de cadastro e letras.
- 38.7. O Corpo de Bombeiros fornecerá os números de cadastro e as medidas das letras para configuração final.
- 38.8. Todos os detalhes, inclusive as logomarcas deverão ser confeccionados com prévia aprovação dos fiscais técnicos do contrato, após a análise do projeto acima citado.
39. **TESTES E CONTROLE DE QUALIDADE**
- 39.1. **Componentes equipamentos e acessórios da usb.**
- 39.2. Todos os equipamentos, dispositivos elétricos e adaptações serão confeccionados com produtos comerciais de boa qualidade, testados e certificados, que cumpram ou excedam as exigências desta especificação.
- 39.3. O conjunto deve atender todos os padrões nacionais de segurança de veículos automotores e outras normas brasileiras correspondentes.
- 39.4. Todos os componentes deverão ser apresentados com os respectivos dados técnicos dos fabricantes em língua portuguesa.
- 39.5. A empresa vencedora deverá estabelecer uma padronização e uma garantia para todos os itens da USB, ficando responsável perante o Corpo de Bombeiros pela assistência técnica, manutenção, reposição ou eventual substituição de qualquer um dos itens que compõem a viatura.
- 39.6. **Testes dos sistemas de sinalização e iluminação**
- 39.7. Os sistemas de sinalização e iluminação deverão ser testados pela empresa vencedora na presença de representantes do Corpo de Bombeiros.
- 39.8. Os testes avaliarão o comportamento dos sistemas em situações extremas para simular o máximo consumo de carga durante um atendimento de no mínimo 30 minutos com o veículo estacionado e desligado e 120 minutos com o veículo estacionado com o motor em funcionamento.
- 39.9. Os sistemas deverão estar em conformidade com as normas brasileiras que tratam do assunto.
- 39.10. **Outros testes de conformidade**
- 39.11. Além dos testes mencionados serão inspecionados e verificados pelo Corpo de Bombeiros, para que seja atestada a conformidade com a presente especificação os seguintes itens:
- 39.12. Dimensões físicas do compartimento de atendimento;
- 39.13. Distribuição de peso;
- 39.14. Sistemas ambientais;
- 39.15. Sistema elétrico, incluindo alternador;
- 39.16. Ergonomia do compartimento de atendimento;
- 39.17. Sistema de oxigênio fixo;
- 39.18. Sistema de aspiração de sangue e secreções;
- 39.19. Para cada um dos itens acima, após a anuência do Corpo de Bombeiros deverá ser expedido um atestado de conformidade com a presente especificação.
- 39.20. Todas as despesas decorrentes de testes e emissão de atestados correrão por conta da empresa vencedora.
- 39.21. Junto à proposta ou habilitação deverão ser entregues os seguintes documentos:
- 39.22. Aprovação dos testes emitido pelo INMETRO.
- 39.23. Layout da viatura com legenda detalhada dos materiais empregados. (informando marca e garantia do equipamento).

**Observação :** As especificações técnicas dos veículos para atendimento a emergências médicas e resgate, tem previsão conforme Portaria GM/MS n.º 2048, de 05 de novembro de 2002 (**Referências:** NBR 14.561, de 07/2000).

**ANEXO II AO TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE RÁDIO TRANSECTOR**

**1. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS E GERAIS DO TRANSECTOR:**

- 1.1. Esta especificação técnica tem o objetivo de fixar os parâmetros para aquisição de transceptores móveis digitais com cabeça e controle integrado ao corpo do radio (DASH), e/ou, cabeçote de controle de mão (cabeça remota) para veículos com multimídia no painel frontal, conforme as normas do padrão P25 (APCO Project 25) Fase 1 FDMA e Fase 2 TDMA, com modulação analógica e digital, encriptados, compatíveis com as redes convencionais e troncalizados de radiocomunicação digital, para emprego na CONTRATANTE, totalmente compatíveis com todas as funcionalidades atualmente utilizadas nas redes de radiocomunicação do governo de Rondônia.
- 1.2. Os transceptores móveis digitais a serem adquiridos deverão permitir operação nos modos analógicos, P25 Fase 1 e P25 Fase 2 em conformidade com o padrão APCO 25 e customizados conforme as necessidades dos Sistemas de Radiocomunicação já em operação em Rondônia.
- 1.3. Os transceptores móveis digitais deverão ser fornecidos devidamente homologados pela ANATEL, devem ser de fácil manuseio e operação e possibilitar a realização das seguintes funções, disponibilizando os seguintes recursos:
  - 1.3.1. Operar em modo, analógico, digital e troncalizado conforme normas do padrão P25 Fase 1 FDMA e P25 Fase 2 TDMA, no mesmo rádio, programados por canal sem ônus para a CONTRATANTE;
  - 1.3.2. Operar nos modos, convencional analógico, convencional digital e também em modo troncalizado digital.
  - 1.3.3. Ser compatível operacionalmente com os transceptores digital convencional em uso nas redes de radiocomunicação da CONTRATANTE, quando operando no modo digital.
  - 1.3.4. Os transceptores móveis digitais deverão atender aos parâmetros eletrônicos de modulação digital e sinalização definidos na Interface Aérea Comum do padrão aberto do Projeto APCO-25 da Associação de Oficiais de Comunicação de Segurança Pública (APCO – Association of Public Safety Communications Officials) e publicado na norma TSB-102 da TIA/EIA.
- 1.4. Os transceptores móveis digitais deverão ser entregues já instalados com software que atenda ao padrão P25 Fase 2 e deverão atender aos parâmetros de compatibilidade com o padrão P25 Fase 2 TDMA definidos nos seguintes documentos:
  - 1.4.1. Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Physical Layer Protocol Specification Standard (TIA-102.BBAB);
  - 1.4.2. Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Media Access Control Layer Protocol Specification (TIA-102.BBAC-Trunked Voice Services);
  - 1.4.3. Project 25 Phase 2 TDMA Control Channel Updates (TIA-102.AABC-C – Trunking Control Channel Messages);
  - 1.4.4. Project 25 Phase 2 TDMA Encryption Updates (TIA-102. AAAD-A Block Encryption Protocol);
  - 1.4.5. Half Rate Vocoder Annex (TIA-102.BABA-1);
- 1.5. Todas as normas TIA aplicáveis ao P25, ainda que não listadas neste termo de referência, deverão ser atendidas e atualizadas nos transceptores a serem entregues pela CONTRATADA, conforme as especificações do transceptor constantes nesse termo de referência, tanto na Fase 1 quanto na Fase 2 e de acordo com as necessidades dos sistemas digitais da CONTRATANTE já instalados.
- 1.6. O transceptor móvel digital não deverá receber qualquer tipo de interferência de modulação em frequência analógica quando estiver operando no modo digital, programado por canal.
- 1.7. Deverá permitir programação (via software), para operação em modo convencional e em modo de controle inteligente (troncalizado), na faixa de VHF (136MHz a 174 MHz), devendo ser compatível com os padrões eletrônicos de sinalização do padrão P25 Fase 1 FDMA e P25 Fase 2 TDMA.
- 1.8. Deverá permitir a realização de “chamada de emergência”, garantindo ao grupo em emergência prioridade de acesso à rede em caso de canais ocupados.
- 1.9. Deverá ser capaz de responder “chamada geral” (multigrupo).
- 1.10. Deverá receber e realizar “chamadas privativas”, sendo a conversa limitada às duas unidades de rádio (origem - destinatária), no padrão P25 Fase 1 FDMA e P25 Fase 2 TDMA.
- 1.11. Quando não estiver vinculada em uma sequência de mensagens, deverá monitorar o canal de controle do sistema que a oriente quanto ao “status” do sistema (conceito de sinalização por canal de controle dedicado).
- 1.12. Deverá iniciar uma chamada pelo modo “aperte para falar” (PTT), por meio da solicitação de um canal de conversa (voz), via canal de controle.
- 1.13. No caso de sistema ocupado, deverá tentar o re-acesso automático até que o mesmo seja concluído sem que o usuário necessite pressionar o botão de PTT novamente.
- 1.14. Possuir recurso de recepção de sinalização, por meio de indicação sonora, que a mesma se encontra em fila de espera “aguardando liberação de canal”.
- 1.15. Utilizar o Canal de Comunicação a ser designado pelo Sistema durante a conversa.
- 1.16. Decodificar as instruções transmitidas pelo canal de controle ao endereço de grupo de conversa ao qual esteja engajada e direcioná-la ao canal de comunicação designado pela sinalização do sistema.
- 1.17. Deverá permitir sua desabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, por meio de comando (remoto) enviado pelo controlador central.
- 1.18. Deverá permitir sua reabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, por meio de comando (remoto) enviado pelo controlador central.



- 1.19. Deverá estabelecer comunicação convencional, ponto a ponto, dentro ou fora da área de cobertura do sistema em modo analógico e em modo digital.
- 1.20. Possuir a capacidade de operação rádio a rádio (ponto a ponto), sem a utilização de infraestrutura nos modos digital e analógico.
- 1.21. Permitir a programação de no mínimo 500 grupos de conversação (modo de controle inteligente) ou 500 canais de RF (modo convencional), indicados por mostrador digital alfanumérico no painel frontal do transceptor móvel.
- 1.22. Permitir a programação de grupos e canais dos seguintes tipos: canal convencional analógico VHF, canal convencional digital VHF, grupo de conversação troncalizado P25 Fase 1 FDMA e grupo de conversação troncalizado P25 Fase 2 TDMA.
- 1.23. Permitir a visualização dos canais de RF ou grupos de conversação selecionados por meio de visor frontal incorporado ao transceptor, ou no cabeçote de controle.
- 1.24. Realizar varredura de canais de radiofrequência, monitorando vários canais de uma lista programável de forma a participar de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles.
- 1.25. Possibilitar a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente dentro de todas as bandas de frequência disponíveis no rádio.
- 1.26. Deverá decodificar “chamadas de alerta” indicando no visor a identificação da unidade chamadora.
- 1.27. Possuir receptor de que poderá ser montado em conjunto com o transceptor, ou por meio de conector de acessórios, com no mínimo 12 canais, possibilitando o envio das coordenadas geográficas através da rede de radiocomunicação por pacote P25 modo convencional e troncalizado. A funcionalidade do GPS deverá estar habilitada com todas as licenças para o pleno funcionamento, permitindo que a posição do usuário seja informada no display do transceptor do usuário e também enviada seguramente, via interface aérea, para as aplicações de geo-localização da CONTRATANTE.
- 1.28. O terminal de rádio deverá realizar o envio de coordenadas de geo-posicionamento no Sistema de Radiocomunicação Digital: Convencional APCO25, Troncalizado APCO25 Fase 2, com o envio de localização GPS durante a transmissão e recepção de chamadas de voz em grupos troncalizados APCO25 Fase 2.
- 1.29. Deverá permitir o envio e o recebimento de mensagens curtas de texto.
- 1.30. Deverá permitir a troca das chaves de criptografia, via sistema OTAR por meio de comando da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente via radiofrequência do estado de Rondônia.
- 1.31. O transceptor móvel deverá permitir a programação de pastas (zonas) mistas, ou seja, permitir canais analógicos, canais convencionais digitais, canais troncalizado em uma mesma pasta. Estas pastas deverão permitir ser identificadas por nomes através do display.
- 1.32. Os rádios transceptores operando nos modos P25 Fase 1 e P25 Fase 2 já deverão estar homologados pela ANATEL com comprovação no dia da realização do certame licitatório, a fim de que os transceptores possam entrar em operação.
- 1.33. Os rádios transceptores devem possuir licença habilitada para programação, via sistema OTAP, por meio de comando da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente via radiofrequência do estado de Rondônia.
- 1.34. Os rádios transceptores devem suportar programação dos terminais por interface aérea padrão por rede Wi-Fi padrão IEEE 802.11, suportando a atualização remota de firmware, resultando assim em maior eficiência na logística de gestão dos terminais com redução do dispêndio público, bem como melhor estabilidade na operação do equipamento dentro do sistema de radiocomunicação;
- 1.35. Os rádios deverão enviar através do sistema de rádio comunicação (RF) para o centro de operações (consoles de despacho): alerta de colisão do veículo, sendo possível menor tempo resposta nas ações de salvamento dos policiais que tiverem colisões/capotamentos de veículos nas atividades militares.
- 1.36. Os rádios transceptores deverão possuir em sua mascara (code-plug) opção de segurança e bloqueio de acesso ao transceptor, não sendo permitido uso de acessórios externos.
- 1.37. Os rádios transceptores devem possuir função Bluetooth integrada.
- 1.38. Os rádios transceptores devem possuir função Wi-Fi integrada.
- 1.39. **CONTROLES**
  - 1.39.1. Deverá possuir no mínimo os seguintes controles:
  - 1.39.2. Chave rotatória ou tecla de seleção do grupo/canal de conversação;
  - 1.39.3. Botão ou tecla de controle de volume;
  - 1.39.4. 01 (um) botão de emergência;
  - 1.39.5. Botão de ligar e desligar o transceptor;
  - 1.39.6. Teclado alfanumérico incorporado no painel frontal, no cabeçote de controle de mão, ou no microfone de mão e teclas direcionais para navegação nos menus e itens do visor colorido;
  - 1.39.7. Tecla de transmissão (PTT) no microfone de mão;

- 1.39.8. Led's ou indicadores visuais no display sinalizando transmissão e recepção do transceptor;
- 1.40. **DISPLAY**
- 1.40.1. Deverá possuir visor de LCD (display) colorido, com idioma em português com no mínimo 3 linhas, permitindo visualizar pelo menos:
- 1.40.2. 01 (uma) linha de ícones indicativos de recursos ativos ou status do rádio;
- 1.40.3. 02 (duas) linhas de texto com pelo menos 8 caracteres alfanumérico;
- 1.41. **RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO DIGITAL**
- 1.41.1. Além dos recursos já mencionados, o equipamento deverá possuir a capacidade de operar em modo seguro, com encriptação digital do sinal, mediante inserção de chave e programação eletrônica.
- 1.41.2. O equipamento deverá suportar o algoritmo de criptografia "P25 DES-OFB e AES", devendo permitir a programação por canal ou grupo de conversação.
- 1.41.3. Deverá possuir a capacidade de receber no mínimo 32 (trinta e duas) chaves de encriptação AES.
- 1.41.4. Deverá possuir a capacidade de troca de chaves de encriptação via OTAR, por meio de ondas de radiofrequência e fisicamente por dispositivo encriptador, a fim de alteração das chaves de criptografia.
- 1.41.5. Deverá possuir função de roaming através de sua própria localização, possibilitando ao terminal a capacidade de definir através de localidades pré-definidas a troca de canais automática entre sites de repetição convencionais, e entre sites de repetição convencionais e troncalizados P25 Fase 2.
- 1.41.6. Deverá possuir modulação C4FM e H-CPM.
- 1.41.7. Deverá possuir vocodificador digital AMBE.
- 1.42. **RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO ANALÓGICO**
- 1.42.1. Abertura do silenciador do receptor controlada por portadora, subtom analógico e subtom digital, selecionável por meio de programação prévia para cada canal via computador PC (silenciador programável por portadora subtom CTCSS (PL) e DCS (DPL) por canal).
- 1.42.2. Deverá suportar sinalização analógica MDC-1200 (protocolo atualmente utilizado pela CONTRATANTE) com licença habilitada e com no mínimo os seguintes recursos:
- 1.42.3. Identificação da unidade chamadora (ID) – Codificação/decodificação MDC1200;
- 1.42.4. Chamada Seletiva;
- 1.42.5. Modulação em FM.
- 1.43. **CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS BÁSICAS:**
- 1.43.1. Faixa de frequência: 136 MHz a 174 MHz.
- 1.43.2. Largura do canal de RF: 12,5 kHz / 25 kHz com programação dentro das faixas de operação acima.
- 1.43.3. Espaçamento entre canais (TX e RX) de acordo com a norma em vigor.
- 1.43.4. Alimentação 13,8 VCC e com polaridade negativa no chassi permitindo variação elétrica de  $\pm 15$  a  $\pm 20$  %.
- 1.43.5. Saída para alto falante externo.
- 1.43.6. Tecnologia baseada em microprocessador.
- 1.43.7. Geração e controle de frequência por meio de sintetizador.
- 1.43.8. Abertura do silenciador para cada canal do receptor através de portadora e subtom digital devendo ser selecionável e programável, mediante acesso externo, via computador PC.
- 1.43.9. A identificação eletrônica do transceptor no modo digital deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais ou complementares ao equipamento.
- 1.43.10. Deverá possuir proteção contra:
- 1.43.11. Sobreensão de alimentação acima da variação permitida;
- 1.43.12. Inversão de polaridade;
- 1.43.13. Variação de impedância de RF por descasamento de antena;
- 1.43.14. Potência do transmissor acima do limite nominal do modelo;
- 1.43.15. Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro ao usuário de "tempo esgotado" (TOT programável).

- 1.43.16. Deverá permitir a programação das frequências de operação, grupos de conversação e recursos operacionais por meio de aplicativo eletrônico (software) de acesso externo via computador tipo PC ou notebook.
- 1.43.17. Temperatura de operação: -30°C a +60°C.
- 1.44. **CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO TRANSMISSOR:**
- 1.44.1. Faixa de frequência: 136 MHz a 174 MHz.
- 1.44.2. Espaçamento de canal: 25/12,5 kHz.
- 1.44.3. Separação máxima de frequência: toda a banda de transmissão.
- 1.44.4. Emissões irradiadas e conduzidas: - 80 dBc, ou melhor.
- 1.44.5. Estabilidade de frequência (-30°C a +60°C): ± 1 ppm ou melhor.
- 1.44.6. Desvio de Modulação: ± 5 kHz a 25 kHz (medição em modo analógico de acordo com TIA/EIA 603) e ±2,5 kHz a 12,5 kHz.
- 1.44.7. Potência de saída de RF: Programável de 10 Watts ou menos, até 50 Watts.
- 1.44.8. Resposta de áudio: +1, -3 dB (TIA /EIA 603).
- 1.44.9. Distorção de áudio: ≤ 1.5%.
- 1.44.10. Impedância de saída: 50 Ω.
- 1.44.11. Temporizador de transmissão (TOT) reciclável em cada acionamento, programável via software.
- 1.45. **CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO RECEPTOR:**
- 1.45.1. Faixa de frequência: 136 MHz a 174 MHz.
- 1.45.2. Espaçamento de canal: 25/12,5 kHz.
- 1.45.3. Separação máxima de frequências: toda a banda de recepção.
- 1.45.4. Estabilidade de frequência (-30°C a +60°C): ± 1ppm, ou melhor.
- 1.45.5. Sensibilidade em modo digital (taxa de erro BER de 5%): ≤ 0,25 µV.
- 1.45.6. Sensibilidade em modo analógico (12 dB SINAD): ≤ 0,25 µV.
- 1.45.7. Seletividade (rejeição do canal adjacente) em modo analógico (25 kHz, TIA 603 e 603 B).
- 1.45.8. 73 dB, ou melhor.
- 1.45.9. Seletividade (rejeição do canal adjacente) em modo digital (12,5 kHz, TIA 102): 60 dB, ou melhor.
- 1.45.10. Rejeição a espúrios: 80 dB, ou melhor.
- 1.45.11. Rejeição a intermodulação: 75 dB, ou melhor.
- 1.45.12. Potência de saída de áudio, mínima de 3 Watts, com até 5% de distorção.
- 1.45.13. Distorção de áudio: ≤ 3%.
- 1.45.14. Impedância de entrada: 50Ω.
- 1.46. **CARACTERÍSTICAS DO GPS**
- 1.46.1. Canais: 12.
- 1.46.2. Sensibilidade de rastreamento: -153 dBm, ou melhor;
- 1.46.3. Precisão (com mais de 5 satélites visíveis com intensidade de sinal nominal de -130 dBm): < 10 metros (95%).
- 1.46.4. Partida a frio: < 60 segundos (95%).
- 1.46.5. Modo de funcionamento: GPS autônomo (não assistido).
- 1.47. **CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E MECÂNICAS**
- 1.47.1. Equipamento rádio transmissor-receptor com GPS e Wi-Fi integrado, do tipo frontal, e/ou, cabeçote de controle de mão (cabeça remota), com proteção contra poeira e respingos de água de acordo com padrão IP54, ou melhor;

- 1.47.2. Deverá possuir gabinete à prova de umidade, corrosão, quedas e vibrações mecânicas, atendendo as Normas Militares MIL-STD-810C, D, E, F e G;
- 1.47.3. Deverá possuir estrutura sem cantos vivos ou cortes de chapa de modo que não ofereçam perigo aos ocupantes do veículo em caso de acidente;
- 1.47.4. Deverá permitir facilidade de visualização e acesso aos controles do painel;
- 1.47.5. Deverá possuir boa resposta de áudio do alto-falante;
- 1.47.6. O número de série do transceptor móvel deverá ser gravado em seu chassi ou em etiqueta do produto afixada em seu chassi e selo da Anatel afixado;
- 1.47.7. Deverá possuir dissipação térmica compatível com o calor gerado dentro do regime intermitente da operação na base 20% TX e 80% RX;
- 1.47.8. Os terminais móveis digitais deverão ser fornecidos com suportes, acessórios e cabos em tamanho e quantidade compatíveis para serem instalados nos veículos em utilização na CONTRATANTE.
- 1.48. **COMPOSIÇÃO DE CADA TRANSCCEPTOR MÓVEL DIGITAL**
  - 1.48.1. 01 (um) equipamento rádio (transmissor-receptor) com GPS e Wi-Fi integrado.
  - 1.48.2. 01 (um) microfone de mão com tecla de transmissão (PTT), cordão espiralado e suporte de fixação para rádio (transmissor-receptor) com cabeça e controle integrado ao corpo do radio. Caso o transceptor não possua teclado alfanumérico incorporado no painel frontal, o microfone deverá possuir teclado alfanumérico, ou caso seja equipamento rádio (transmissor-receptor) com cabeçote de controle de mão (cabeça remota), deverá possuir tela colorida com iluminação inteligente, no mínimo três linhas de texto, teclado DTMF, botões laterais.
  - 1.48.3. 01 (uma) antena tipo monopolo vertical, de 5/8 (cinco oitavo) de onda, com mola, ganho mínimo unitário de 5 dBi, com base para conector NMO, fixação em teto veicular mediante furação de 19mm, incluindo conectores e cabo coaxial para veículos caracterizado, e, antena de 1/4 de onda descaracterizada com polarização vertical/horizontal, fixação por adesão, impedância nominal 50 Ohms, potência mínima de 100 watts, ganho mínimo de 2 dBi, cabo coaxial, caixa de acoplamento com fixação por adesão, elemento irradiante (cinta flexível) com fixação por adesão, a ser instalado em veículos descaracterizados, ambas as antenas com faixa de frequência de 136 a 174 MHz.
  - 1.48.4. 01 (uma) antena de GPS com conectores e cabo apropriado com base afixável ao teto do veículo, para instalação no transceptor.
  - 1.48.5. 01 (um) cabo de alimentação CC (corrente contínua) completo (com terminais para as conexões, porta fusível e fusível).
  - 1.48.6. Conjunto de suporte de fixação do transceptor ao veículo, acompanhado das presilha e parafusos de fixação.
- 1.49. **A CONTRATADA deverá fornecer sem ônus adicional para a CONTRATANTE:**
  - 1.49.1. 01 (um) conjunto completos de softwares originais do fabricante referentes à Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor móvel ofertado para operar em computador PC ou notebook, com sistema operacional Windows 7 ou superior;
  - 1.49.2. 01 (um) conjunto de interfaces (cabos de programação - hardwares) originais do fabricante referentes a analógico, Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, dispositivos e cabos necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor móvel ofertado;
  - 1.49.3. 02 (dois) equipamento encriptador móvel para carregamento das chaves variáveis de criptografia do padrão “APCO 25 - AES”, através de processo eletrônico nos terminais de rádio digitais com cabos, software, adaptador e outros itens necessários ao carregamento das chaves de criptografia. O encriptador deverá:
  - 1.49.4. Possuir tela sensível ao toque (touchscreen);
  - 1.49.5. Possuir teclado físico alfanumérico ou teclado na tela touchscreen;
  - 1.49.6. Possuir caneta touchscreen;
  - 1.49.7. Gerar automaticamente chaves aleatórias para o algoritmo AES;
  - 1.49.8. Possuir bateria interna de Lítio-Ion de alta capacidade, original do fabricante;
  - 1.49.9. Possuir carregador para a bateria interna do encriptador. O carregador deverá ser bivolt 110/220 Volts CA, do tipo recarga rápida, original do fabricante. O plugue de alimentação do carregador de baterias deverá ser do modelo brasileiro conforme norma NBR 14136 e Resolução nº08 de 31/08/2009 do CONMETRO;
  - 1.49.10. Deverá ser fornecido 1 (um) cabo de programação para transceptor de rádio digital por encriptador;
  - 1.49.11. Possuir no mínimo proteção IP54 (poeira e jato de água);
  - 1.49.12. A CONTRADATA deverá fornecer dois cabo de programação dos rádios transceptores, a cada dez veículos entregue.
- 1.50. **INSTALAÇÃO**
  - 1.50.1. As adaptações deverão integrar-se perfeitamente ao desenho interno do veículo, primar pela ergonomia e facilidade no manuseio dos equipamentos, não se admitindo cantos vivos ou pontos cortantes que possam causar lesões aos ocupantes, bem como, não será permitido instalação do rádio transceptor no porta luva do veículo, debaixo de qualquer um dos bancos de acento, lateral do console central;
  - 1.50.2. As peças deverão receber fixação adequada, a fim de que não se verifiquem movimentos, trincas ou ruídos;

- 1.50.3. Os suportes metálicos a serem fornecidos deverão ser resistentes às trepidações (vibrações) decorrentes da utilização do veículo, em qualquer tipo de terreno, bem como deverão ser adequadamente fixados, a fim de suportarem o peso dos equipamentos a serem instalados, especialmente durante as manobras realizadas pelo veículo em situação de emergência. Para tanto deverão ser utilizado coxins de borrachas ou outro material compatível, a fim de amortecer os impactos;
- 1.50.4. Os contornos e as furações das peças a serem instaladas deverão ser cobertos com borracha, ou outro material similar, a fim de evitar acidentes aos instaladores e usuários e ainda danos aos cabos de energia, de dados e da antena;
- 1.50.5. As furações necessárias não deverão comprometer à alimentação elétrica e demais conexões essenciais ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- 1.50.6. A tonalidade (cor) das peças deverá acompanhar o acabamento interior do veículo;
- 1.50.7. A empresa (CONTRATADA) deverá apresentar para SESDEC um veículo caracterizado, e um veículo descaracterizado como prototipo, para análise da equipe técnica de rádio comunicação, onde será aferido todos os itens que compõe o sistema de rádio comunicação móvel, sendo eles, sistema irradiante (vareta, bobina, cabo, conectores), aferição de ajuste de potência e refletida para o rádio transceptor, conforme critérios adotados pela SESDEC;
- 1.50.8. Os equipamentos deverão ser instalados em locais protegidos, que impeçam o acesso de pessoas não autorizadas a efetuar trocas e manutenção dos seus componentes;
- 1.50.9. Devem ser fixados firmemente e protegidos de intempéries. A instalação dos equipamentos deverá ser realizada de maneira a não possibilitar o desligamento dos cabos por parte dos usuários;
- 1.50.10. A fiação elétrica deverá ser protegida por meio de chicotes e conduítes, não devendo permitir a entrada de fluídos para dentro do habitáculo do veículo;
- 1.50.11. É vedada a colocação dos equipamentos sob os carpetes, porta luvas, sobre painel do veículo, e/ou, sob os isolamentos térmicos acústicos dos veículos, de maneira que impeça a refrigeração dos equipamentos;
- 1.51. **GARANTIA**
- 1.51.1. Os equipamentos deverão apresentar Garantia mínima Original do Fabricante contra defeitos de fabricação de 36 (trinta e seis) meses para os rádios móveis e 12 (doze) meses para acessórios, contados a partir da entrega dos equipamentos.
- 1.51.2. A garantia deverá cobrir todo e qualquer defeito de fabricação, devendo os equipamentos serem reparados no prazo e condições previstas neste termo de referência.
- 1.51.3. A licitante será responsável pelo recolhimento, manutenção e devolução dos equipamentos em garantia, no prazo estabelecido no certame.
- 1.51.4. Os equipamentos em garantia, quando necessitarem de manutenção, deverão ser recolhidos na sede do CONTRATANTE, em até 03 (três) dias úteis pela CONTRATADA. Em até 30 (trinta) dias corridos, a CONTRATADA deverá devolvê-los mantidos ou, se necessário, trocados em definitivo por equipamentos novos, mediante laudo técnico.
- 1.51.5. Ambos os prazos devem ser considerados a partir do acionamento da CONTRATADA pela CONTRATANTE. Este acionamento poderá ser via email, telefone, ou aplicativo disponibilizado pela CONTRATADA.
- 1.51.6. Os custos de transporte, recolhimento e entrega dos produtos deverão correr por conta da CONTRATADA.
- 1.51.7. A garantia técnica será considerada a partir da data de recebimento definitivo do equipamento, sendo composta de serviços de reparo ou reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, de todo equipamento e seus acessórios, salvo se constatada e comprovada a indevida utilização do equipamento pela CONTRATANTE, situação em que a CONTRATADA arcará com os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da utilização indevida pela CONTRATANTE.
- 1.51.8. Os equipamentos que apresentarem problemas técnicos antes do recebimento definitivo deverão ser substituídos por outro equipamento novo em até 30 (trinta) dias corridos, não entrando na situação de garantia;
- 1.51.9. As despesas relativas à movimentação de componentes ou placas com defeitos de fabricação dentro do país, ou do Brasil para o país de origem e do país de origem para o Brasil, incluindo, mas não se limitando a fretes, tributos, seguros, “handling”, taxas, bem como, aqueles referentes ao envio das mesmas peças defeituosas para execução da garantia, durante o período de 36 (trinta e seis) meses, são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

Local e data conforme assinatura SEI.

Elaboração:	Revisão técnica:
FRANCISCO UÉSCLEI LOPES DA SILVEIRA Assessor SESDEC/GECONV	SUED SANTOS ROCHA DE SOUZA Gerente de Convênios
Aprovação pelo Ordenador de Despesa:	
HELIO GOMES FERREIRA	



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO UESCLEI LOPES DA SILVEIRA, 2º Sargento**, em 02/06/2026, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sued Santos Rocha de Souza, Coronel**, em 02/06/2026, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **HELIO GOMES FERREIRA, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 02/06/2026, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72903194** e o código CRC **CC091C28**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

**ANÁLISE**

Análise nº 3/2024/SESDEC-GECONV

**ANÁLISE DE RISCO**

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS REFERENTES AO PROCESSO: 0037.069490/2022-65**

**2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

2.1. Registro de preços, para eventual e futura aquisição de **veículos para transporte de cadáveres (rabecão), veículo para transporte de combustível e veículo ambulância tipo B** visando o Fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública do Estado de Rondônia, com a finalidade de atender ao Convênio 906670/MJ/2020 celebrado com o Ministério da Justiça representado pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública e Secretaria Nacional de Segurança Pública.

**3. ANÁLISE DE RISCO**

3.1. O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

3.2. A presente Análise de Risco tem por objetivo avaliar os riscos associados ao projeto de aquisição de 02 (dois) VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES (RABECÃO), conforme Especificações Técnicas do TR (Anexo I 0045850214); 01 (um) VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL (CAMINHÃO TANQUE), conforme Especificações Técnicas do TR (Anexo I 0045850214) e 24 (vinte e quatro) VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA), conforme Especificações Técnicas do TR (Anexo I 0045850214), para atender as forças de segurança pública subordinadas a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC.

3.3. O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos.

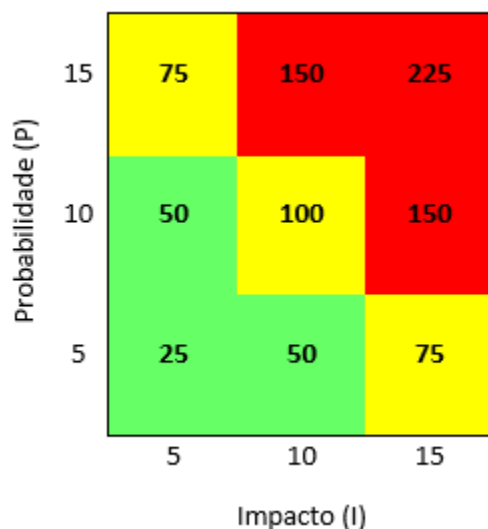
3.4. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos;

3.5. Como exemplo, parâmetros escalares são utilizados para representar os níveis de probabilidade e impacto que, após a multiplicação, resultarão nos níveis de risco, que direcionarão as ações relacionadas aos riscos durante as fases de contratação (planejamento, seleção de fornecedor e gestão do contrato):

CLASSIFICAÇÃO	VALOR
Baixo	5
Médio	10
Alto	15



3.6. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco:



RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	P	I	Nível de Risco (P x I)
R1	Elaboração do Termo de Referência Inadequado	5	15	75
R2	Pedido de Impugnações e esclarecimentos	10	15	150
R3	Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato	10	15	150
R4	Atraso na contratação	10	15	150
R5	SRP não apresentar fornecedores interessados	15	15	225
R6	Contrato iniciado sem reunião para deixar claro os elementos básicos da contratação	10	10	100
R7	Empresa selecionada para o certame não realiza ou atrasa a realização do serviço ou a entrega do material no prazo estipulado em TR	10	10	100

Risco 01	Risco:		Elaboração do Termo de Referência Inadequado	
	Probabilidade:		Baixa	
	Impacto:		Alto	
	Dano 1:		Utilização, por parte da CONTRATADA, de materiais, equipamentos ou serviços de baixa qualidade ou diferente do idealizado pelas instituições proponentes: PC-RO e CBM-RO.	
	Tratamento:		Produzir de modo eficaz	
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Elaboração de TR e ETP com auxílio de integrantes técnicos do órgão solicitante, a fim de verificar a adequação do detalhamento.		GECONV/Unidade Demandante/Equipe técnica.
	2	Convocar reuniões de análise e verificação do material produzido, evitando possíveis erros.		GECONV/Unidade Demandante/Equipe técnica
	Id	Ação de Contingência		Responsável

	1	Envio das propostas para integrantes técnicos dos órgãos solicitantes, a fim de verificar a adequação do objeto de aquisição a serem comprados.	GECONV/Unidade Demandante/Equipe técnica
--	---	---	--

Risco 02	<b>Risco:</b>		<b>Pedido de Impugnações e esclarecimentos</b>
	<b>Probabilidade:</b>		Média
	<b>Impacto:</b>		Alto
	<b>Dano 1:</b>		Atraso da contratação do objeto licitado
	<b>Tratamento:</b>		Mitigar
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Atentar para a qualidade das exigências exigidas no Termo de Referência.	GECONV/Equipe técnica
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Avaliar processos anteriores no portal de compras e responder em tempo hábil com a participação de integrantes da área requisitante.	GECONV/Equipe técnica

Risco 03	<b>Risco:</b>		<b>Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato</b>
	<b>Probabilidade:</b>		Média
	<b>Impacto:</b>		Alto
	<b>Dano 1:</b>		Prejuízo ao atendimento das necessidades das instituições de segurança pública do Estado de Rondônia.
	<b>Tratamento:</b>		Mitigar
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Avaliação da capacidade técnica, Profissional e Operacional da empresa.	GECONV/Equipe técnica
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Recessão contratual e reinício do processo licitatório	PGE-SESDEC

Risco 04	<b>Risco:</b>		<b>Atraso na contratação</b>
	<b>Probabilidade:</b>		Média
	<b>Impacto:</b>		Alto
	<b>Dano 1:</b>		Deficiência na prestação dos serviços propostos
	<b>Tratamento:</b>		Mitigar
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Fiscalizar o contrato, prazo de execução dos serviços propostos.	GECONV/Equipe Técnica
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a CONTRATADA cumpra todas as demandas.	PGE-SESDEC

	<b>Risco:</b>		<b>SRP não apresentar fornecedores interessados</b>
	<b>Probabilidade:</b>		Alta
	<b>Impacto:</b>		Alto

<b>Risco 05</b>	<b>Dano 1:</b>		Prejuízo ao erário
	<b>Tratamento:</b>		Mitigar
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Realização de pesquisa de preços que esteja de acordo com os preços reais praticados em mercado, bem como proceder pesquisa com diversos fornecedores.	GECONV/SUPEL
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Que a SUPEL solicite auxílio da SESDEC para realizar pesquisas residuais ou consulta de preços com fornecedores, tendo em vista a SESDEC conhecer o objeto a ser comprado.	GECONV/SUPEL

<b>Risco 06</b>	<b>Risco:</b>		<b>Contrato iniciado sem reunião para deixar claro os elementos básicos da contratação</b>
	<b>Probabilidade:</b>		Média
	<b>Impacto:</b>		Médio
	<b>Dano 1:</b>		Atraso na execução do contrato
	<b>Tratamento:</b>		Mitigar
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Explicitar no corpo no Contrato/TR as orientações e a devida execução do serviço.	GECONV/Equipe Técnica
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Reunião para a iniciação prevista no modelo de gestão do contrato e documentação de todos os esclarecimentos realizados.	GECONV e UNIDADE DEMANDANTE

<b>Risco 07</b>	<b>Risco:</b>		<b>Empresa selecionada para o certame não realiza ou atrasa a entrega do objeto de aquisição no prazo estipulado em TR.</b>
	<b>Probabilidade:</b>		Média
	<b>Impacto:</b>		Médio
	<b>Dano 1:</b>		Prejuízo ao atendimento das necessidades das instituições de segurança pública do Estado de Rondônia.
	<b>Tratamento:</b>		Mitigar
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	1	Realizar toda tratativa por correio eletrônico (e-mail), com até 24 horas úteis da data prevista para realização, a fim de mitigar a possibilidade da inexecução total ou parcial do objeto licitado.	SESDEC/Equipe Técnica
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	1	Notificar a empresa e, se for o caso, aplicar as sanções previstas no edital.	PGE-SESDEC

Porto Velho-RO, na data da assinatura eletrônica

<p><b>Elaboração:</b></p> <p><b>FRANCISCO UÉSCLEI LOPES DA SILVEIRA</b> Assessor SESDEC/GECONV</p>	<p><b>Revisão técnica:</b></p> <p><b>SUED SANTOS ROCHA DE SOUZA - CEL BM</b> Gerente de Convênios</p>
<p><b>Aprovação pelo Ordenador de Despesa:</b></p> <p><b>FELIPE BERNARDO VITAL</b> Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania</p>	



Documento assinado eletronicamente por **Sued Santos Rocha de Souza, Gerente**, em 16/02/2024, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO UESCLEI LOPES DA SILVEIRA, 3º Sargento**, em 16/02/2024, às 13:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 20/02/2024, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0045884029** e o código CRC **5080A32E**.

**Referência:** Caso responda esta Análise, indicar expressamente o Processo nº 0037.069490/2022-65

SEI nº 0045884029

**Superintendência Estadual de Compras e Licitações**  
**Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	EMP 5	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIACÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL (F + G)	
1	VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES (RABECÃO) diesel, cor preta, 0km, potência mínima de 150 CV, torque mínimo no 39,1 kgfm.  Acessório/adaptações: Rádio transceptor móvel digital, equipamento de rastreamento (GPS), sistema de visualização visual, strobo, grafismo e outros. Com adaptações para veículo de transporte de cadáveres.	UND	1	R\$ 316.327,75	R\$ 336.825,25	R\$ 336.825,25	N/C	N/C	R\$ 316.327,750	R\$ 329.992,750	R\$ 336.825,250	11834,24	3,59%	MÉDIO	R\$ 329.992,750	
2	VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL (CAMINHÃO TANQUE) 0km, tração 4x2, PBT mínimo de 17t, potência mínima de 250 CV e máxima de 340CV, mínimo 6 cilindros, tanque com capacidade mínima de 5.000L.  Acessório/adaptações: Sirene, barra luminosa, rádio transceptor móvel digital, equipamento de rastreamento (GPS), 5. câmera de ré, e outros.	UND	1	R\$ 840.000,00	R\$ 995.974,00	R\$ 895.000,00	R\$ 830.000,00	R\$ 864.899,00	R\$ 830.000,000	R\$ 885.174,600	R\$ 864.899,000	66837,73	7,55%	MÉDIO	R\$ 885.174,600	
3	VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA) FURGÃO - diesel, motor 04 Cilindros, potência mínima de 130 CV, turbinado, torque mínimo de 30kgfm, tração mínima 4x2 (conforme NBR 14.561, da ABNT), PBT máximo de 4.300kg.  Com adaptações para veículo de resgate (ambulância / unidade de suporte básico - USB) e rádio transceptor móvel digital.	UND	24	R\$ 505.000,00	R\$ 532.000,00	R\$ 547.000,00	R\$ 647.790,00	N/C	R\$ 505.000,000	R\$ 557.947,500	R\$ 539.500,000	62365,14	11,18%	MÉDIO	R\$ 13.390.740,000	
										VALOR TOTAL					R\$ 14.605.907,35	
LEGENDA: NC = Não encontrado																
NOTA EXPLICATIVA: IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES																
EMP1				BANCO DE PREÇOS		R\$ 336.825,25 (CONTRATO Nº 84/2025 – SSP)										
EMP2				BANCO DE PREÇOS												
EMP3				BANCO DE PREÇOS												
1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência ().																



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
2ª Comissão de Segurança Pública - SUPEL-COSEG2

**ATA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº <b>xx/2026/SUPEL_RO</b>					
Origem:	Pregão Eletrônico nº <b>90031/2026/SUPEL_RO</b>				
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	<b>0037.007785/2025-91</b>		
Órgão Participante:	Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNESP Fundo Especial do Corpo de Bombeiros - FUNESBOM Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO				
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL				

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

2.1. O presente processo tem por objetivo a Registro de Preço de eventual e futura aquisição de **veículos para transporte de cadáveres (rabecão), veículo para transporte de combustível e veículo ambulância tipo B** visando o Fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública do Estado de Rondônia, com a finalidade de atender ao Convênio 906670/MJ/2020 celebrado com o Ministério da Justiça representado pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública e Secretaria Nacional de Segurança Pública.

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

#### **4. CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

#### **5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO**

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.



5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

## 6. **CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

## 7. **CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

## 8. **CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

## 9. **CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO**

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

## 10. CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

## 11. CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

## EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

**Geovanna Pinheiro Alves**  
Coordenadora do Sistema de Registro de Preços /SUPEL

**Adriana Larissa da Silva Mendes Nascimento**  
Diretora Executiva /SUPEL

**ÁLVARO HENRIQUE DE LIMA TEIXEIRA**  
Superintendente Estadual de Compras e Licitações

**Elaborado por:**

**INGRID TAINARA XAVIER PEDROZA**

Membro da 2ª Comissão de Segurança Pública – COSEG2/SUPEL/RO

Portaria n.º 109 de 04 de maio de 2026

---

**Referência:** Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0043.000112/2026-10

SEI nº 68327438



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC  
Gerência de Convênios - SESDEC-GECONV

MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATO

\* MINUTA DE DOCUMENTO

**CONTRATANTE:** O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA**, inscrita no CNPJ/MF nº 04.793.055/0001-57, com sede na Rua Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, neste ato representada pelo Diretor Executivo da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, Sr. **JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHÁ**, nos termos do decreto de nomeação no diário Oficial, edição de 03 de abril de 2026.

**CONTRATADA:** A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXX, nº XXX, Bairro XXXX, CEP: XXXX, neste ato representado pelo(a) Sr(a) XXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF/MF nº XXXXXX, conforme poderes que lhe são outorgados XXXXXX.

Os contratantes celebram, por força do presente instrumento, **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES (RABECÃO), VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL (CAMINHÃO TANQUE) E VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA) FURGÃO**, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto nº 28.874/2024, e demais normas pertinentes, na modalidade XXXXXXXX, do tipo XXXXXXXX, vinculando-se aos termos do Termo de Referência (71782347), a proposta da Contratada (XXXXXXX) e ao Processo Administrativo Eletrônico nº 0037.007785/2025-91/0037.069490/2022-65, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO/VINCULAÇÃO/QUADRO DO OBJETO/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

1.1. **Do objeto:** Aquisição de veículos para transporte de cadáveres (rabecão), veículo para transporte de combustível e veículo ambulância tipo B visando o Fortalecimento dos Órgãos de Segurança Pública do Estado de Rondônia, com a finalidade de atender ao Convênio 906670/MJ/2020 celebrado com o Ministério da Justiça representado pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública e Secretaria Nacional de Segurança Pública, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (71782347).

1.2. **Da vinculação:** Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Termo de Referência (71782347), os termos do Parecer nº XXXXX, o disposto na proposta da Contratada XXXXXX e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito na cláusula primeira.

1.3. **Quadro do objeto:**

Item	Especificação	Código CATMAT	Unidade de medida	Qtd
1	<b>VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES (RABECÃO)</b> diesel, cor preta, 0km, potência mínima de <b>150 CV</b> , torque mínimo no <b>39,1 kgfm</b> . Acessório/adaptações: Rádio transceptor móvel digital, equipamento de rastreamento (GPS), sistema de visualização visual, strobo, grafismo e outros. Com adaptações para veículo de transporte de cadáveres.  (Especificações técnicas completa no ANEXO I e ANEXO II )	---	Un	01
2	<b>VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEL (CAMINHÃO TANQUE)</b> 0km, tração <b>4x2</b> , PBT mínimo de 17t, potência mínima de <b>250 CV</b> e máxima de 340CV, mínimo <b>6 cilindros</b> , tanque com capacidade <b>mínima de 5.000L</b> Acessório/adaptações: Sirene, barra luminosa, rádio transceptor móvel digital, equipamento de rastreamento (GPS), 5. câmera de ré, e outros.  (Especificações técnicas completa no ANEXO I e ANEXO II)	31534	Un	01
3	<b>VEÍCULO PARA UNIDADE DE RESGATE TIPO B (AMBULÂNCIA) FURGÃO</b> - diesel, motor <b>04 Cilindros</b> , potência mínima de <b>130 CV</b> , turbinado, torque mínimo de <b>30kgfm</b> , <b>tração mínima 4x2</b> (conforme NBR 14.561, da ABNT), PBT máximo de 4.300kg. Com adaptações para veículo de resgate (ambulância / unidade de suporte básico - USB) e rádio transceptor móvel digital.	48518	Un	24

(Especificações técnicas completa no ANEXO I ANEXO II)

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

2.1. O valor total desta contratação é de **R\$ XXXXXXXXX**, correspondente a proposta da Contratada (XXXXXX), e à Declaração de Adequação Financeira (XXXXXX), a servir de lastro, para efetuar o pagamento dos serviços referidos na cláusula primeira, tudo depois de recebido e aprovado pela Contratante.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

3.1. O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data do início de sua assinatura, na forma do art. 105 da lei nº 14.133 de 2021, podendo ser objeto de prorrogação para fins de cumprimento do objeto.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO**

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução constam **no item 15 do Termo de Referência (71782347)**.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DAS GARANTIA DO SERVIÇO/MATERIAIS**

5.1. As garantias de peças e do contrato **constam no item 8 do Termo de Referência (71782347)**.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

6.1. A garantia de execução **consta no item 16 do Termo de Referência (71782347)**.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. Não será admitida a subcontratação, cessão e/ou transferência do objeto Contratado.

8. **CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta do seguinte crédito orçamentário, conforme Classificação Orçamentária (0066990855), estão inseridos no orçamento através da seguinte programação:

- a) Programa de atividade: 06.181.2166.1473
- b) Elemento de despesa: 4.4.90.52
- c) Fonte: 1.700.0.00001/2.700.0.00001

9. **CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO**

9.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos **no item 20 do Termo de Referência (71782347)**.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES**

10.1. As Obrigações da Contratada e da Contratante estão previstas **nos itens 24 e 25 do Termo de Referência (71782347)**.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES**

11.1. As infrações e sanções administrativas **constam no item 23 do Termo de Referência (71782347)**.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

12.1. O gerenciamento e a fiscalização contratual **constam no item 15 do Termo de Referência (71782347)**.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

13.1. Conforme **item 14 do Termo de Referência (71782347)**.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE DO CONTRATO**

14.1. Em se tratando de reajuste e revisão contratual, a Contratada fica sujeita a atender as disposições contidas no Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO DO CONTRATO**

15.1. As condições de rescisão constam do **item 32 do Termo de Referência (71782347)**.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS NORMAS DE PREVENÇÃO A CORRUPÇÃO**

16.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes à Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 28.874/24 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

19.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente projeto serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO**

20.1. Após as assinaturas deste instrumento, a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de seu resumo no Diário Oficial do Estado sem prejuízo de outras publicações que a Contratante tenha como necessárias.

21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

21.1. Considerando que esta avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo;

21.2. Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento;

21.3. Para firmeza e como prova do acordado, este Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **Sued Santos Rocha de Souza, Coronel**, em 21/05/2026, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HELIO CYSNEIROS PACHA, Secretário(a)**, em 21/05/2026, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71881624** e o código CRC **78E1EC21**.